

gente vai povoando:

**GÊNERO,
SEXUALIDADE E
LAZER**

em São José dos Campos – SP

ADHA NIRVANA CABRAL ARANHA

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA
INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Adha Nirvana Cabral Aranha

**AÍ A GENTE VAI POVOANDO: GÊNERO, SEXUALIDADE E LAZER EM SÃO
JOSÉ DOS CAMPOS - SP**

There we go: gender, sexuality and leisure in São José dos Campos - SP

São José dos Campos
2025

Adha Nirvana Cabral Aranha

**Aí a gente vai povoando: gênero, sexualidade e lazer em São José dos Campos
- SP**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Andrade de Aquino

Coorientadora: Profa Dra Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali

São José dos Campos
2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Aranha, Adha Nirvana Cabral
Aí a gente vai povoando: gênero, sexualidade e lazer em São José dos Campos - SP entre os anos 1988 e 2023 / Adha Nirvana Cabral Aranha; orientador, Luiz Carlos Andrade de Aquino; co-orientadora Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali. - São José dos Campos, SP, 2025.
165 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

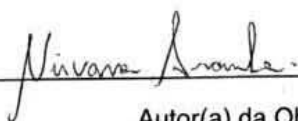
1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Direito à cidade. 3. Lazer - Aspectos sociais. 4. Identidade de Gênero. 5. sexualidade. I. Aquino, Luiz Carlos Andrade de, orient. II. Papali, Maria Aparecida Chaves Ribeiro, co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Adha Nirvana Cabral Aranha, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 20 de Maio de 2025.



Autor(a) da Obra

ADHA NIRVANA CABRAL ARANHA

“AÍ, A GENTE VAI POVOANDO”: GÊNERO, SEXUALIDADE E LAZER EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS”

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Carlos Andrade de Aquino	<i>Luiz Carlos Andrade de Aquino</i>
Prof. ^a Dr. ^a Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali	<i>Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Papali</i>
Prof. ^a Dr. ^a Lidiane Maria Maciel	<i>Prof.^a Dr.^a Lidiane Maria Maciel</i>
Prof. ^a Dr. ^a Sandra Irene Momm Schult (UFABC)	<i>Prof.^a Dr.^a Sandra I. Momm S.</i>

Prof.^a Dr.^a Juliana Ferreira Strixino

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 28 de fevereiro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Não há academia que se mantenha sem seu principal recurso, o humano, assim como não há pesquisa sem que haja contribuições de sujeitos dispostos a tecer alguma provocação que ocasione mudança (seja lá qual for).

Neste percurso acadêmico cada diálogo, cada encontro, deteve potencial transformador único e, ainda que não haja a possibilidade de citar todos eles neste momento, foram cruciais para a entrega desta dissertação.

Sou profundamente grata por ter tido a oportunidade de me dedicar a esta pesquisa, tão especial para mim e minha comunidade, por ter conhecido pessoas que me apresentaram novos caminhos, novos teóricos e eventos que dialogavam com o tema da pesquisa, assim como novas pessoas que chegaram para agregar em minha vida.

Agradeço minha amada companheira Tainá pelo suporte nos dias de crise, pelas palavras de incentivo e cuidados mais singelos nas horas intensas de escrita e leitura. Agradeço minha mãe Aline, minha querida avó Telma, meu padrasto Gabriel e meus irmãos João e Agatha por compreenderem que minhas ausências foram reflexo da dedicação de tempo que uma dissertação requer.

Tenho profunda gratidão pelas amizades construídas no PLUR, especialmente Marília Nicole, Luciana Brauna e Filippo Almeida, por toda proximidade, parceria, acalanto, suporte, trocas de ideias, que me forjaram enquanto acadêmica e ser humana, mas, principalmente, por tornarem o processo acadêmico mais leve, mais acolhedor.

Sou grata a cada depoente que se disponibilizou a contribuir com seu relato nas entrevistas, sem eles essa pesquisa se tornaria outra, cada um(a) trouxe vida às experiências urbanas aqui descritas.

Agradeço aos meus orientadores, professor Aquino e professora Papali, pela generosidade, cuidado e respeito com minha pesquisa, sobretudo com meu desenvolvimento enquanto pesquisadora de primeira viagem.

Agradeço à Capes pela concessão da bolsa, bem como a cada professora e professor do PLUR por seus ensinamentos, pelo empenho nas aulas, pelo cuidado e carinho ao lecionar, levarei em meu coração.

Não acredito que seja saudável escolher uma luta e dizer que é mais importante, mas reconhecer como as diferentes lutas se conectam.

Angela Y. Davis

RESUMO

A pesquisa tem por objeto a relação entre gênero, sexualidade e lazer na cidade de São José dos Campos (SP) a partir da ênfase de análise nos espaços de lazer frequentados por pessoas LGBTQIA+. Deste modo, como objetivo geral da pesquisa, buscamos compreender como estes espaços de lazer tensionam a experiência do direito à cidade. Nossos objetivos específicos buscam relacionar e analisar as perspectivas LGBTQIA+ a respeito de suas experiências com o lazer na cidade analisada, avançar aos debates teóricos produzidos no campo do planejamento urbano, acrescentando as dimensões de gênero e sexualidade através do viés do lazer, bem como apontar quais são as estratégias de ocupação da cidade e os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ no acesso à cidade. Partimos do conceito lançado por Henri Lefebvre, atualizando suas discussões com autores que abordam gênero e sexualidade, tais como Judith Butler, Renan Quinalha e Joyce Berth para abordar as experiências a partir do contexto brasileiro. Nossa hipótese é de que os espaços de lazer frequentados pela população LGBTQIA+ elaboram novas possibilidades de existência nas cidades para estes sujeitos, estabelecendo conexões de sociabilidade, bem como desestabilizam a ocupação do território cisheterocentrado. Para isto, utilizamos a cartografia em Deleuze e Guattari enquanto metodologia da pesquisa qualitativa, criando um mapa do centro da cidade de espaços que existiram entre 1988 e 2023. Ademais, foram realizadas cinco entrevistas com pessoas que se reivindicam LGBTQIA+ (sendo duas mulheres lésbicas, uma mulher pansexual, uma pessoa queer e uma pessoa não binária) para complementar as abordagens e discussões teóricas. Constatamos que a experiência do lazer destes sujeitos ainda é frequentemente restrita a bares e boates; o sentimento de medo e insegurança aparece com frequência nas narrativas destes atores sociais quanto às suas experiências urbanas; o lazer atua como espaço de resistência e fortalecimento identitário, bem como carrega uma dimensão política e social que se inscreve no contexto urbano joseense.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Direito à cidade. Direito ao Lazer. Gênero e sexualidade. São José dos Campos, SP.

ABSTRACT

The research focuses on the relationship between gender, sexuality, and leisure in the city of São José dos Campos (SP) by focusing on the analysis of leisure spaces frequented by LGBTQIA+ people. Thus, as a general objective of the research, we seek to understand how these leisure spaces put pressure on the experience of the right to the city. Our specific objectives seek to relate and analyze LGBTQIA+ perspectives regarding their experiences with leisure in the city analyzed, to advance theoretical debates produced in the field of urban planning, adding the dimensions of gender and sexuality through the lens of leisure, as well as to point out the strategies for occupying the city and the challenges faced by the LGBTQIA+ community in accessing the city. We start from the concept launched by Henri Lefebvre, updating his discussions with authors who address gender and sexuality, such as Judith Butler, Renan Quinalha, and Joyce Berth, to approach the experiences from the Brazilian context. Our hypothesis is that the leisure spaces frequented by the LGBTQIA+ population create new possibilities for these individuals to exist in cities, establishing connections of sociability, as well as destabilizing the occupation of the cisheterocentric territory. To this end, we used Deleuze and Guattari's cartography as a qualitative research methodology, creating a map of the city center of spaces that existed and exist between 1988 and 2023. In addition, five interviews were conducted with individuals who identify as LGBTQIA+ (two lesbian women, one pansexual woman, one queer person, and one non-binary person) to supplement the theoretical approaches and discussions. We found that the leisure experience of these individuals is still often restricted to bars and nightclubs; feelings of fear and insecurity frequently appear in the narratives of these social actors regarding their urban experiences; leisure acts as a space of resistance and identity strengthening, as well as carrying a political and social dimension that is inscribed in the urban context of São José dos Campos.

Keywords: Urban Planning. Right to the City. Right to Leisure. Gender and Sexuality. São José dos Campos, SP.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Espaço de Lazer, entrada do bar.	39
Imagem 2 – Espaço de Lazer, banheiro do bar.....	40
Imagem 3 - Croqui dos Guetos Glibtt.....	43
Imagem 4 – Antiga localização da Zyon.....	44
Imagem 5 – Antiga localização da Cabala, Barbados e Gaiola.....	45
Imagem 6 - Espaço de lazer fachada karaokê LGBTQIA+.....	46
Imagem 7- Espaço de lazer, outro ângulo, mesmo espaço	46
Imagem 8 – Antiga localização do Pimenta Bar	47
Imagem 9 - Espaço de Lazer LGBTQIA+ FreakOut.....	48
Imagem 10 – Espaço de lazer LGBTQIA+ Mônaco	48
Imagem 11 – Espaço de lazer LGBTQIA+ Pack	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percurso metodológico	25
Figura 2- Sub-regiões do RMVPLN com indicação da cidade de São José dos Campos	27
Figura 3 - Fluxo de Lazer LGBTQIA+ na Região Central	51
Figura 4- Fluxo de Lazer LGBTQIA+ aproximado Centro – Norte.....	52
Figura 5 - Fluxo de Lazer LGBTQIA+ aproximado	53
Figura 6 - Fluxo de Lazer LGBTQIA+ aproximado Centro – Sul	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COCTA - Comissão Organizadora do Centro Técnico de Aeronáutica

CTA - Comando-Geral de Ciência e Tecnologia Aeroespacial

DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial

EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A.

EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano

GLBTT - Gays, lésbicas, bissexuais, trans e travestis

GLS - Gays, lésbicas e simpatizantes

HIV - Human Immunodeficiency Virus (Vírus da imunodeficiência humana)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica

LGBTQIA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexo, assexuais, mais identidades de gênero e sexualidades

MHB – Movimento Homossexual Brasileiro

PROAC – Programa de Ação Cultural de São Paulo

RMVPLN - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

SJC - São José dos Campos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	TRAJETO METODOLÓGICO	21
1.2	REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	25
1.3	SITUANDO O TERRITÓRIO DA PESQUISA – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP	27
	SEÇÃO 1 ABERTURA DOS ARMÁRIOS: A AGENDA DO LAZER.....	30
2	LAZER: PERSPECTIVAS SOCIOESPACIAIS E CONSTITUCIONAIS PARA (RE) PLANEJAR UMA SÃO JOSÉ LGBTQIA+.....	31
2.1	CONTORNOS DO LAZER	31
2.2	ESPACIALIZANDO O LAZER NA CIDADE	35
	SEÇÃO 2 O CONCRETO DA CIDADE OU A CIDADE CONCRETA	59
3	APONTAMENTOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA CIDADE	59
3.1	POSICIONANDO SEXUALIDADE E GÊNERO NO CONTEXTO BRASILEIRO	66
3.2	DE MHB À LGBTQIA+	70
3.3	FERRO’S BAR: MAIS QUE UM ESPAÇO DE SOCIABILIDADE.....	72
	SEÇÃO 3 A DIMENSÃO COGNITIVA DA ESPACIALIDADE	76
4	DIREITO À CIDADE PARA QUEM?	76
4.1	APONTAMENTOS SOBRE DIREITO ENQUANTO CONSTRUCTO HISTÓRICO SOCIAL: UM DEBATE EMERGENTE	77
4.2	ESPACIALIZANDO A (IN) JUSTIÇA	82
4.3	ESTATUTO DA CIDADE E A DESESTABILIZAÇÃO DE SEUS CONCEITOS	93
4.4	MOMENTOS PARTICIPATIVOS DA CIDADE	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
	REFERÊNCIAS	105
	APÊNDICE A : FOLDER CONVITE DISPONIBILIZADO PARA PARTICIPANTES DA SANJA MAIS.....	111
	APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO	112
	APÊNDICE C: PERGUNTAS DISPARADORAS APLICADAS DURANTE A SEGUNDA PARTE DAS ENTREVISTAS	114
	APÊNDICE D TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	115

APRESENTAÇÃO

Nasci na “ilha do amor”, em São Luís do Maranhão, fui criada e cuidada por mulheres “arrimo de família”, entre bairros periféricos e outros mais centralizados. Entre a infância e adolescência, embora proveniente de uma classe social economicamente baixa, tive a oportunidade de frequentar espaços de lazer como o museu de Arte Sacra, o teatro Arthur Azevedo, assisti um dos maiores espetáculos a céu aberto, o bumba-meu-boi do sotaque de matraca (meu favorito)... Morei com minha família e outras pessoas queridas por uns dois anos em uma casa de ocupação no centro histórico daquela cidade, foi lá que aprendi a gostar de poesia e me interessei por direitos constitucionais, também foi nesse momento que me envolvi com movimentos sociais (greve por melhoria de condições de trabalho dos professores e movimento sem terra), além de que pude desfrutar das artes, da cultura popular que ferve nas redondezas do Reviver (um pedaço no centro histórico ludovicense). São Luís do Maranhão tem a diversidade escancarada, a contradição é estampada em seus becos históricos e em suas construções modernas.

Em 2010, quando migrei para São José dos Campos, SP, com minha mãe e meu padrasto, aos 14 anos de idade, tive contato com uma cidade aparentemente silente, não conseguia interpretar sua história através de suas avenidas, seus belos parques não revelam muito, parecia que a cidade não possuía atividades de lazer além de idas ao *shopping center* (que eu não acessava). Nesse momento, sofri muito com violências advindas da xenofobia, principalmente no ambiente escolar.

Em 2012, já mais envolvida com a cidade de São José dos Campos, comecei a me inteirar de movimentos estudantis e participei da 3ª Marcha Nacional Contra Homofobia em Brasília, que reivindicava a distribuição de kit contra a homofobia nas escolas e aprovação de um projeto de lei para criminalizar atos discriminatórios contra pessoas LGBTQIA+. Neste mesmo período passei a frequentar rodas de conversa que debatiam feminismos, direitos humanos, fui me interessando cada vez mais sobre temas que envolviam a promoção da justiça social, bem como assimilando a diversidade enquanto uma categoria política em disputa. Algum tempo depois ingressei no curso de direito como bolsista, me deparei com um curso extremamente classista, machista, homotransfóbico, apesar de todo seu potencial transformador.

Saí do armário aqui em São José dos Campos, enfrentando discursos violentos que me adoeceram. Vi muitos dos meus perderem suas vidas de várias maneiras. E, apesar de sempre ter sentido em meu âmago o desejo de me debruçar nas memórias da população que faço parte, que a cidade sobrepõe em camadas e camadas de concreto para não revelar, não imaginei que fosse possível viver esse momento por agora, transcrevendo narrativas que foram historicamente silenciadas.

Atualmente sou advogada, atuo na área cível com perspectiva de gênero e ênfase em diversidade, componho a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da 36ª Subseção da OAB/SP em São José dos Campos.

É possível afirmar que esta pesquisa teve início em uma fase de oxigenação política no Brasil, após a conclusão do mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro, um político da extrema direita que trabalhou arduamente em nome de Deus, do modelo de família cristã heterossexual, em que articulou, durante quatro anos de mandato como chefe de Estado e de Governo (2019-2022), um discurso de ódio fundamentado no aniquilamento de identidades alheias à subserviência religiosa cristã, bem como de orientações sexuais outras (não heterossexuais), disputando o discurso sobre o modelo único de família.

Apesar deste contexto mencionado, a retomada de políticas públicas destinadas a populações historicamente oprimidas, tais como a população LGBTQIA+, não são suficientes para a efetivação da justiça social e espacial.

É preciso fomentar a criação e manutenção de espaços que promovam o diálogo acerca de temas como violência lgbtfóbica, letramento em questões de gênero e sexualidade, estudos sobre racismo em suas diversas dimensões. Além disso, sobretudo, é preciso compreender as potencialidades que corporificam as cidades, já que estes fomentos têm o poder de incrementar a produção de dados a partir de pesquisas científicas, ampliando fronteiras nestas discussões, considerando a população brasileira em suas mais diversas camadas sociais.

Não há como pensar o espaço sem incluir a análise da sociodiversidade, conforme nos ensinou Milton Santos, da mesma forma que é preciso compreender as relações sociais em sua dimensão histórica, política e social para refletirmos acerca das implicações dessas relações no espaço analisado. É o que buscamos exercitar ao longo desta pesquisa.

Nosso intuito é promover a ampliação do debate, incluir novas dimensões ou,

melhor dizendo, reconstituir requisições primárias do movimento LGBTQIA+ nacional, a saber, o direito ao prazer, que ainda pulsa nos espaços de lazer, rememorando a potencialidade que esse lema carrega.

Em dado momento, o avanço de políticas conservadoras, tal como durante a Ditadura Militar brasileira, entre os anos de 1964 e 1985, até o direito ao lazer de dissidentes sexuais e divergentes das performances de gênero padrão foi suprimido. Além das perseguições policiais em vias públicas de pessoas que não performavam estereótipos do ser “homem” e/ou “mulher”, ou que não acolhiam o padrão de relacionamento afetivo sexual hétero, os espaços privados que atendiam estes sujeitos também eram retaliados. Pessoas LGBTQIA+ eram rejeitadas nos seios familiares sanguíneos, perseguidos em seus locais de trabalho, nas ruas e, também, em espaços privados (voltados ou não ao lazer).

Em decorrência das graves práticas de perseguição, tortura e aniquilamento de pessoas que discordavam com o regime ditatorial brasileiro, outras pautas, também urgentes, foram priorizadas, tais como o direito a tratamento digno, direito à saúde, ao acesso à educação, entre outros, enquanto as pautas pelo prazer da população LGBTQIA+ brasileira ficaram cada vez mais distantes da ordem do dia.

A cidade de São José dos Campos está localizada no interior do estado de São Paulo, é conhecida como um eixo entre a capital carioca e a paulista, cidade tida como polo tecnológico, catalogada como cidade inteligente (*smart city*) através de um processo analítico que levou em consideração 276 indicadores (NBR ISO 37120, NBR ISO 37122, NBR ISO 37123) (Habitability, 2022).

Ainda assim, no tecido social da cidade de São José dos Campos figura o palco das disputas legais, políticas e sociais que vão além da camada econômica, por mais interrelacionada que possam estar, em que populações historicamente oprimidas requisitam e criam espaços de participação para validarem seus direitos como cidadãos.

Desejo com esta pesquisa despertar alguns incômodos que podem fazer com que reflitamos sobre privilégios sociais, mas, principalmente, retomarmos o interesse pelo prazer, a partir do debate do lazer, para colocá-los em voga, especialmente para populações historicamente oprimidas nas cidades. Que nosso olhar se volte para esta possibilidade como uma retomada de pautas que foram levantadas no passado para alicerçar um outro planejamento urbano, justo e possível.

Agradeço a companhia nestas reflexões e resultados da pesquisa. Boa leitura.¹

¹ Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Univap sob o nº 75320223.0.0000.5503.

1 INTRODUÇÃO

Ao pensarmos à luz do campo do planejamento urbano, nos deparamos com lacunas diante de uma imensidão de estudos que pouco relacionam reflexões de atores corporificados por gênero e sexualidade na espacialidade urbana, menos ainda, que se preocupam com essas categorias atreladas ao direito ao lazer. Diante desta questão, nos indagamos como se relacionam as categorias de gênero, sexualidade e lazer no espaço urbano da cidade de São José dos Campos?

O episódio do Ferro's Bar ², na década de 80 do século passado no Brasil, é um caso interessante para pensarmos a relação entre espaço, lazer, pessoas LGBTQIA+ e direito à cidade. Neste período, os espaços que podiam ser experienciados, a partir de uma vivência de sexualidade e identidade de gênero aquém aos padrões cisgênero e heterossexual, eram fixados em territórios específicos e segregados da cidade. Tanto pelo contexto político repressivo da Ditadura Militar quanto pela forma com que as (in)justiças eram espacializadas.

A reflexão acerca do espaço no contexto urbano traz à tona o que Edward Soja (2014) nomeia de “geografias emergentes”, compreendendo o espaço a partir de uma perspectiva explicativa e assertiva dos processos políticos, históricos e espaciais (Soja, 2014, p. 36).

Contudo, há uma problemática acerca da abordagem dos conceitos utilizados no campo do planejamento urbano que tende a isolá-los em conceitos fechados, desta maneira, para David Harvey (1980) a cidade está relacionada aos processos sociais e às formas espaciais, de modo a integrarmos imaginações sociológicas a partir da análise das experiências dos sujeitos (Harvey, 1980, p.13-14).

As imaginações sociológicas podem ser compreendidas como “a ideia de que o indivíduo pode entender sua própria experiência e medir seu próprio destino localizando a si mesmo dentro de seu tempo” (Mills, 1959, p. 5, apud Harvey, 1980, p. 14). O que reforça a concepção de Soja (2014) de que o espaço é capaz “de gerar e manter desigualdade, injustiça, exploração econômica, racismo, sexismo e outras

² O episódio do Ferro's Bar foi um levante político em um espaço utilizado para vivências homoeróticas, principalmente de mulheres lésbicas, na cidade de São Paulo. Abordaremos com maior profundidade na segunda seção deste documento.

formas de expressão e discriminação” (Soja, 2014, p. 37), ao mesmo tempo que produz o inverso, é a “dialética socio-espacial”. Para Soja (2014) “tudo que é social (o que inclui a justiça) é simultaneamente e inerentemente espacial” (Soja, 2014, p. 38, tradução nossa³).

A busca por justiça espacial se conecta ao contexto do processo de urbanização através da luta por direito à cidade, implicada na investigação da produção do espaço urbano (Soja, 2014, p. 39). Neste interim, evocamos o direito ao lazer, previsto como um dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2023a) que foi promulgada em um processo de redemocratização nacional. Esse direito tem sido negligenciado com frequência nos debates, assim como as reflexões relacionadas a gênero e sexualidade que comumente ocupam um lugar descentralizado nos estudos sobre o contexto urbano.

Milton Santos (2002), por sua vez, ao refletir sobre a condição do espaço que, além de revelar o transcurso da história aponta o modo com que é possível intervir de maneira ativa na transformação da consciência, defende que o estudo do espaço gera impacto no comportamento social, o que nos faz notar que é na realidade espacial que lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexo, assexuais e outras identidades e sexualidades mais (LGBTQIA+) existem incontestadamente.

Apesar de Milton Santos não ter abordado especificamente a população LGBTQIA+ em suas proposições intelectuais, este autor acrescentou aos debates geográficos o conceito da sociodiversidade, propondo uma análise espacial que detém a perspectiva histórica do objeto analisado.

A sociodiversidade (Santos, 2002) sob o prisma da globalização enquanto um fenômeno reversível, explicita o potencial transformador que um conjunto de técnicas altamente desenvolvidas podem ser utilizadas a favor da construção de um mundo mais igualitário, plural e solidário, a partir do reconhecimento das diferenças enquanto potencialidade. Deste modo, sociodiversidade vem a ser uma globalização centrada nos seres humanos, na democracia e na cidadania, a partir de conexões entre socialização das técnicas e culturas (Santos, 2002).

A partir desta perspectiva, pensarmos os seres humanos no contexto de

³ Trecho original: “cómo el espacio está activamente involucrado en generar y mantener desigualdad, injusticia, explotación económica, racismo, sexismo y otras formas de opresión y discriminación.”

globalização requer analisar o lugar enquanto espaço-território, que por sua vez é mutável e provedor de renovações e, portanto, possibilita uma reanálise das heranças históricas, bem como reflexões entre as condições atuais e futuras.

Neste contexto apresentado, situamos o objetivo geral da pesquisa, que é analisar como os espaços de lazer utilizados pela população LGBTQIA+ de São José dos Campos tensionam o direito à cidade. Fizemos isto, por meio de uma cartografia empírica da região central da cidade de São José dos Campos, SP, amparados nos debates teóricos que se entrelaçam com entrevistas coletadas, buscando apontar o potencial transformador desses espaços na criação de novas realidades urbanas aos sujeitos LGBTQIA+.

Deste modo, os objetivos específicos da pesquisa são:

- 1) relacionar e analisar perspectivas LGBTQIA+ a respeito de suas experiências com o lazer na cidade de São José dos Campos;
- 2) avançar aos debates teóricos do campo do planejamento urbano acrescentando as dimensões de gênero e sexualidade através do viés do lazer;
- 3) apontar quais são as estratégias de ocupação da cidade e os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ no acesso à cidade.

Na Carta Mundial pelo Direito à Cidade, estruturada a partir de fundamentos como gestão democrática da cidade, observância das funções sociais da cidade, da propriedade e do exercício pleno da cidadania, o direito à cidade é interpretado como “[...] usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social” (Carta, 2023). Entretanto, ainda permeado por um contexto de lacunas, os princípios que orientam o uso equitativo da cidade não favorecem aos atores sociais “despossuídos”, conforme David Harvey (2024) intitula sujeitos que não detêm poder para manobrar os interesses da vida urbana.

Lançamos nossa hipótese de que os espaços de lazer frequentados pela população LGBTQIA+ em São José dos Campos elaboram novas possibilidades de existência nas cidades para estes sujeitos, estabelecendo conexões de sociabilidade que desestabilizam a ocupação do território cisheterocentrado⁴.

⁴ O termo “cis” diz respeito a quem atende e se sente confortável com os padrões de gênero feminino e masculino, conforme o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. A junção entre o termo “cis” e heterocentrado exemplifica a relação de poder que corpos heterossexuais e cisgênero detêm em face dos sujeitos que rompem estes padrões. A autora Luisa Amaral define o termo como “a matriz heterossexual de poder” (2023, p. 63).

Neste meandro, os espaços de lazer da população LGBTQIA+ sofrem processos de retaliação e represálias simbólicas, já que tensionam padrões culturais normativos, sendo acompanhados com mais rigor pelo poder público e não passam despercebidos pela vizinhança. Mas não só, espaços de lazer LGBTQIA+ quando deixam de existir materialmente na cidade, são sobrepostos em construções de narrativas que buscam desestabilizar os significados na memória social urbana, criando uma descontinuidade das trajetórias e experiências vividas por estes sujeitos.

Desta forma, o mergulho nas experiências do lazer LGBTQIA+ a partir da análise da cidade de São José dos Campos (SP) apresenta-se como um instrumento de resistência e reconfiguração da justiça espacial, por inaugurar práticas de inclusão e reflexão que desafiam os padrões normativos e abrem caminhos no campo do planejamento urbano.

Por isso, cartografar os espaços de lazer ocupados por pessoas LGBTQIA+ nos possibilita, através do mapeamento, demonstrar como estes espaços se fixam no território central joseense, contribuindo com as considerações teóricas aqui apresentadas, tocando na dimensão da estrutura urbana, bem como extrapolando algumas das fronteiras destes conceitos neste campo de estudo.

A pesquisa está dividida em três seções, que se iniciam após a exposição do “Trajeto Metodológico”, dos “Referenciais Teóricos” e do item “Situando o Território da Pesquisa – São José dos Campos, SP”.

A primeira seção, inaugura uma proposta de agenda, abrindo os armários para pensarmos o lazer abordando perspectivas sociais e jurídicas que auxiliam na compreensão dinâmica e interdisciplinar. Estampamos argumentos teóricos junto às reflexões e relatos produzidos durante as entrevistas, relacionando e analisando as experiências com o lazer narrados pelos depoentes, por fim, lançamos a cartografia produzida na região central de São José dos Campos, ilustrando por meio do mapa elaborado pela autora e de material fotográfico produzido em campo, em contextos diurnos e noturnos, a espacialização desses espaços de lazer frequentados por sujeitos LGBTQIA+ desde o passado, no final da década de 80, até a atualidade da pesquisa, em 2023.

A segunda seção, apresenta o concreto da cidade ou a cidade concreta, alicerçada no paradigma do gênero e da sexualidade, trazendo abordagens teóricas que iluminam debates sobre estes conceitos, primeiro em contexto histórico global,

para após relacionar a comunidade LGBTQIA+ brasileira, a partir da composição da história do movimento social em sua gênese na cidade de São Paulo, levantando algumas de suas implicações no contexto urbano. Além disso, trazemos uma contextualização sobre a formação política que acarretou na sigla atualmente denominada “LGBTQIA+”. Ao final da seção, relembramos com mais profundidade o episódio histórico do Ferro’s Bar que mobiliza o contexto entre lazer, gênero e sexualidade.

A terceira e última seção traz à tona a dimensão cognitiva da espacialidade, primeiro apresentamos uma discussão sobre direito e justiça enquanto constructo social, após, espacializamos os debates sobre (in)justiça, estampando os conceitos de direito à cidade a partir das contribuições de Lefebvre (2001) e David Harvey (1980) bem como o conceito de justiça espacial a partir das análises de Soja (2014) à luz de reflexões clássicas enquanto procuramos aproximá-las da realidade brasileira produzida por Berth (2023), incluindo as explicações das pessoas entrevistadas, relacionando também as experiências de pessoas LGBTQIA+ ao contexto local, para produzir um debate teórico no campo do planejamento urbano que transgrida à lógica cisheterocentrada, além de apresentarmos desafios ainda enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ para acessar a cidade. Assim, abrangemos os instrumentos do Estatuto da Cidade, trazendo algumas provocações sobre sua aproximação e efetividade no cotidiano dos sujeitos focalizados por esta pesquisa. E por fim, apontamos algumas das estratégias de ocupação destes atores através dos momentos de participação social.

1.1 TRAJETO METODOLÓGICO

Esta pesquisa detém natureza qualitativa e se dedica a compreender o fenômeno da ocupação do território na cidade de São José dos Campos por meio da perspectivas do lazer de sujeitos LGBTQIA+.

Destacamos que, conforme Norma Lacerda (2013), o campo do planejamento urbano evoca um espaço comum, que permite uma análise interdisciplinar em busca de equacionar as problemáticas estudadas no contexto citadino (Lacerda, 2013, p. 84).

Este estudo não seria possível sem o intercâmbio de vários saberes, que se estreitaram para alinhavarmos reflexões em busca de nossos objetivos. Assim, a

pesquisa se fez de forma interdisciplinar, convocando especialmente conceitos e reflexões da filosofia, da geografia, da sociologia, das ciências jurídicas e urbanas.

Uma pesquisa interdisciplinar é feita de modo a integrar disciplinas para compreendermos determinados problemas, buscando a promoção de “avanços epistemológicos e metodológicos”, tal como defende Lacerda (2013, p. 84). A pesquisa interdisciplinar é desafiada a buscar no campo do planejamento urbano “a mais ampla interlocução com outros departamentos e instituições, tais como aqueles dedicados à filosofia, às artes, ao direito e ao conhecimento geo-histórico.” (Torres Ribeiro, 2002, p. 68 apud Lacerda, 2013, p. 89).

Para isso, primeiro realizamos um levantamento bibliográfico em três eixos temáticos principais, a saber: o primeiro com ênfase nas abordagens de gênero e sexualidade que, além da conjuntura teórica dos conceitos, preocupou-se em incrementar o contexto histórico, social e político espelhado na urbanidade; o segundo eixo, enfatizou intelectuais que analisam as estruturas da cidade, a partir da dimensão de direito e justiça, abordando o direito à cidade e a espacialidade; o terceiro eixo ponderou autores que abordam o lazer enquanto conceito bidimensional, sob a perspectiva jurídica e social.

Para complementar as discussões teóricas nos amparamos em cinco entrevistas com sujeitos que reivindicam seu gênero e/ou sua sexualidade enquanto narram suas experiências urbanas, pensam suas experiências de lazer na cidade, produzindo reflexões sobre suas próprias vivências espacializadas. Esta coleta de dados produzidos durante as entrevistas teve início após a autorização (Protocolo n.º 75320223.0.0000.5503) do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Vale do Paraíba (Univap) que considerou as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Os participantes da pesquisa possuem vínculo com a Associação Sanja Mais, que é uma organização social instalada em São José dos Campos desde 2019 e representa uma rede de apoio multidisciplinar para a população LGBTQIA+ da região, sendo um dos centros de referência de diversidade sexual e de gênero deste município.

As entrevistas foram semi-estruturadas com um questionário socioeconômico e perguntas disparadoras que organizaram um roteiro. No entanto, a relação criada com cada pessoa entrevistada possibilitou intervenções distintas dependendo da abertura de cada narrativa, ambos em apêndice ao final desta dissertação. A aplicação

do questionário complementa as entrevistas, tendo em vista a heterogeneidade dos atores sociais aqui estudados e as lacunas que os debates teóricos não dão conta, de modo que uma análise socioeconômica nos indica implicações e desafios experimentados pelas intersecções dos marcadores sociais da diferença, além das relações de poder em torno de classe social, status social, faixa etária, etnia e procedência territorial, que sujeitam pessoas LGBTQIA+, de forma mais ou menos intensa, dependendo de cada uma destas condições e das distintas experiências na realidade espacial urbana.

A história oral foi um importante instrumento utilizado na pesquisa, por abordar os conceitos de narrativa, memória e oralidade, levando em conta as representações elencadas entre entrevistador e entrevistado. Desta forma, Portelli (2018) entende que a história oral se traduz em um documento do presente que preenche de sentido o passado no momento da pesquisa, o que significa que a produção da história oral se ressignifica com o passar do tempo, pois os contextos sociopolíticos, culturais e históricos aos quais serão analisados, mudam.

A memória, condutora da história oral, além do seu aspecto biológico, carrega um sentido também social, que confirma sua validade, na abordagem da pesquisa, de acordo com Portelli (2018) “esquecemos o que não faz sentido ou o que tem demasiado sentido e emoção”. Além do mais, “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”, conforme elucida Portelli (1997, p. 31). Portanto, para enriquecer a pesquisa, utilizamos o instrumento da história oral durante as entrevistas, o que permitiu maior amplitude de perspectivas, assim como uma compreensão mais aprofundada dos conceitos e fenômenos sociais elencados.

Para analisar os dados coletados nas entrevistas, utilizamos a categoria da interseccionalidade, pois releva a relacionalidade enquanto um aspecto central para pensarmos a intersecção, que conforme Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 71-72) deve ser aplicada em estudos que de alguma forma exploram as desigualdades e injustiças sociais. Deste modo, a ferramenta da interseccionalidade, pensada a partir da relacionalidade, coopera com a compreensão dos aspectos relacionais entre sujeitos heterogêneos, sendo a violência um elemento capaz de demonstrar que “[...] sinergia entre investigação e práxis realmente funciona na interseccionalidade” (Collins; Bilge,

2021, p. 72).

Optamos pelo método da cartografia, escolhendo o centro da cidade de São José dos Campos para ilustrar nosso objetivo geral, por compreendermos a cartografia enquanto um método capaz de estampar a (in)justiça espacial (Edward Soja, 2014).

Durante as idas em campo, realizamos registros fotográficos da localização desses espaços de lazer, capturando espaços que existiram entre 1988 e 2023. O encontro com os espaços de lazer frequentados por pessoas LGBTQIA+ no centro da cidade, entre os anos 80 e início dos anos 2000, foi realizado com suporte na pesquisa de Rossi (2009), relatos de sujeitos LGBTQIA+ da cidade trajetados empíricos.

O recorte temporal referente à pesquisa tem como marco a promulgação da Constituição Federal Cidadã (1988) que foi a primeira a privilegiar o lazer enquanto direito social, bem como a considerar a igualdade formal entre todos, ao mesmo tempo que simbolizou a tensão histórica da comunidade LGBTQIA+ com o Estado para que fosse inscrito enquanto um dos objetivos fundamentais da República Federativa a erradicação da discriminação por orientação sexual, o que não foi incluído no texto constitucional.

Assim, encontramos um rizoma, caracterizado pelos princípios de conexão e heterogeneidade, pois “aglomera atos muito diversos”, analisa a linguagem enquanto observa outros fenômenos; o princípio da multiplicidade que se fundamentam na desterritorialização, linhas abstratas; o princípio da ruptura assignificante já que pode ser rompido e retomado (Deleuze; Guatarri, 2021, p. 22-25).

A cartografia é o desenho rizomático em Deleuze e Guatarri (2021, p. 29), pois se inscreve por meio de uma realidade, com linhas de intensidade diversificadas (multidisciplinares) que criam mapas afetivos, compõem os territórios, persegue “linhas de subjetivação”, questiona a “realidade”, acompanha processos variados de singularidades (Ogêda; Ribeiro, 2019, p. 5-6).

Ao questionar a verdade, a cartografia se compromete com a reflexão constante acerca do que nomeia de “dobra”, que são as constâncias analisadas nos processos de subjetivação, de “estabilização da realidade”, de modo que a realidade é tida como agenciamentos complexos e heterogêneos que validam modos específicos de concepções de mundo (Ogêda; Ribeiro, 2019, p. 10).

A escolha pela cartografia enquanto método desta pesquisa, busca associar essas múltiplas linhas da malha rizomática que envolve a teoria às narrativas,

alinhando um pedaço de toda construção deste tecido social que fisgou nossa atenção (Ogêda; Ribeiro, 2019, p. 12). Assim, construímos um mapa, por meio da ferramenta “meus mapas” Google, com entradas e saídas múltiplas (Deleuze; Guatarri, 2021, p. 33).

A figura 1 a seguir, representa todo esse trajeto metodológico descrito de forma mais detalhada anteriormente:

Figura 1 - Percurso metodológico.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

1.2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

Os principais referenciais teóricos para análise crítica e melhor abordagem dos conceitos de direito à cidade, direito ao lazer, justiça e espaço são: David Harvey a partir de seu artigo “O direito à cidade” (2024) e da suas obras “A Justiça Social e a Cidade” (1980) e “Cidades Rebeldes” (2014); Edward Soja (2014) na obra “En busca de la justicia espacial”; Dumazedier (2008) em “Sociologia Empírica do Lazer”; Milton Santos com “As cidadanias mutiladas”, artigo escrito para o livro “O Preconceito” (2023) e algumas de suas reflexões em “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” (2002); Rogério Haesbaert (2011) em “Territórios alternativos”; Joice Berth (2023) em “Se a cidade fosse nossa” e “Geografias Feministas

e das sexualidades” organizado (2016) por Joseli Silva, Marcio Ornat e Alides Chimin Junior.

Para agregar com as narrativas da história LGBTQIA+ no Brasil, contamos com a obra “Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias” de Renan Quinalha (2022); Júlio Assis Simões e Regina Facchini (2009) com sua obra “Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT”; “Manifesto Contrassexual” de Paul B. Preciado (2022), que pesquisa e aborda inquietações acerca dos padrões da heteronormatividade; Monique Wittig (2022) com seu livro de ensaios “O pensamento hétero e outros ensaios”, que além de inspirar algumas das reflexões de Preciado (2022), também contribui com suas abordagens entorno da sexualidade e performance de gênero; “Desfazendo Gênero” (2022) de Judith Butler, para aporte quanto o funcionamento da hegemonia dos gêneros binários que disciplinam corpos e sexualidades dissidentes do padrão imposto, além de algumas reflexões produzidas na obra “Invenção das mulheres” de Oyèrónké Oyěwùmí (2021), que também contribuem com nossas análises sobre gênero em uma perspectiva descentralizada dos debates sobre gênero ocidentalizada.

A análise legal da dissertação baseia-se à luz da Constituição Federal (Brasil, 2023a) e de alguns institutos do Estatuto da Cidade (Brasil, 2023b), sendo tensionados com o viés de justiça conduzida a partir das reflexões sobre violência, poder, direito e justiça feitas por Walter Benjamin (1986) e o pluralismo jurídico de Antônio Carlos Wolkmer (2020; 2001).

Após a coleta dos dados durante as entrevistas, o conteúdo foi transcrito e analisado conforme o problema desta pesquisa, cruzando as narrativas das(os) participantes, com suporte no instrumento da interseccionalidade enquanto ferramenta analítica para indicar os problemas levantados por esta investigação, bem como para compreender as relações de poder (Collins; Bilge, 2021) que se instauram na espacialidade.

Para utilizarmos a ferramenta da interseccionalidade na análise dos dados levantados em campo, foi preciso mobilizar o termo da “crítica” ou da “sensibilidade crítica” conforme nos ensinam Collins e Bilge (2021, p. 86). Desta forma, desenvolvemos um exercício crítico que tem como prática investigativa a supressão da segregação, tal como defendem Collins e Bilge (2021, p. 87).

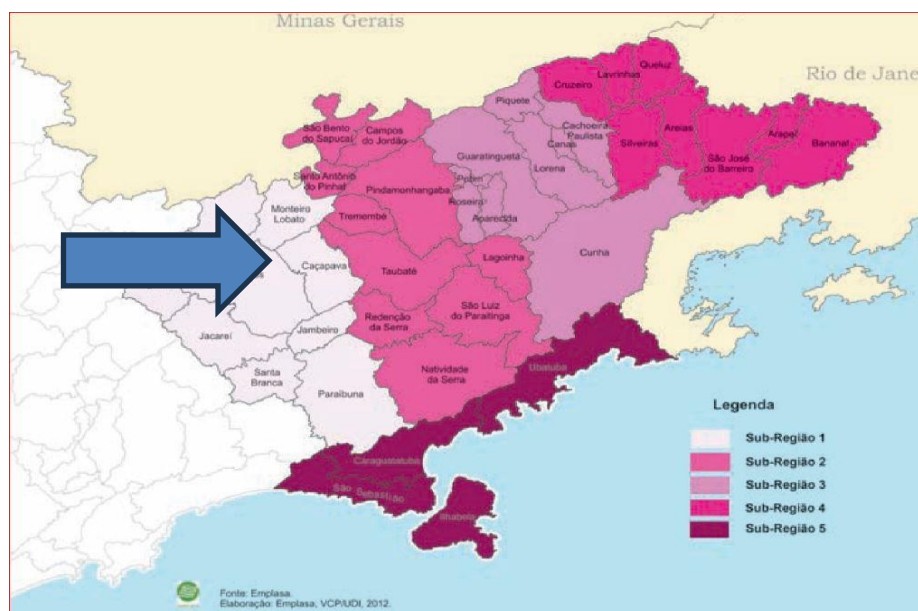
A exposição teórica é complementada pelas narrativas das experiências dos

sujeitos entrevistados, enriquecendo não só a compreensão da teoria como, também, complementando teoria e práxis de forma mais aproximada.

1.3 SITUANDO O TERRITÓRIO DA PESQUISA – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

O Município de São José dos Campos está situado no interior do estado de São Paulo, em uma região instituída como RMVPLN (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte), atualmente detém uma população de cerca de 697.054 habitantes, conforme dados do Censo de 2022 (IBGE, 2024).

Figura 2- Sub-regiões do RMVPLN com indicação da cidade de São José dos Campos



Fonte: EMLASA (2024).

No século XIX o município de São José dos Campos contava com atividades destinadas ao divertimento da população, como peças de teatro, bailes, solenidades religiosas, cívicas e recreativas (Agê Júnior, 1978, p. 117).

Desde os anos 1860 muitos festejos eram apreciados na cidade, em especial a Festa do Divino Espírito Santo e de São Benedito, além das formações de corporações musicais que orquestravam os festejos durante as madrugadas (Agê Júnior, 1978, p. 117). A festa do Divino Espírito Santo, iniciava quinze dias antes do dia oficial da festa, com o levantamento do mastro, era regada a muita fartura de comidas, apresentações musicais profissionais e amadoras, Agê Júnior (1978, p. 122) descreve que “terminados esses divertimentos, a classe mais humilde iniciava animados samba

e batuque, que só terminavam com o clarear da manhã seguinte”.

É possível notar, que o histórico da cidade envolvia festejos tradicionais relacionados a preceitos de cunho religioso, além de que o autor aponta, timidamente, a questão afeta às relações étnico raciais quando cita que “a classe mais humilde” após o fim dos festejos religiosos da cidade, “iniciava animados samba e batuque”, o que nos evidencia a existência, já naquele período, de momentos de sociabilidade e experiência da cidade que se inscrevia por outros aspectos e tradições (não brancos e contra hegemônicos).

Saltando para o século XX, o município de São José dos Campos já detinha outras conotações, conforme nos explica Paula e Roque (2012, p. 70), com a instalação do COCTA em 1946 (que foi instituído como CTA em 1953 e posteriormente para DCTA), do ITA em 1950, da EMBRAER em 1969. As autoras descrevem que a escolha do município de São José dos Campos para construção desses polos destinados ao fomento científico aeroespacial estava relacionada a posição estratégica de ocupação do território no Vale do Paraíba, tendo em vista que esta cidade está situada entre duas capitais (São Paulo e Rio de Janeiro) de grande circulação de fluxos econômicos (Paula; Roque, 2012, p. 98).

No início do século XX, o intenso processo de industrialização da cidade que era, até então, predominantemente voltada para laticínios, cerâmica e indústria têxtil, também corroborou com a instalação do ITA e COCTA e posteriormente com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, fortalecendo ainda mais o processo de industrialização da cidade (Paula; Roque, 2012, p. 101).

Ao abordar o discurso que se inscreve no contexto urbano joseense, Zanetti (2008, p. 178) expõe que em um documento do planejamento urbano da cidade de 1961 o interlocutor afirma que os joseenses gostariam de esquecer o período sanatorial vivenciado na cidade, que os mesmos apreciavam as transformações radicais sofridas na cidade e que “nada mais conserva das características anteriores”. O que nos aponta a produção do espaço urbano joseense constituída a partir de uma narrativa que desloca as memórias de festejos, desprendendo o período sanatorial e inclina-se a uma outra narrativa de cidade, inscrita radicalmente na tecnologia.

Com isso, a produção do espaço urbano joseense foi se moldando e constituindo sob o discurso da modernidade, da ciência e da tecnologia, por meio do implemento e apoio de forças militares, sendo que seu passado relacionado aos

festejos e ocupação do território através das comemorações, foi diluído, perdendo cada vez mais espaço no discurso da cidade.

Sem intenção de romantizar o passado, seja da sua fase festiva, sanatorial ou em seu contexto industrial e tecnológico, gostaríamos de apontar que o território onde esta pesquisa se instaura possui camadas de sua memória social que, quanto mais aprofundadas, mais revelam possibilidades de serem vivenciadas e ressignificadas no urbano. Inegável a ausência eminente de perspectivas investigativas que indaguem a constituição, produção e ocupação deste território mensurando a sexualidade e o gênero dos atores sociais que o compõe em todos esses contextos.

SEÇÃO 1

Abertura dos armários: a agenda do lazer

2 LAZER: PERSPECTIVAS SOCIOESPACIAIS E CONSTITUCIONAIS PARA (RE) PLANEJAR UMA SÃO JOSÉ LGBTQIA+

*A Moral não me ajuda.
Sou antagonico nato.
Sou uma daquelas pessoas que são feitas para exceções,
não para regras.*

Oscar Wilde (2018)

Nesta seção explanamos o conceito de lazer sob a perspectiva socioespacial e jurídica, com ênfase na dimensão constitucional, por meio das reflexões de estudiosos do tema, tal como Bernardo Augusto Ferreira Duarte (Gomes; Isayama, 2015) e Virgílio Afonso da Silva (2014), que analisam o lazer por uma perspectiva jurídica, Victor Andrade de Melo (2007) doutor em educação física, que apresenta as relações entre lazer e cultura de camadas historicamente oprimidas no Brasil e, ainda, Joffre Dumazedier (2008), sociólogo francês expoente nos estudos sociais sobre o lazer.

Buscamos relacionar o conceito do lazer em sua dimensão social e jurídica atrelada aos relatos das pessoas entrevistadas, que complementam ou contrapõem a teoria aqui articulada, para refletir sobre a realidade social do lazer dos atores desta pesquisa, espacializando as experiências na cidade de São José dos Campos/SP.

Primeiro estaremos o conceito de lazer conforme mencionado anteriormente, além de localizá-lo nos instrumentos jurídicos atuais, após relacionaremos o conceito com as participações das pessoas entrevistadas e, por último, apresentaremos o que nos anos 2000 era nomeado de “guetos GLBTT” (sigla utilizada pelo autor) em São José dos Campos, por Rossi (2009), para caracterizar os espaços urbanos que eram experimentados por sujeitos LGBTQIA+ no município entre os anos de 1988 ao início dos anos 2000, bem como estampar espaços de lazer que compõem a paisagem da cidade atualmente (até 2023) com registros fotográficos realizados durante o processo o campo no processo da cartografia.

2.1 CONTORNOS DO LAZER

A temática do lazer recebeu especial atenção no Brasil com o pioneirismo da publicação de “Lazer Operário” de Acácio Ferreira em 1959, conforme aponta Gomes

(2004, p.120). Desta maneira, Melo (2003) confirma que a década de 60 foi relevante para o início dos debates e estudos que abordam o lazer no Brasil, mas estava sempre associado aos reflexos positivos na produtividade do trabalho etc. (Melo, 2003, p. 21).

O lazer era compreendido como “fração de tempo”, situada no “tempo livre de trabalho”, propagada a ideia de que era necessário ocupar as horas fora do trabalho com “atividades recreativas consideradas ‘saudáveis’ pelos seguimentos hegemônicos” (Gomes, 2004, p. 120).

Mas também pode ser compreendido como:

[...] uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaco conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo (Gomes, 2004, p. 125).

Enquanto direito, o lazer foi estampado na Constituição Federal brasileira de 1988, pela primeira vez em um texto constitucional nacional desde a primeira constituição do país em 1824, estando localizado nos artigos 6º, artigo 7º, inciso IV, artigo 217º, parágrafo 3º e artigo 227º (Brasil, 2023a). Apesar desta previsão constitucional expressa, estudiosos sobre a temática do direito ao lazer, tal como Duarte (2015, p. 22) e Silva (2014, p. 272), ponderam críticas que versam sobre as escassas abordagens teórico-jurídico brasileiras sobre o tema, o que nos impõe alguns desafios para análise desse fenômeno. Um destes desafios é compreendermos o direito ao lazer na cidade a partir de uma perspectiva que conceba a cidade “em si mesma um grande equipamento de lazer, e, não obstante em seus problemas e desigualdades” (Gomes; Isayama, 2015).

Para Silva (2014, p. 272), “[...] o direito ao lazer é provavelmente aquele que menos recebe atenção de juristas, sejam constitucionalistas ou não. Mais do que isso, muitos parecem supor que um direito ao lazer é até mesmo desnecessário”. Desta forma, ao reconhecer no direito ao lazer a viabilidade de transformação social para alcance da justiça social de populações vulnerabilizadas, revelamos um possível instrumento de alteração de paradigma social.

Outra perspectiva interessante é a de que “[...] levar a sério o direito ao lazer implica o desafio permanente de recriar. Pois o esforço em compreender este direito social impõe a abertura ‘ao novo, ao imensurável’” (Gomes; Isayama, 2015, p. 32).

Definir lazer não é uma tarefa simples, pois, por mais notório que pareça, o lazer possui especificidades históricas e sociais que precisam ser postas à luz para retomarmos este debate, sendo que o núcleo deste conceito se faz de modo interdisciplinar, requerendo subsídios teóricos múltiplos para compreendê-lo.

Joffre Dumazedier situa seu estudo à luz de quatro correntes que circundam o lazer em uma perspectiva sociológica: a que parte do pressuposto do trabalho profissional; as relativas às obrigações familiares; as inerentes as obrigações socio-espirituais e as obrigações socio-políticas; e por último, às atividades exteriores às obrigações institucionais, orientadas prioritariamente à realização pessoal (Dumazedier, 2008, p. 88).

Portanto, o lazer é constituído por um sistema que é formado por quatro elementos, o de caráter liberatório, desinteressado, hedonístico e pessoal, sendo que a ausência de um destes descaracterizaria a existência de seu pressuposto, como propõe Joffre Dumazedier (2008, p. 94-96).

O lazer detém caráter liberatório por implicar a libertação de outras obrigações sociais impostas, tais como o trabalho, as obrigações familiares, as obrigações sociopolíticas, de modo a situar-se em contraposição destas obrigações, ao passo que detém uma relação interrelacionada a elas (Dumazedier, 2008, p. 94).

O caráter desinteressado defendido por Dumazedier (2008) é relativo a submissão do lazer à finalidade lucrativa ou utilitária, inclusive, para este sociólogo, quando o lazer detém uma finalidade, já não pode ser nomeada integralmente de lazer, sendo definida por ele de “semilazer” (Dumazedier, 2008, p. 95).

Semilazer seria uma forma de descaracterização do lazer completo, quando esse “lazer” se torna de alguma forma engajado, relacionado a uma obrigação, quando há um interesse além. Então, quando relacionamos o lazer LGBTQIA+ a uma condição política, tendo em vista a resistência e afirmação identitária que esses sujeitos por vezes constroem no contexto brasileiro e joesense, esta prática de lazer perde, ora ou outra, uma de suas características, pois estaria vinculado a um interesse além.

O lazer também é composto por um caráter hedonista, que busca a realização das necessidades das pessoas, ainda que associadas a um grupo. Deste modo, a busca pelo prazer e pela felicidade está intimamente relacionada a experiência do lazer na sociedade moderna (Dumazedier, 2008). Ademais, o caráter pessoal do lazer é compreendido por Dumazedier (2008) por sua relação intrínseca com a realização dos

interesses do indivíduo, associado a libertação da “fadiga física ou nervosa que contrariam os ritmos biológicos da pessoa”, podendo ocasionar a recuperação desses reflexos sociais nestes sujeitos (Dumazedier, 2008, p. 96).

Para além desses aspectos, Silva (2014) defende que apesar de haver uma relação intrínseca entre o tempo livre e o exercício do direito ao lazer, não podemos confundi-los, pois o

[...] tempo livre é pressuposto para o exercício do direito ao lazer, isto é, há uma relação entre ambas as ideias, que, porém, não são sinônimas. O tempo livre pode ser usado para inúmeras outras finalidades. A principal delas talvez seja o descanso (Silva, 2014, p. 273).

Ter algum tempo para desfrutar as horas fora do trabalho é algo longínquo, mas o desfrute do lazer, enquanto um conceito, surgiu no período da Revolução Industrial, conforme explica Dumazedier (2008, p. 26). Antes da Revolução Industrial, após os ciclos de trabalhos, conduzidos através dos ciclos da natureza, das estações etc., os períodos sem trabalho, para desfrutar da vida, eram os períodos de festa que estavam quase sempre relacionados aos cultos, à abundância de alimentos, aos cantos, jogos e cerimônias (Dumazedier, 2008, p. 26).

Pela perspectiva jurídica e constitucional, lazer pode ser definido como “realização de atividades que são um fim em si mesmas e não implicam objetivos produtivos” (Silva, 2014, p. 273).

Joffre Dumazedier defende que o lazer “[...] corresponde a uma liberação periódica do trabalho, no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho” (Dumazedier, 2008, p. 28), e neste sentido, para este autor, é preciso considerar os conflitos nas relações sociais (entre classes, gerações, gêneros), onde acrescentamos os conflitos nas relações entre as sexualidades, em uma sociedade engrenada pela industrialização, que mantém mutações sociais e culturais geradoras de reflexos no lazer, em suas significações e obrigações basilares das cidades (Dumazedier, 2008, p. 32). O gênero, com recorte para mulheres, que reivindicavam por mais horas de repouso para também desfrutarem do lazer, não era uma condição paritária, conforme aponta o autor (Dumazedier, 2008, p. 44).

2.2 ESPACIALIZANDO O LAZER NA CIDADE

Esta pesquisa entrevistou 5 pessoas, dentre as quais três são brancas e duas negras (preta ou parda), quatro delas se afirmam mulheres, sendo duas mulheres lésbicas (uma branca e uma preta), uma mulher pansexual (parda) e uma mulher que se reivindica entre queer e lésbica (branca), uma delas, que é branca, se afirma trans não-binária (pois não se reconhece nem na categoria de gênero masculino, tampouco na categoria de gênero feminino). Apesar da limitação do porte da análise, foi possível notar que entre os cinco sujeitos há perspectivas que se assemelham quanto as suas experiências no contexto urbano.

As cinco pessoas entrevistadas acessaram o nível de escolaridade superior, sendo que, duas mulheres negras estavam cursando o nível superior no momento da entrevista, a mulher lésbica branca tem o nível superior concluído, a pessoa trans não-binária está cursando pós-graduação e a pessoa queer lésbica também.

Quatro das pessoas entrevistadas possuem renda bruta per capita entre 1 e 2,9 salários mínimos e todas (até então) residem com mais uma pessoa. Uma pessoa entrevistada possui renda bruta per capita de 4 salários mínimos e meio.

O acesso a escolaridade de nível superior reflete também nos recursos financeiros e no status social ao qual cada pessoa entrevistada está inserida, impactando nos espaços de lazer que frequentam.

Para localizarmos gênero, sexualidade e lazer em São José dos Campos, é preciso mapear quais equipamentos de lazer estão à disposição da população na cidade. Apesar do Município ofertar variadas opções de lazer, tal como parques públicos, inúmeras praças, alguns museus e teatros, shoppings centers, cinemas etc., o lazer LGBTQIA+ é, por vezes, restrito aos bares e baladas, especialmente quando relacionado a um espaço propício para suas experiências afirmativas. Sobre isso, um dos sujeitos entrevistados para esta pesquisa, uma mulher parda, pansexual, estudante do curso de direito, afirma⁵:

Aqui em São José dos Campos a gente tem poucos locais de lazer para LGBTs, pra falar a verdade, tem pouquíssimos locais, o que eu gosto muito daqui é que os roles culturais eles são muito bem frequentados por essa população, isso é muito legal, eu acho que eu

⁵ Todos os relatos dos sujeitos entrevistados para a presente pesquisa são aqui identificados apenas pela sigla E (Entrevistado/a) seguido de um número, por exemplo: E1, E2, E3 e assim por diante.

vejo muito mais LGBTs do que pessoas héteros nesses locais. Por que tem poucos espaços de lazer para pessoas LGBTs em São José dos Campos e os espaços que tem são baladas, né? Baladinhas e são muito visto como local de pegação, então essa vontade foi passando, passando, então eu deixei de frequentar (E4).

Tal restrição condiciona pessoas LGBTQIA+ a vivenciarem o lazer em espaços privados por um estereótipo social construído de que estes sujeitos estão restritamente em busca de vivências noturnas, associadas à liberdade sexual, encontros casuais etc., que não deveria prosperar no imaginário social, tendo em vista a multiplicidade dos sujeitos e dos seus interesses, além de que este estigma condiciona os circuitos de lazer LGBTQIA+ a “regiões morais” (Parker, 1967).

A região moral é explicada por Parker (1967, p. 64-65) como aquela em que “os impulsos, as paixões e os ideais vagos e reprimidos se emancipam da ordem moral dominante”, em que o modelo comunitário aceito impõe aos indivíduos valores sociais que acabam por segregar certos circuitos citadinos em detrimento de outros.

Por outro lado, é possível notar que espaços de “pegação”, os bares e boates destinados ao lazer de pessoas LGBTQIA+ na cidade, apesar de representarem para a pessoa entrevistada E4, em certa medida, estereótipos da busca por experiências de sociabilidade de forma vinculada ao prazer, ao desfrutar noturno, a exposição ao consumo alcoólico (experimentado e buscado também por pessoas heterossexuais e cisgêneras), são espaços que promovem o encontro destas identidades, que articulam vivências e estabelecem um agrupamento desses sujeitos, fixando a existência LGBTQIA+ na espacialidade urbana.

Espaços utilizados pela população LGBTQIA+ para experiência do lazer se compõem enquanto “espaços de referência identitária” conforme indica Haesbaert (2011, p. 149), pois simbolizam lugares de refúgio e plenitude a estes sujeitos, “resguardam” de certa forma a integridade física e mental das pessoas que formam esta população, possibilitando uma convivência coletiva de existência poética, que para Haesbaert (2011) “emana uma apropriação estética específica, capaz de fortalecer uma identidade coletiva” e recria a perspectiva de cidade desenhada no urbano. Nos espaços “são travados combates, estão cicatrizes de lutas [...], estão os signos da permanência e da mudança, e são vividos os ritos da ordem e do caos, da disciplinarização e dos desregramentos” (Haesbaert, 2011, p. 81).

O fenômeno do lazer na sociedade pós-industrial recebia influência do trabalho,

da divisão do trabalho e da divisão de classes sociais, mas não mais como nas análises de Marx, tendo em vista que há um “aburguesamento” das classes trabalhadoras às classes médias, que reflete na dinâmica cultural e social dos lazeres, conforme aponta Joffre Dumazedier (2008, p. 237). Desta forma, o lazer passa a deter uma influência contestadora acerca das obrigações institucionais, que implica em uma condição reivindicatória “por libertação, destinação de tempo e de espaço” (Dumazedier, 2008, p. 237).

Em relação aos estudos sobre a classe trabalhadora e acesso ao lazer no período da Revolução Francesa, Melo (2003, p. 39) aponta que os momentos de diversão eram vistos como “potencialmente perigosos por serem perturbadoras da ordem social” e indica que “o crescimento da repressão a tais atividades coincide com o aumento da tensão entre trabalhadores e patrões/Estado”. Os momentos de diversão e lazer vivenciados por pessoas tidas como “minorias” sociais, ainda de acordo com este autor, eram considerados perigosos pelo fato destes sujeitos congregarem as contradições sociais as quais estavam expostos, bem como os problemas que enfrentavam e, neste sentido, as tabernas foram cruciais para o período (Melo, 2003, p. 39-40). Além disso, o controle das horas de “não-trabalho” ganhou mais espaço nos discursos que pregavam o progresso na época, atrelado a novas táticas fabris que contavam com o suporte da religião, aliada ao pecado, ocupando as horas vagas dos trabalhadores e das trabalhadoras com momentos de oração e prece, conforme explica Melo (2003, p. 42-43).

Mulheres brancas puderam acessar locais de trabalho no Brasil, sem a necessidade de autorização de seus maridos, após a promulgação do Estatuto da Mulher Casada, Lei n.º 4.121 de 1962 (Brasil, 2024a). No entanto, as mulheres negras não eram condicionadas a tal restrição legal, pois ainda eram vistas socialmente como “objetos de mão-de-obra e trabalho”, sendo a categoria “mulher” carregada de significados relativos a uma condição social hierarquicamente inferior a categoria “homem”, como discutiremos na próxima seção.

A população LGBTQIA+ nos desafia em sua complexidade, dada a heterogeneidade dos sujeitos, pois, apesar de formarem um grupo social, também são pessoas com gêneros, sexualidades, etnias, classes sociais, procedência territorial e faixa etária distintas, que comungam dos desafios para materializar suas cidadanias, enquanto compartilham alguns posicionamentos políticos, alguns traços culturais ao

mesmo tempo que reivindicam espaços para desfrutarem suas identidades.

O lazer é um rizoma, no qual o grupo, aqui focalizado nas pessoas LGBTQIA+, se encontra (em vários sentidos), possibilitando o estado reivindicatório e hedonístico, em âmbito pessoal ou coletivo.

Como dito, as experiências sobre os espaços de lazer da cidade passam a ter distintas conotações, a depender do sujeito que a vivencia, o que enriquece as perspectivas aqui enfrentadas. O relato de outro sujeito entrevistado confirma isto, uma mulher negra lésbica, estudante de psicologia, residente de São José dos Campos há quatro anos, ao afirmar que:

Me sinto segura nesses espaços, mas não é 100% segura, tem a questão da minha cor, que isso eu já trago muito lá da minha infância, mas quando eu vou para algum lugar de lazer eu fico com aquela coisa e me pergunto “será que eu vou conseguir entrar nesse lugar? E se eu estiver acompanhada (com alguma namorada), porque eu sou negra e lésbica, então fico mais atenta a tudo (E3).

Para outro sujeito entrevistado, que se posiciona como uma mulher lésbica branca e produtora cultural:

A gente, por ser mulher e lésbica, sente muito medo, e nessas baladas não é impedido que pessoas héteros entrem, então uma vez eu fui agredida por não querer ficar com um homem lá dentro da balada LGBT (E2).

O aspecto da violência atravessa o discurso dos sujeitos, tanto por instigação nossa, quanto pelas narrativas dos próprios sujeitos que participaram da pesquisa. É uma linha que não gostaríamos de perseguir, já que nossa ênfase está no fenômeno do lazer, entretanto, há essa dimensão que disputa espaço na memória desses atores.

Ao pensar o primeiro espaço de lazer que se sentiu à vontade para viver sua sexualidade e identidade de gênero, E5 refletiu em silêncio e respondeu rapidamente que não saberia responder, após, teceu algumas lembranças de suas experiências, concluindo que foram poucos os espaços que experienciou o lazer enquanto uma pessoa branca queer lésbica:

(Silêncio) Não sei. Mas acho que na minha casa, é porque eu tenho um problema maior, a minha mulher é muito reservada, por que até na família dela tem uma coisa de que a gente não precisa se expor, não precisa esfregar nada na cara de ninguém, você entendeu? Então

assim, mas eu, sempre me dei muito bem de andar de mão dada, de dar beijo em público... é que como eu naturalizei muito isso... é que antes, eu me descobri lésbica muito tarde, então eu sempre fui a amiga hetera da galera, até que de repente a minha mulher, foi a pessoa que me despertou, aí passei a perceber... então eu sempre naturalizei antes... então eu pensei “ta tudo bem, normal”, então todo mundo sabe, no meu trabalho eu não escondo de ninguém, nem paciente, nem de hospital, nem de ninguém que trabalha comigo. Eu tive um pouco mais de tato para contar para minha família, mas todo mundo sabe, nem todo mundo aceita, mas todo mundo sabe. Então assim, mas o ambiente em si, de demonstração pública de afeto... a vontade, a vontade, a gente não se sente em lugar nenhum, a não ser que seja um bar GLS, aqui em São José, eu fui a um só e acho que nem existe mais (E5).

Para uma pessoa não binária, branca e pesquisadora (em processo de doutorado), a percepção sobre sentir-se segura em espaços de lazer na cidade de São José dos Campos é distinta, como podemos notar através de seu relato:

Olha, eu diria que sim, me sinto segura, acho que foi até porque a minha introdução para uma noção de uma certa ideia de ‘comunidade’, de uma certa ideia de coletivo, tem um linguajar próprio, acho que tem protocolos também de desde como você se vestir. Ah, acho que tem mais um aspecto cultural que em geral a comunidade LGBT tem um interesse, uma aptidão, uma afinidade com o meio artístico. Então meu gosto para a música foi influenciado, a minha estética altamente influenciada, eu sou uma pessoa que eu gosto muito da arte drag, então foi uma coisa que, nossa, acho que assim, fui profundamente influenciado por esses espaços (E1).

O aspecto cultural, a aptidão artística, o linguajar próprio e a estética mencionados pela pessoa entrevistada acima são latentes nas imagens produzidas em campo em um bar que é um dos espaços de lazer citado durante a entrevista, localizado na região central da cidade.

Imagem 1 – Espaço de Lazer, entrada do bar.



Fonte: Imagem da autora (2024).

Imagem 2 – Espaço de Lazer, banheiro do bar



Fonte: Imagem da autora (2024).

Ademais, a atmosfera de comunidade é fomentada por esses atores sociais, e, apesar de enxergar sua experiência espacial na cidade de forma restrita, utilizam de espaços de lazer como fortalecimento desta comunidade:

Não me sinto confortável, não ocupo qualquer espaço na cidade, eu não me sinto seguro em qualquer espaço e eu faço muita questão de se eu vou fazer algo, se eu for consumir algo, ser de uma pessoa LGBT, de um restaurante ou bar que seja, que o proprietário seja LGBT, tanto pra beneficiar minha comunidade como também pra me sentir um pouquinho mais seguro (E1).

Ainda que gozem de privilégios étnico-raciais, como ser branco ou por pertencer a uma classe social mais abastada, detendo status social, pessoas

LGBTQIA+, por assumirem uma identidade de gênero aquém das normas ou terem orientação sexual não hétero, não usufruem de plena segurança, tampouco se sentem seguras em muitos dos espaços da cidade e buscam em seus círculos de sociabilidade oportunidades para trocas, fomentos e segurança de sua integridade psicossocial. É o que Carvalho e Macedo Junior (2017) discutem ao refletirem sobre a cidade a partir da existência de pessoas LGBTQIA+:

Se a rua, este espaço coletivo de trocas e cruzamentos, representa um risco grande de existência e, até mesmo, de demonstração de afetos e relacionamentos, é preciso se questionar acerca da produção desses espaços enquanto espaços de sociabilidade. Se a cidade deve ser um espaço livre de discriminação, por que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são tão vulneráveis nos espaços sociais? Através dos discursos sociojurídicos-urbanísticos, a cidade constitui-se a cidade do interdito para LGBTs, ou como preferimos aqui nomear, a cidade se ergue enquanto uma cidade-armário (Carvalho; Macedo Junior, 2017, p. 106).

A representação do armário significa o fortalecimento da cultura heterossexual e cisgênera que explicita sua naturalização na vida pública, enquanto desloca a homossexualidade e a transgeneridade para a vida privada, tidas, no passado, como anomalias sociais, ocultadas dentro das profundezas do armário (Carvalho; Macedo Junior, 2017, p. 109). Esta construção ideológica do armário serve para manter privilégios e a “sacralização da heterossexualidade e da cisgeneridade através do discurso moralizante”, de acordo com Carvalho e Macedo Junior (2017, p. 109).

Um aspecto que complementa a reflexão anterior, pela depoente E1, é a existência do estresse de minorias:

Pessoas que tem marcadores sociais de diferença como gênero, sexualidade, minoria sexual, pretas, pardas, indígenas, normalmente, o nível hormonal de estresse delas é mais elevado do que pessoas brancas, hétero, cisnormativas...cisgêneras... e então você fica já num sentimento de tensão, pensando assim que qualquer hora vai acontecer de novo e como eu vou reagir dessa vez, né?
Então acho que tem isso, de uma tensão constante, é o sentimento de tensão constante dentro do ambiente de trabalho. Você saber que em algum momento alguém vai tocar naquele assunto de uma forma pejorativa (E1).

O momento de coleta de dados, durante as entrevistas, evidenciou a dimensão da violência e do medo para esses atores, ao passo que notamos o sutil desinteresse em pensar suas próprias vidas a partir da espacialidade. Esta atmosfera temerária

experimentada por sujeitos LGBTQIA+ no Brasil é confirmada por Carvalho e Macedo Junior (2017) que indicam que:

A cidade armário passa a ser confessionário das sexualidades, mas apenas aquelas permitidas; os corpos adequados podem transitar livremente pela cidade e acessar seus mais diversos serviços, mas àqueles corpos não-dóceis, resta o medo da rua, o medo da cidade (Carvalho; Macedo Junior, 2017, p. 110).

De outro lado, notamos que a temática do lazer lhes interessa, mas neste recorte de cinco pessoas entrevistadas, transpareceu que a dinâmica do lazer é experienciada para desopilar o contexto de hostilidade saboreado nos espaços urbanos por esses sujeitos. Leila Pinto (2003, p. 254), por exemplo, considera o lazer como "espaço privilegiado para a vivência lúdica, na qual o prazer é conquista da experiência da liberdade." (apud Gomes, 2004, p. 123).

O prazer foi uma das principais reivindicações, enquanto um direito emancipatório, no início da organização política do movimento LGBTQIA+ (na época MHB – Movimento Homossexual Brasileiro), no fim da década de 70, instaurada diante da crescente oposição ao autoritarismo da ditadura militar (Quinalha; Ramos; Franco Bahia, 2024, p. 32).

O termo "prazer" carrega uma conotação vinculada ao desejo que transcende as fronteiras da regulação e da norma, possui um ímpeto de radicalidade, conforme apontam Quinalha, Ramos e Franco Bahia (2024). O caráter utópico e reivindicativo do direito ao prazer levantado pelo então MHB em 1978 passou a fundamentar a sexualidade enquanto um direito humano, conforme registro da carta enviada ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, por meio de uma denúncia ao tratamento desrespeitoso que era conferido às pessoas homossexuais (Quinalha; Ramos; Franco Bahia, 2024, p. 32-33).

No mesmo período, o jornal Lampião e o Grupo Somos (Grupo de Afirmação Homossexual) em 1979, enviou um documento ao Congresso Internacional pela Anistia e Liberdade Democrática no Brasil, defendendo que

[...] além do direito ao trabalho, todo cidadão tem também o direito legítimo e inalienável ao prazer, que é parte do seu direito à vida e à sobrevivência enquanto ser humano. As pessoas precisam do prazer como precisam da comida e da liberdade. Não podemos esperar uma participação política efetiva de quem aliena de si mesmo, ignorando seu direito ao prazer (apud Quinalha; Ramos; Franco Bahia, 2024, p. 33).

alguns fios que escapam, a princípio, do problema central da pesquisa, mas merecem ser levantados, como é o caso deste discurso social da cidade, que contribui com uma narrativa que invisibiliza experiências LGBTQIA+.

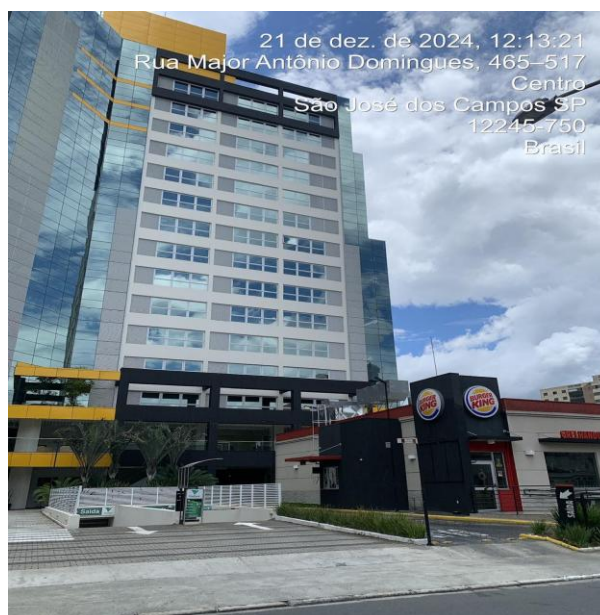
Por outro lado, estudos como o de Rossi (2009), que privilegiou memórias de sujeitos LGBTQIA+ residentes em São José dos Campos, trazem à tona uma camada contida na cidade que fica suspensa enquanto não é posta em pauta. Os registros fotográficos que realizamos durante as idas em campo para a produção da cartografia ilustram essa dinâmica e a construção da narrativa a qual nos referimos anteriormente.

Durante a década de 1980, os espaços de lazer e sociabilidade LGBTQIA+ da cidade de São José dos Campos eram ainda mais restritos. Conforme a pesquisa de Rossi (2009, p. 39) o “De Repente Bar”, na Rua Francisco Paes, em frente ao Edifício Rui Doria, apesar de ter sido um bar heterossexual, pessoas LGBTQIA+ eram bem-vindas, conforme uma depoente da pesquisa de Rossi (2009) relembra. Entretanto, as pessoas LGBTQIA+ frequentadoras do espaço enfrentavam “uma barra ali”, por serem vitimadas por episódios de violências enquanto tentavam experienciar o lazer.

Ainda que Deleuze e Guattari (2021, p. 48) não recomendem registros fotográficos para perseguir o rizoma, argumentamos que para incrementar e melhor exemplificar o contexto brasileiro e joseense urbano, em que há sobreposição de narrativas hegemônicas que soterram memórias das experiências urbanas LGBTQIA+, deslocando referenciais espaciais, a captura fotográfica não estagna ou encerra o rizoma, pelo contrário, o contorna, localizando uma “direção perpendicular, um movimento transversal”, é o meio, como definem Deleuze e Guattari (2021, p. 49).

Desta forma, a Imagem 4, reproduzida abaixo, capturou uma cena em 2024, demonstrando a sobreposição de narrativas no centro da cidade de São José dos Campos. Esta região, no início dos anos 90, era palco de vivências LGBTQIA+ na antiga Zyon. A Rua Major Antônio Domingues foi uma rua importante no fluxo de sociabilidade LGBTQIA+ neste período. Próximo da Rua Paraibuna, tida como um dos eixos de trabalhos sexuais da cidade, uma zona moral da centralidade joseense.

Imagem 4– Antiga localização da Zyon



Fonte: Imagem da autora (2024).

A sobreposição de narrativas aniquila o histórico de referências que tangem a urbanidade generificada e sexualizada, se valendo de uma suposta neutralidade por meio do fluxo comercial neoliberal que opera nas cidades.

Imagem 5 – Antiga localização da Cabala, Barbados e Gaiola.



Fonte: imagem da autora (2024).

O início da Avenida São José e da Avenida Tenente Nevio Baracho foram palco de espaços de lazer frequentados pela população LGBTQIA+ da cidade, entre o início

dos anos 2000 e, após em 2015, com a boate Êxtase e a Casa Coletiva Magia do Amor, respectivamente. Dentre os espaços que eram experimentados como lazer de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis na cidade de São José dos Campos, o único que se mantém desde o momento da criação do croqui acima em 2009 até 2023 é o Alternativo Mix, que passou por inúmeras ressignificações e hoje se apresenta como um karaokê e boate frequentado por pessoas LGBTQIA+, dividindo espaço com um restaurante, conforme podemos verificar nas imagens 6 e 7 a seguir.

Imagem 6 - Espaço de lazer fachada karaokê LGBTQIA+



Fonte: imagem da autora (2024).

Imagem 7- Espaço de lazer, outro ângulo, mesmo espaço



Fonte: Imagem da autora (2024).

Outros espaços de lazer LGBTQIA+ no centro da cidade de São José dos Campos surgem nas lembranças das pessoas entrevistadas e preenchem a cartografia com outros sentidos urbanos, o chamado Pimenta Bar, apesar de não ter sido frequentado por uma das pessoas entrevistadas (E2), foi recordado com ar de curiosidade. Capturamos uma fotografia que instiga a inquietação de uma fachada que pouco revela sobre memórias do que esse espaço pode significar no imaginário de pessoas LGBTQIA+ que ali desfrutaram momentos de lazer, na Rua Santa Madalena, nas bordas da região central da cidade.

Imagem 8– Antiga localização do Pimenta Bar



Fonte: Imagem da autora (2024).

Ao olhar para a cidade com cautela, conseguimos nos aproximar do fenômeno do lazer de pessoas LGBTQIA+ em São José dos Campos. Nítido é o ímpeto de resistência que paira pelas ruas transversais comerciais do centro da cidade.

Um dos campos problemáticos desta cartografia (Passos; Kastrup; Escóssia, 2014, p. 205) apresenta desvios contraditórios, como por exemplo, a existência de espaços de lazer LGBTQIA+ que são mais marginalizados que outros, por serem frequentados por sujeitos LGBTQIA+ que buscam se relacionar com perspectivas distintas na realidade social. Dentre elas, algumas são mais explícitas e poderíamos nomeá-las de “promíscuas”, mas daríamos com isso um tom extremo e moralizante, já que revelam a busca pelo prazer noturno e estão bem mais ladeadas dos negócios

sexuais, outras, mais elitizadas, moralizadas, que apesar da busca hedonística do prazer, são permeadas de conformidade com outros espaços e, por isso, a primeira vista, podem ressoar como estáveis ou até alinhados com a hegemonia urbana. Contudo, ora ou outra são desestabilizados com a presença marcante da polícia e retaliações da vizinhança.

Notamos, por outro lado, que assim como houve um deslocamento dos debates sobre gênero e sexualidade no Brasil, trazendo à tona a relevância destas discussões no campo jurídico, político e social, também houve deslocamentos destes espaços de lazer na conjuntura urbana joseense, pois passaram a compor áreas mais expostas da cidade.

Se na década de 90 e anos 2000 estes espaços eram fixados em ruas transversais da região central, após 2010 houve um processo de exposição em avenidas de intenso fluxo e importância da cidade.

Imagem 9- Espaço de Lazer LGBTQIA+ FreakOut.



Fonte: Imagem da autora (2024).

Imagem 10 – Espaço de lazer LGBTQIA+ Mônaco



Fonte: Imagem da autora (2024).

A cartografia foi construída por linhas que dialogam entre o passado e o presente, formando um fluxo das espacialidades frequentadas por pessoas LGBTQIA+, enquanto reivindicação do uso dos espaços urbanos e desfrute do lazer na região central da cidade.

O Pack Bar, apesar de também não ser nomeado como um espaço LGBTQIA+, é um espaço frequentado por esse público, fica em localização da região central com mais investimentos do capital, próximo de comércios frequentados pela classe média jossense.

Imagem 11 – Espaço de lazer LGBTQIA+ Pack



Fonte: Imagem da autora (2024).

Os espaços de lazer frequentados pela população LGBTQIA+ nem sempre são espaços destinados exclusivamente para esse público, mas são utilizados de forma coletivizada por esses sujeitos, criando novas territorialidades em espaços comumente privados da cidade.

Para Haesbaert (2011, p. 95) “a demarcação territorial é a ordem metropolitana e, em certo sentido, é a vida, o pulsar da sociedade através destes espaços.” O autor explica que há uma ordenação pela reprodução disciplinada que funciona “como uma garantia de permanência e associabilidade”.

A criação de novas territorialidades LGBTQIA+ é estampada em um trecho de uma de nossas entrevistas:

Mas o mais bacana daqui é que pela falta de opção... por exemplo... para as pessoas 30 mais... você vai querer ir pra um bar e os bares são muito frequentados por pessoas héteros, homens mais velhos, mais jovens... e aí tem dois daqui da cidade que parece que começou a ser mais povoado por pessoas LGBTs que é o Pack Bar... o Cento e Onze...que são barzinhos bem legais... tem o Expediente Bar que é um barzinho na Zona Sul que eu vou e levo todos os meus amigos... e aí a gente vai povoando esses locais que são super frequentados por pessoas héteros e eles acabam se sentindo mal e irritados de ter tantos gays, tantas lésbicas, tantas bissexuais, transsexuais, pior ainda ter transsexuais (fala ironicamente)... pra eles é um absurdo... aí algumas pessoas vão povoando... (E4).

A restrição de espaços de lazer para sujeitos LGBTQIA+ na cidade analisada demonstra que, segundo o depoimento da E4 acima exposto, há um deslocamento contínuo exercidos por estes atores que também provocam tensionamentos nos espaços de sociabilidade majoritário heterossexual. O que a depoente E4 narra também ilustra o fenômeno que Haesbaert (2011) denomina de “aglomerados de exclusão” onde “grupos de indivíduos totalmente desenraizados ou desterritorializados, cujo único objetivo, praticamente, é a sobrevivência física cotidiana” é ocasionado por “territorialismos” de outros grupos (Haesbaert, 2011, p. 125).

A presença de corpos LGBTQIA+ em espaços frequentados predominantemente por pessoas heterossexuais e cisgêneras lhes causa incômodo, principalmente quando sujeitos LGBTQIA+ ocupam estes espaços de forma coletiva, pois, segundo o depoimento de E4 nos indica, quanto mais gays, lésbicas, bissexuais e transsexuais frequentam estes bares, mais ampliam o acesso destes sujeitos, criando novas territorialidades ou, nas palavras de Haesbaert (2011), “território alternativos”.

Além do espaço de lazer privado da “Gostaríamos” que é uma galeria de arte, outro espaço privado de lazer LGBTQIA+ que foge do circuito noturno dos bares e boates da cidade, são os shopping centers. O Shopping Center Vale apareceu no depoimento de uma pessoa entrevistada por Rossi (2009), bem como nos relatos de duas pessoas que participaram desta entrevista, como um dos primeiros espaços em que a experiência da homossexualidade foi vivenciada na cidade. Para a depoente E2, o shopping não era um espaço seguro, mas servia para paquerar outras garotas

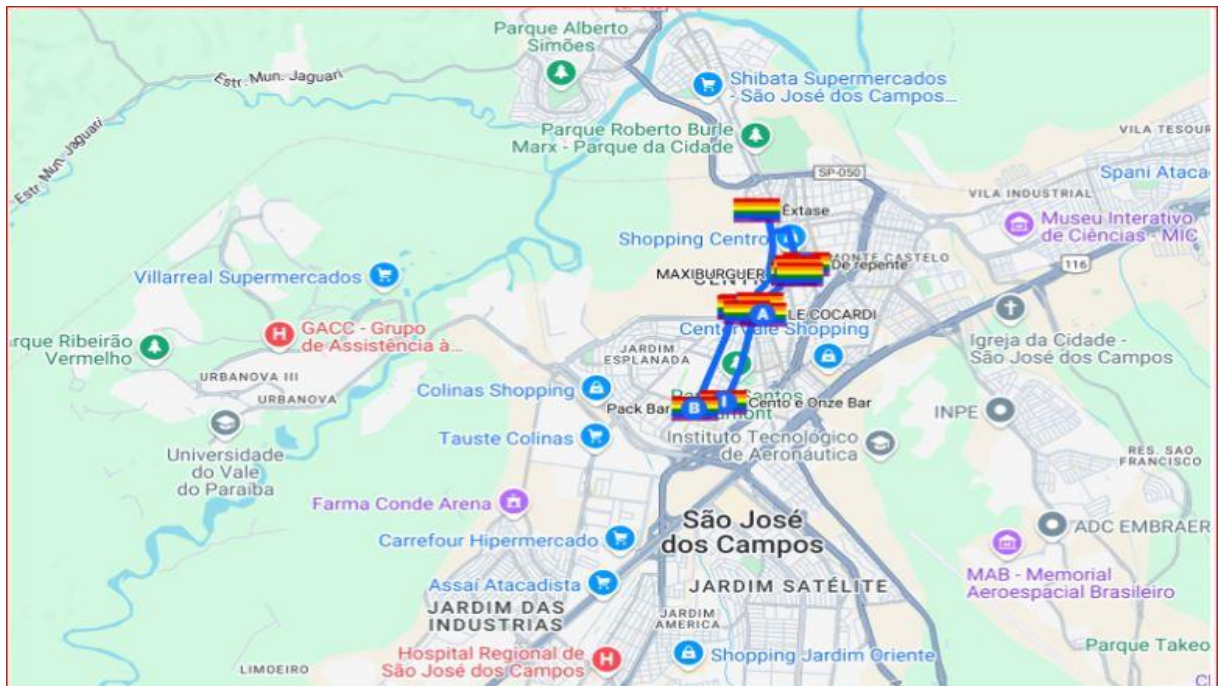
Quando eu comecei a sair... foi andando no Shopping... lá no Shopping a gente se paquerava... porque várias trabalhadoras eram lésbicas... depois a gente dava uma volta ali no bairro mesmo do Shopping e... dava uns beijos na rua, escondida... não dentro do Shopping, óbvio... sempre escondida. Nisso eu tinha uns 15 anos, 16...(E2).

Já para outra pessoa entrevistada (E1), o shopping além de ser um espaço escolhido pela juventude para expressarem suas identidades de gênero, com seus códigos na época, também era um espaço de vigilância e violência

Outro espaço que foi utilizado na minha época que era utilizado um pouco pela comunidade LGBT eram os shoppings. E não eram espaços onde absolutamente você tava segura, mas você tava um pouco mais segura e as pessoas, a gente tinha o hábito de se encontrar no shopping antes, comer, fazer compras, alguma coisa e depois ir pros clubes... então era um espaço também que pode aparecer em alguns discursos que é um espaço privado, né, mas que tem uma circulação pública aberta né? (...)
Então tinha aquele código do que era considerado legal ou desejado dentro do gueto, gueto fala dos corpos né, então a gente já ia montada, mas assim uma roupa mais extravagante mais colorido tal, de acordo com o que era visto como tendência naquele grupo mas a gente passava pelo shopping antes (risos) um pouco mais afetado, então acho que tem isso (E1).

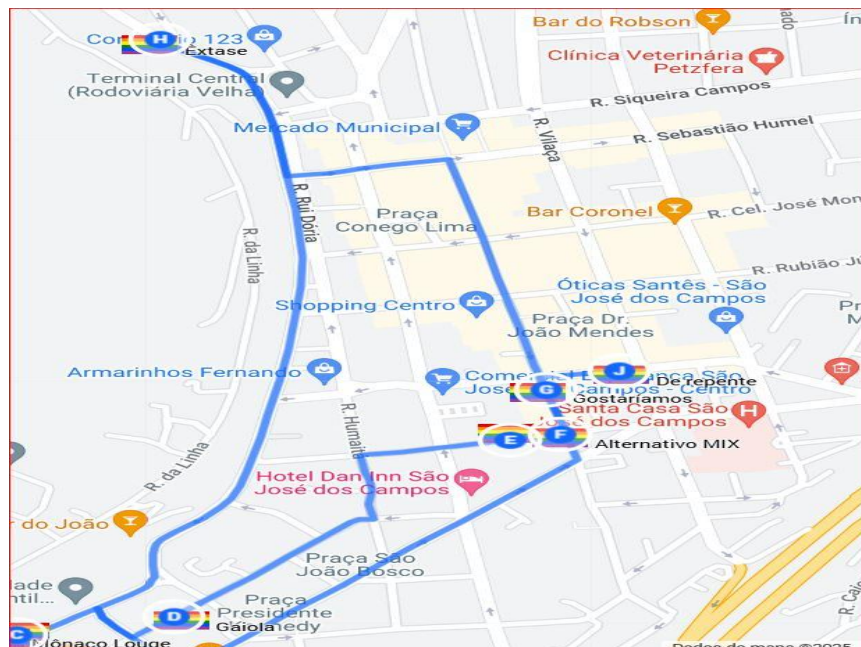
As linhas que inscrevem os fluxos de lazer LGBTQIA+ na centralidade joseense, no período de trinta e cinco anos foram mapeadas por meio de caminhadas (idas em campo) em momentos diurnos e noturnos, foram localizados 14 espaços de lazer LGBTQIA+ nesta região. Sendo Le Cocardi, Zyon, Gaiola, Alternativo Mix, Gostaríamos, Maxiburguer, Magia do Amor, Êxtase, De repente, Pack Bar, Mônaco Louge, Freak Out, Pimenta Bar e Cento e Onze Bar.

Figura 3 - Fluxo de Lazer LGBTQIA+ na Região Central



Fonte: My Maps (2025)⁶. Produzido pela autora (2025).

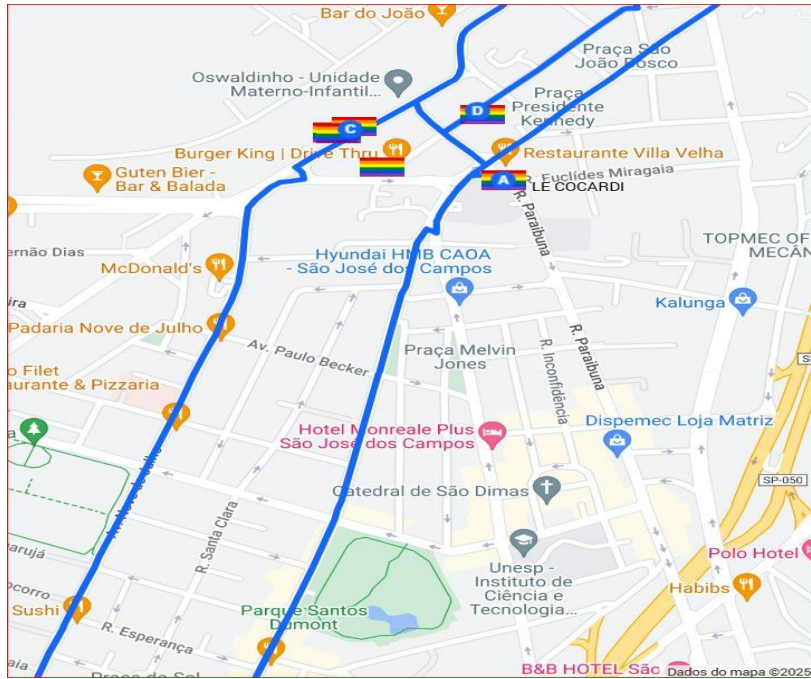
Figura 4- Fluxo de Lazer LGBTQIA+ aproximado Centro – Norte



Fonte: My Maps (2025). Produzido pela autora (2025).

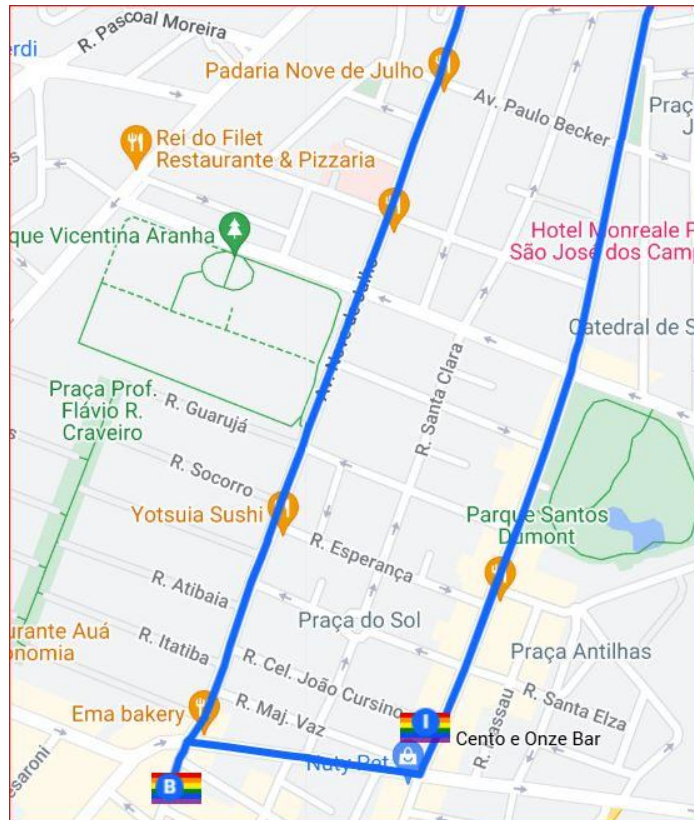
⁶ Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1wn-vQ9aaS3xEIC6GVSJ-SfYvpUG6xQ&usp=sharing>. Acesso em 06 fev. 2025.

Figura 5 - Fluxo de Lazer LGBTQIA+ aproximado



Fonte: My Maps (2025). Produzido pela autora (2025).

Figura 6 - Fluxo de Lazer LGBTQIA+ aproximado Centro – Sul



Fonte: My Maps (2025). Produzido pela autora (2025).

A fixação de novos espaços de lazer, mais expostos e nas principais avenidas do centro da cidade, cria um fluxo na Avenida 9 de Julho que interliga os espaços e os sujeitos nesse trajeto, realizados à pé, principalmente no período noturno. A Avenida São José também possui um fluxo intenso noturno de sujeitos que buscam o lazer LGBTQIA+ na cidade.

Durante a cartografia feita em momentos distintos, tanto diurnos quanto noturnos, notamos alguns aspectos que consideramos relevantes. Além de nem todos os espaços identificados como “espaços de lazer LGBTQIA+” se reivindicarem desta forma, adotam fachadas relativamente neutras, não utilizam códigos externos que identifiquem a comunidade LGBTQIA+, o que nos indica a ainda necessária tática de invisibilidade como forma de resistência desses espaços de lazer.

Outro aspecto que torna-se evidente, é que há um intenso fator etário. Estes espaços identificados como de lazer da população LGBTQIA+ reúnem, em sua grande maioria, a juventude, sendo um aspecto que escapa a ênfase desta pesquisa, mas que nos instiga. Quais são os espaços de lazer voltados a experiência de sujeitos LGBTQIA+ da terceira idade?

Os circuitos de bares e boates frequentados por pessoas LGBTQIA+ na centralidade do município recebeu novos espaços em outras configurações, estabelecidos em ruas e avenidas de maior visibilidade com o passar dos anos, ao mesmo tempo que perdeu outros, fruto da dinâmica urbana que carrega inúmeros fatores. Entretanto, o desinteresse do poder público pela manutenção e conservação desta a memória ocasiona um deslocamento da representatividade e significância para toda população.

As evidências captadas durante a pesquisa indicam que a experiência do lazer LGBTQIA+ na cidade de São José dos Campos ainda é adstrito a espaços segregados, privados, que são vivenciados principalmente por bares e boates, utilizados no período noturno. O que não significa dizer que sejam as únicas experiências de lazer experimentadas por esses sujeitos, entretanto, quando estes pensam o lazer destinados a si mesmos, se exergam com maior liberdade subjetiva nestes circuitos.

Ocorre que o grande armário social que opera nas cidades continua vigendo, como apontado por Carvalho e Macedo Junior (2017):

A negação dos espaços públicos à população LGBT reforça a ideia de

um dualismo entre a cidade legal e a cidade ilegal, em que as figuras que transgridam as normas de gênero e de sexualidade devem ser execradas. A situação, aparentemente, insuperável do grande armário social produz economias sobre o sexo e a sexualidade através do discurso da normalidade/anormalidade, definindo, limitando, apagando e invisibilizando tudo aquilo que seja prejudicial à ordem posta (Carvalho; Macedo Junior, 2017, p. 111).

Algumas mobilizações têm sido criadas para romper as fronteiras do uso noturno da cidade de São José dos Campos, elaborando novas linhas de uso e ocupação da centralidade joseense por meio de atividades da Associação Sanja Mais e da Associação Transbordamos, desde os anos 2020, conforme apontado por uma das pessoas entrevistadas: “[...] a transbordamos, a sanja também, vem promovendo, elas têm feito uma quantidade de eventos culturais e de lazer que eu nunca tinha visto igual...” (E1).

Além disso, a depoente E2 narra que ela e um grupo de mulheres lésbicas se reuniam há cerca de 10 anos no Parque Santos Dumont e no Parque da Cidade, localizados na região central e na Zona Norte de São José dos Campos, respectivamente, além de irem em bares para dialogarem sobre suas experiências:

Ironicamente, nos mesmos lugares que eu já fui expulsa, por estar com uma namorada só de mãos dadas, é... eram lugares que nós fazíamos nossos encontros, porque ninguém podia chamar pra ir na casa da pessoa com família pra discutir sobre lesbianidade, por que tinha família, e aí não era seguro, lesbofobia e tudo mais... Mas a gente se reunia em parques, no Parque Santos Dumont, que era mais central, Parque da Cidade, ou as vezes a gente ia num bar conversar, trocar ideia e... e nunca tava livre de lesbofobia, por que as pessoas olham uma mulherada reunida, aí já ficavam atentos, aí vê que a galera num padrão de cabelo curto, umas minas menos femininas e tal... sempre tem olhares e tal, mas eu não me lembro da gente sofrendo... será que eu tô esquecendo? Por que olha, já faz tempo isso... Mas eu não me lembro da gente sofrendo grandes coisas não... mais uns olhares, coisa assim..., mas como a gente estava todas juntas, isso dava uma sensação de maior segurança...(E2).

O depoimento de E2, marcado por pausas e silêncios ao longo de sua narrativa, que foram ilustradas nas transcrições com reticências, possuem significâncias. Portelli (1997, p. 28) afirma que o comprimento das pausas e suas irregularidades são importantes, pois acentuam o conteúdo emocional do depoente. Neste sentido, continua Portelli (1997, p. 33), é que a memória deve ser mais que um depósito passivo de acontecimentos, é preciso estimulá-la para “criação de significações”, o que contribui

para que os depoentes narrem e formulem suas próprias experiências a partir do momento em que refletem sobre determinada questão durante a entrevista.

A afirmação do esquecimento, presente no depoimento de E2, reflete o que Portelli (2018) nomeia de metáforas da memória, em que a linguagem expressa “uma construção verbal através da experiência”. As falhas na memória não são meramente equívocos para Portelli (2018), mas, isto sim, a forma com que os sujeitos dão significado a sua própria experiência e ao passado. Desta forma, o esquecimento é defendido por este autor como uma camada que cabe interpretação, pois nos ajuda a compreender como estes sujeitos assimilam sua relação com o passado. Além disso, para Portelli (1997, p. 32) “a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas ‘erradas’ são ainda psicologicamente corretas”.

Também é nítido que a coletividade contribui para o fortalecimento e resistência política de pessoas LGBTQIA+ no contexto urbano. Este contexto, por sua sorte, “deve ser considerado como uma série de relações sociais que refletem as relações estabelecidas por toda a sociedade como um todo” conforme o que defende Harvey (1980, p. 262).

Assim, criam-se espaços de “referência identitária” que podem receber uma leitura simbólica e inclusive poética, pois emanam uma estética específica que fortalece a identidade coletiva, conforme argumenta Haesbaert (2011, p. 149).

Por outro lado, quando estas identidades são elaboradas a partir de uma teia orientada pela “lógica mercantil-consumista”, este espaço possivelmente estará dominado e “simbolicamente apropriado”, criando fronteiras que impermeabilizam o diálogo com o outro, na defesa de uma alteridade negada (Haesbaert, 2011, p. 155). É o que ocorre com os espaços que são frequentados por sujeitos LGBTQIA+ em busca da experiência do lazer, que não são efetivamente destinados a estes sujeitos, conforme demonstrado anteriormente.

A dimensão econômica que perpassa a lógica mercantil-consumista é evidenciada no depoimento de E5, ao lembrar que

Teve uma vez, que eu trabalhava na Clínica São José e logo quando eu me assumi, eu tava solteira, e tinha uma enfermeira que começou a dar em cima de mim, por já ter me visto em lugares LGBTs, tipo o Bar da Mah, aí teve um dia que eu disse que não estava afim e ela ficou super constrangida e pediu que eu não contasse para ninguém do hospital, aí eu questioneei ela, por que todo mundo sabia que eu era,

aí ela disse “mas você é médica, enfermeira não pode, vão me mandar embora”. Então assim, era um lugar que eu me sentia segura, mas não podia expor ninguém lá dentro, era um ambiente seguro pra mim, mas não era um ambiente seguro pra ela. Então eu sabia que eu tô cagando e andando, mas assim, por mim...mas eu não podia expor ninguém, não podia fazer comentário, por que cada um tinha o seu segredo, o seu motivo de ficar escondida, entendeu? (E5).

O segredo que cada um tinha seu motivo para esconder, conforme o depoimento da E5, estampa que a identidade de gênero e a sexualidade dos sujeitos é perpassada pela questão de classe e privilegia a aceitação de determinados sujeitos em detrimento de outros. Neste sentido, Milton Santos (1997, p. 137) aponta que “o discurso oficial, o discurso social no Brasil, privilegia uma parcela da sociedade que tem problemas e desconsidera uma massa da população que tem problemas maiores, por que faz parte do processo da política” (Santos, 1997, p. 137).

O depoimento de E4, transcrito abaixo, também nos mostra que a classe social é um fator determinante para sujeitos LGBTQIA+ serem respeitados em determinados espaços da vida social.

Na minha família já teve uma prima que abriu os caminhos, por que ela já era assumida e tal, mas ela era muito bem de vida (financeiramente) e eu acho que a gente tem uma necessidade da gente conseguir mostrar que a gente vai... é ... a gente já sofreu tanto, que a gente tem a necessidade de mostrar que a gente é capaz e aí você tenta mostrar, dá a volta por cima... e essa minha prima ela estudou pra caramba, mesmo com dificuldade, virou professora universitária, e tem uma vida muito boa, e aí as pessoas respeitam muito ela, respeitam muito mais por ela ter uma vida muito boa do que por tudo que ela passou para chegar onde chegou (E4).

Para compreendermos os fundamentos do preconceito, da discriminação e do racismo, Milton Santos (1997, p.134) defende que seja necessário pensarmos a partir de três dados: a corporalidade, a individualidade e a questão da cidadania. A corporalidade é central para a análise de Milton Santos (1997), pois reflete como se é visto no meio e, conseqüentemente, como se é percebido e tratado (Santos, 1997, p. 135). A individualidade está relacionada ao bom senso que cada um pode ou não assimilar a si mesmo e ao mundo, contribuindo com o exercício da transindividualidade, já a cidadania é concebida por Santos (1997) como a consciência e o exercício de direitos, assim como a capacidade em reivindicá-los e reivindicá-los ainda mais (Santos, 1997, p. 35).

Assim se configuram as “cidadanias mutiladas” (Santos, 1997), quando pessoas LGBTQIA+ que não ocupam lugar de privilégios sociais são ainda mais cerceadas de exercerem suas identidades de gênero e suas sexualidades no contexto urbano.

Desta forma, apresentamos o lazer enquanto uma agenda que merece atenção dos planejadores urbanos, tanto pelos argumentos e reflexões que foram levantadas nesta seção, quanto pela relevância que esses espaços detêm para a produção cidadina e de subjetividade humana.

Ao apresentarmos as condições espaciais dos espaços de lazer frequentados por pessoas LGBTQIA+ na centralidade joseense através do mapeamento físico, buscamos apontar alguns dos agenciamentos e dinâmicas de poder que se inscrevem na cidade, tendo em vista que:

a cartografia social aqui descrita liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência (Prado Filho; Teti, 2013, p. 47).

Assim, nossa tarefa nesta seção foi além de cumprir com parte do nosso objetivo específico, expressar os afetos que pediram passagem enquanto caminhávamos durante as idas em campo, ilustrando os elementos que formam a paisagem dos espaços investigados durante a pesquisa.

SEÇÃO 2

O concreto da cidade ou a cidade concreta

3 APONTAMENTOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA CIDADE

*Ai meu Deus
O que que é isso?
O que está acontecendo?
Para todo lado que eu olho
Estão todes enviadescendo*

Linn da Quebrada (2017)

Para continuarmos nossas discussões será necessário incluir as categorias que abrangem a população LGBTQIA+, a saber, gênero e sexualidade. Faremos isso amparados nos debates propostos por Oyèrónké Oyěwùmí (2021), Judith Butler (2022), Monique Wittig (2022), Regina Facchini (2009), Isadora Lins França (2007) e Renan Quinalha (2022). Importa situar tais debates já que eles partem de sujeitos com identidades de gênero, sexualidade, etnia e localização geográfica distintas. Oyèrónké Oyěwùmí é uma intelectual socióloga nigeriana que analisa a construção do gênero a partir do contexto africano para os discursos ocidentais. Judith Butler, é uma filósofa norte americana que dedicou parte dos seus estudos a compreensão da categoria gênero. Monique Wittig, é uma filósofa francesa que refletiu sobre a heterossexualidade enquanto um contrato social impregnado nas ciências e nos discursos. Regina Facchini é antropóloga brasileira, dedicando seus estudos para as teorias de gênero e sexualidade no contexto do movimento social brasileiro, já Isadora Lins França pesquisadora e antropóloga brasileira, com ênfase nos estudos sobre sexualidade e gênero enviesados pelo contexto mercadológico, já Renan Quinalha é sociólogo/jurista brasileiro, tendo dedicado seus estudos para trazer à tona a história do movimento LGBTQIA+ desde o século XIX até a contemporaneidade dos anos 2020.

Nesta seção analisaremos alguns dos principais argumentos elaborados por estes importantes autores e autoras reconhecidos nas discussões sobre gênero e sexualidade no contexto urbano, buscando historicizar e problematizar alguns aspectos que consideramos necessários acerca dos sujeitos heterogêneos que estão em foco nesta pesquisa.

O debate sobre gênero, aqui proposto, será orientado pela teoria construcionista, que em apertada síntese não interpela aos corpos um determinismo biológico e sim uma construção histórico-social ocidental, como nos ensina Oyěwùmí (2021).

O gênero é concebido nos discursos ocidentais, principalmente nos mecanismos da linguagem, “[...] como uma categoria biológica dicotômica que é então usada como base para a construção de hierarquias sociais” conforme Oyèwùmí (2021, p. 129), de modo que o gênero ocupa o espaço do corpo para situar as pessoas no sistema social ocidental repercutindo em privilégios ou ônus a determinados sujeitos (Oyèwùmí, 2021, p. 130).

Pensar a categoria de gênero como uma criação histórica que se deu no período colonial, como argumenta Oyèwùmí (2021), é uma maneira de notar que existem cosmopercepções que não aderiam tal hierarquia em seus contextos sociais anteriores a colonização, mas também nos permite enxergar o gênero como uma ferramenta opressora, criada e por consequência, superável.

Ao propor reflexões acerca da autonomia do corpo, bem como questionando a categoria de gênero, Judith Butler (2022, p. 42) afirma que apesar do corpo ser “algo de si próprio”, por ter “uma dimensão pública” que gera relações com o outro, este “corpo de si” passa a ser, em alguma medida, do outro também, o que vai ao encontro das afirmações de Oyèwùmí quanto a criação do gênero ser colonial e requerer a interpelação do ser para suprir uma lógica linguística de hierarquia ou subjugação.

Judith Butler (2022, p. 75) argumenta que o gênero é uma norma (que não se confunde com uma regra ou uma lei), que “operam como princípio normalizador em práticas sociais” e geralmente ficam implícitas, não são facilmente notadas, o que gera dificuldade em notar seus efeitos. Ou seja, “o gênero não é uma substância ontológica, mas um agir, uma série de atos performativos que, por sua repetição, cria a ilusão de uma naturalidade que oculta o seu caráter performativo” (Amaral, 2023, p. 53).

Apesar do gênero ser um importante instrumento de análise e marcador da diferença, como já mencionado, também é uma categoria opressora que ocupa espaço nas linguagens (linguística, visual) de modo a informar e situar uma série de predicados que operam na dimensão psíquica, performativa, hormonal, cromossômica etc. Para Butler (2022, p. 77) gênero é também um mecanismo que orienta as noções de feminino e masculino, de forma a naturalizar e produzir tais dispositivos. Ao mesmo tempo, a autora argumenta que gênero pode, também, ser utilizado para descortinar a naturalização e desconstruir tais imposições.

A categoria gênero revela condutas inscritas em cada sujeito, mas se impõe com mais rigor sob aqueles e aquelas que desafiam seus mecanismos, é o que Judith

Butler (2022) demonstra ao apresentar o paradoxo da autonomia, em que é preciso “fazer parte de uma trama social de existência maior para criar quem somos”, e enquanto não passar por transformações radicais, limitará a autonomia à sujeição (Butler, 2022, p. 173).

O corpo, onde se inscreve o gênero, é utilizado pelas ciências ocidentais para a criação de uma noção de sociedade, operacionalizada por um olhar de diferenciação, que (Oyèwùmí, 2021, p. 28) denomina de “olhar generificado”.

A motivação do Ocidente enfatizar o corpo está na ênfase do olhar em detrimento de outros sentidos para compreender o mundo, “o olhar é um convite para diferenciar”, desta forma Oyèwùmí (2021) convoca a “cosmopercepção”, como uma possibilidade de combinar vários sentidos ao analisar um fenômeno (Oyèwùmí, 2021, p. 29). Deste modo, o gênero é observado por Oyèwùmí (2021) como uma categoria central a qual outras categorias sociais se sustentam, sendo que as teorias feministas implicaram uma compreensão mais explícita das sociedades ocidentais androcêntrica e generificada (Oyèwùmí, 2021, p. 34-35).

O campo científico, apesar de ser estruturado por elementos de poder, conforme indicam Joseli Silva, José Ornat e Chimin Júnior (2016, p. 19), ao analisarem o testamento intelectual de Milton Santos e a relevância de desobediências epistemológicas no campo das geografias humanas, também oferece suporte e complemento aos estudos do planejamento urbano.

O tensionamento social com o campo científico, muitas vezes, adota a perspectiva do reconhecimento e da complementaridade dos debates sobre gênero e sexualidade, o que é refutado por Butler (2022) ao convocar análises que desloquem modelos binários de reflexão, por meio dos “ecos da triangulação no desejo hétero, homo e bisexual” articulando a compreensão entre gênero e sexualidade (Butler, 2022, p. 255).

As geografias humanas inseriram as temáticas de gênero e sexualidade de forma paulatina, sendo vistas com desprezo e “temas modismo” pela geografia tida como marxista, como explicam Joseli Silva, José Ornat e Chimin Júnior (2016, p. 21) ao analisarem textos que demonstram tal preocupação de um dos expoentes da geografia, Milton Santos.

Não é o foco deste trabalho apontar críticas sobre as obras de Milton Santos, no entanto, é relevante expor que, apesar da incontestável relevância de suas

pesquisas e elaborações teóricas, haviam pesquisadores que já esboçavam reflexões acerca do alcance da justiça social ponderando marcadores da diferença no mesmo período (Silva; Ornat; Júnior, 2016, p. 24-25). Para Silva, Ornat e Chimin Júnior (2016, p. 22) a geografia marxista durante as décadas de 80 e 90 no Brasil pouco abordava a categoria gênero, tampouco sexualidades, como se estas categorias não impactassem a espacialidade e a paisagem social, lançando suas preocupações em torno da luta de classes, negligenciando a condição social imputada às mulheres, às pessoas negras e LGBTQIA+.

Desta forma, pesquisadores brasileiros que buscavam abordar geografias humanas com perspectiva dos marcadores das diferenças, “destoavam da tradição epistemológica brasileira”, ao passo que nas palavras de Milton Santos em seu Testamento Intelectual, é preciso “desobedecer aos cânones” (Silva; Ornat; Júnior (2016, p. 27). Não há uma descaracterização da ciência geográfica ao abordar elementos de sujeitos corporificados com sexualidades, influenciados por implicações de gênero, racializados e espacializados (Silva; Ornat; Júnior, 2016, p. 27).

Por outro lado, tensionando o discurso científico que se funda no Ocidente, Oyèwùmí (2021) nos provoca nos seguintes termos:

Diferenças e hierarquias, portanto, são consagradas nos corpos; e os corpos consagram as diferenças e a hierarquia. Assim, dualismos como natureza/cultura, público/privado e visível/invisível são variações sobre o tema dos corpos masculinos/femininos hierarquicamente ordenados, diferencialmente colocados em relação ao poder, e espacialmente distanciados um do outro (Oyèwùmí, 2021, p. 35).

Para sustentar a crítica à concepção de gênero Ocidental, Oyèwùmí (2021) nos faz questionar a assimilação de gênero e sexo, que foi fundamentada na biologia, restrita ao raciocínio eurocêntrico e norte americano em elaborações binárias dos corpos, que mapeiam o mundo social a partir da projeção do domínio (Oyèwùmí, 2021, p. 41).

Este tensionamento acerca da categoria de gênero feito por Oyèwùmí (2021) transparece que o debate precisa ser localizado, pois as fundamentações elaboradas durante a primeira e segunda onda do feminismo podem perigosamente condicionar uma interpretação universalizante e limitada. É preciso, portanto, que haja uma contextualização ampliada, que não hierarquize os sentidos, que considere além do que pode ser visto (Oyèwùmí, 2021, p. 44).

Gênero e sexualidade se relacionam através do campo normativo que constrange sujeitos a performar de modos específicos, binários, ao que é considerado “ser homem” e “ser mulher”, sendo que o processo de subversão destas normas perpassa a desnaturalização da performatividade produzida (Amaral, 2023, p. 69). Deste modo, “as mais diversas identidades que não estão em conformidade com a matriz heterossexual, inclusive as inicialmente derogatórias, podem ser utilizadas para confrontar as normas de gênero e sexualidade” (Amaral, 2023, p. 69-70).

A palavra “heterossexualidade” apareceu pela primeira vez na língua francesa em 1911 (Wittig, 2022, p. 59), o que nos demonstra o recente reconhecimento desta categoria de sexualidade. Para a filósofa Monique Wittig (2022) o discurso de que a heterossexualidade é fundacional às relações sociais é o que torna opressor às mulheres lésbicas, bissexuais, homens gays e pessoas assexuais, por criar uma linguagem universalizante que limita sujeitos dissidentes da heterossexualidade a expressar suas necessidades e realidades a partir da lógica heterossexual (Wittig, 2022, p. 59).

O estudo das sexualidades enfrentou, e ainda enfrenta, o desafio do reconhecimento perante às ciências, por não ser propriamente legitimado enquanto teoria. Wittig (2022) denomina o fenômeno das ciências e teorias predominantemente heteronormativas - como aqueles estudos/pesquisas que não consideram criticamente reflexões acerca de suas próprias categorias - de “pensamento hétero”. Ressalta-se que o pensamento hétero é um termo traduzido da língua francesa para o inglês “straight” e depois para a língua portuguesa, podendo variar seus sentidos para direito, reto, padrão e convencional.

Wittig (2022, p. 63) defende que “[...] a sociedade hétero é baseada na necessidade do diferente/outro em todos os níveis. Ela não funciona econômica, simbólica, linguística ou politicamente sem esse conceito”. A fundamentação no “outro” em uma sociedade hegemonicamente heterossexual faz com que, segundo Wittig (2022), haja uma dominação discursiva que opera em várias dimensões da vida e afeta, para além de pessoas LGBTQIA+, outros sujeitos vulneráveis socialmente.

As opressões em torno das questões que envolvem as sexualidades são expressas e confirmadas no contexto das linguagens, preenchendo todos os espaços da vida social urbana, como nos indica Wittig (2022, p. 65) “a linguagem é trabalhada internamente por conceitos estratégicos” que contribuem com a perpetuação de uma

sexualidade universal e “outras” que são desviantes daquela (heterossexual).

Em seu trabalho “Manifesto contrassexual”, Preciado (2022) explica a contrassexualidade como a extinção da natureza biológica dos sexos, uma vez que, segundo este autor, este é objeto de sujeição dos corpos. Desta forma, Preciado apresenta uma contraposição ao contrato social heterossexual evidenciado por Wittig (2022), em que os corpos possam ser validados por si próprios, não mais a partir de uma leitura discursiva pautada nas categorias “homem” e “mulher”.

Para Luisa Amaral (2023) a contrassexualidade proposta por Preciado é um instrumento de subversão de gênero e sexualidade que contesta a produção de papéis de gênero e das práticas performativas sexuais que são tidas como naturais, sendo que segundo ela, a proposta de Preciado contribui com uma “desterritorialização da sexualidade hegemônica” (Amaral, 2023, p. 85).

Os regramentos da norma culta da língua portuguesa qualificam os sujeitos, os substantivos através da presença contundente do gênero, de modo que ao nomear “o” ou “a” várias camadas de significados induzem o diálogo a determinados sentidos.

Desta forma, pessoas “não-binárias” brasileiras reivindicam a conclamação de suas identidades por signos da linguagem “neutra” com acréscimo do sufixo “e” que defendem ser mais inclusivo. Enfrentamos essa questão ao longo da pesquisa, quando os documentos produzidos para levantarmos os dados primários durante as entrevistas foram adequados ao sistema linguístico binário da norma culta brasileira. Ao entrevistar uma pessoa trans não binária (E1), por mais cuidadosos que fôssemos para manter um ambiente seguro e confortável para todas as pessoas que compartilharam suas experiências, estávamos limitados aos códigos linguísticos válidos na academia.

No final da década de 70, os padrões heterocentrados já causavam incômodo em Monique Wittig que, pela primeira vez em Nova York, durante a Modern Language Association Convention, defendeu que “lésbicas não são mulheres”, associando sexualidade e identidade de gênero, assim como elaborou críticas “a mulher essencial” abordada pelos feminismos franceses da época, alegando que “[...] a mulher só tem significado nos sistemas heterossexuais de pensamento e nos sistemas econômicos heterossexuais” (Wittig, 2022, p. 67).

3.1 POSICIONANDO SEXUALIDADE E GÊNERO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Apesar da sexualidade ter sido tratada historicamente como algo de interesse privado, sonogado a um lugar de pecado, obscuridade ou tido como secreto, fora utilizado como uma ferramenta discursiva de regulação da própria vida. O trecho abaixo do boletim ChanacomChana, distribuído pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) na década de 80 na cidade de São Paulo em espaços de lazer, como forma de diálogo entre mulheres lésbicas e bissexuais, revela a preocupação de pessoas dissidentes da heterossexualidade em socializar e desmistificar a temática das sexualidades.

A sexualidade não é um assunto tabu para mim porque me acredito emocionada pela vida. Sinto um tesão sadio, íntegro: como, bebo, corro, nado, faço sexo com amor. No entanto, o assunto sexualidade para a sociedade atual é um tabu, levando em conta a história social cristã brasileira. Sexualidade não é só individual, humanamente individual, ela é uma questão social ditada pela situação econômica, auxiliada pelo sagrado mito da igreja. Diz e desdiz, dependendo da necessidade de sobrevivência e poder (GALF, 1985/1986, p. 22).

Os debates acerca das questões de sexualidade e gênero passaram a ganhar contorno público nos últimos anos no Brasil, principalmente nos anos 2000, extrapolando a esfera privada. De modo que as discussões que circundavam apenas a seara da saúde, passou a ter caráter interdisciplinar, agregando outras relações temáticas, tais como de desdobramentos civis, a exemplo da constituição familiar, requerendo políticas públicas que mobilizam o eixo social e o eixo político, além da dimensão econômica.

O movimento homossexual brasileiro na década de 90, guerreando reconhecimento por cidadania das pessoas dissidentes de orientação sexual e de gênero e com pouquíssimo espaço na esfera institucional do Estado brasileiro, se envolveu com uma espécie de homossexualidade positiva, relacionada ao consumo de espaços privados que permitiam suas existências, assim como manifestações de afeto (Simões; Facchini, 2009, p. 148).

O potencial de consumo da população LGBT+⁷ na década de 90 despertou o interesse de um mercado, se que o discurso do movimento LGBT+ também estava sendo moldado para promoção da ideia positiva de pessoas dissidentes dos padrões

⁷ Aqui usamos a sigla LGBT+ conforme utilizado pela autora. A sigla passou por modificações ao longo do anos, como explicitaremos no próximo item desta seção.

de gênero e orientação sexual, fundando o ideal do “orgulho homossexual” (França, 2007, p. 299).

Ainda na década de 90, o mercado tido como GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) se consolidou, impactando de forma positiva a vida de algumas pessoas que não eram heterossexuais. O mercado também se estendia a pessoas heterossexuais que eram aliadas da causa LGBT+ que, de alguma forma, incentivavam a luta por cidadania ou até mesmo conviviam com tranquilidade nos mesmos espaços, eram os chamados “simpatizantes”, o que, também de certa forma, foi uma maneira de ampliar o público dos consumidores do segmento (França, 2007).

Para Quinalha (2022, p. 150) a criação dos “simpatizantes” no mercado GLS acabou por homogeneizar todos os sujeitos, em um sentido de maior preocupação com as questões relativas ao consumo sem fronteiras, ampliando as possibilidades mercantis que contribuiriam para minimizar as diferenças entre gays e lésbicas e pessoas heterossexuais.

Conforme aponta Isadora Lins França (2007, p. 295) o mercado GLS manipulava as autoestimas de grupos identitários historicamente oprimidos, através de uma atualização de estratégia, conduzindo a militância para práticas relacionadas ao consumo.

O mercado GLS produziu distintas categorias de produtos relacionados à homossexualidade, estimulou referências identitárias que alicerçavam a confirmação de uma identidade positiva da população de pessoas LGBT+ (França, 2007, p. 292).

A preocupação com as manobras em torno da identidade positiva e a manipulação da autoestima desse grupo é confirmado durante a entrevista com E4 que expõe que:

Pras empresas e afins, é uma marca que você coloca lá e vende. Espaços LGBTs criado por pessoas héteros não são espaços seguros, então eu acho que isso, pra mim reflete muito, eu acho que as pessoas sempre tentam ganhar dinheiro em cima da causa. E eu acho que cada vez mais tem pessoas querendo ganhar dinheiro em cima (E4).

Dentre alguns fatores que contribuíram para manter e alimentar o mercado GLS da década de 90 no Brasil encontra-se a demanda em reunir sujeitos que reivindicavam as pautas da população LGBT+, além de contribuir, também, com momentos de lazer e sociabilidade, fomentando as atividades deste mercado nas regiões mais ricas da

cidade de São Paulo, de acordo com o que aponta França (2007). Para esta autora, foi neste período que este mercado passou a incorporar em seus espaços de atuação símbolos que explicitam e direcionavam seu público, como por exemplo a bandeira do arco-íris (França, 2007, p. 299).

Estas circunstâncias repercutiram na identificação dos empresários do mercado GLS e o movimento social LGBTQ+, marcando-os como “articuladores de uma ação política”, pois incentivavam a “identidade positiva homossexual” por meio de atividades de sociabilidade e lazer, enquanto comunicavam e articulavam algumas das atividades do movimento social LGBTQ+ (França, 2007, p. 299). Esta autora identificou que os empresários do mercado GLS eram repreendidos por associarem seus empreendimentos a uma pauta política estigmatizada, o que muitas vezes acarretava em dificuldades financeiras dos empresários deste segmento (França, 2007, p. 301).

Sujeitos políticos atrelados a identidades coletivas lidam com uma linha tênue, frágil, que tenta estabilizar ou homogeneizar a diversidade que abarca o grupo, descortinando uma problemática ainda vivenciada pela população LGBTQ+ conforme expõe França (2007, p. 294).

A luta contra a homofobia, influenciada pela lógica social normativa, como aponta criticamente Butler (2022, p. 18), revela que pautas políticas de acesso à cidadania LGBTQIA+ recaem em padrões tidos como válidos, a exemplo do matrimônio, como um “arranjo social exclusivo” que orienta o conceito de família.

Neste sentido, ao analisar os desafios do movimento LGBTQI+⁸ no Brasil, Renan Quinalha (2022, p. 151) indica a “homonormatividade”, que está intimamente relacionada a ideia de heteronormatividade, relativo a um contexto de inclusão e cidadania LGBTQIA+ “forjada pelo Estado-Nação, sob o regime de livre mercado” que repercute incontáveis contradições e acabam por reproduzir a “cultura hegemônica”. Para Quinalha (2022, p. 152) a homonormatividade representa “[...] uma autêntica política sexual do neoliberalismo, com congruências históricas com essa fase do capitalismo e da extrema mercantilização dos corpos e das vidas”. Assim, ainda conforme aponta este autor, durante os anos 90 a história do movimento LGBTQIA+ foi marcada por um processo de afirmação de identidade relacionado ao “pink money”, restrito a uma classe social abastarda (Quinalha, 2022, p. 150).

O regime de livre mercado que compõe o neoliberalismo também impacta na

⁸ Mencionamos a sigla desta forma conforme denominado pelo autor.

vida dos sujeitos LGBTQIA+, podendo ser percebido no relato de E4, quando aborda a importância do status social econômico para sujeitos LGBTQIA+ terem suas identidades validadas em suas relações interpessoais exteriores ao grupo:

Hoje a minha família já lida melhor, mas porque eu sou independente, totalmente independente financeiramente, minha vida é totalmente separada, né?" (...)

Na minha família já teve uma prima que abriu os caminhos, por que ela já era assumida e tal, mas ela era muito bem de vida (financeiramente) e eu acho que a gente tem uma necessidade da gente conseguir mostrar que a gente vai... é ... a gente já sofreu tanto, que a gente tem a necessidade de mostrar que a gente é capaz e aí você tenta mostrar, dá a volta por cima... e essa minha prima ela estudou pra caramba, mesmo com dificuldade, virou professora universitária, e tem uma vida muito boa, e aí as pessoas respeitam muito ela, respeitam muito mais por ela ter uma vida muito boa do que por tudo que ela passou para chegar onde chegou (E4).

Outro relato, de uma pessoa, E5, que se reivindica como queer, é uma pessoa branca, médica, confirma a interferência neoliberal na dimensão da validação das identidades LGBTQIA+ em suas relações interpessoais cotidianas,

Teve uma vez, que eu trabalhava na Clínica São José e logo quando eu me assumi, eu tava solteira, e tinha uma enfermeira que começou a dar em cima de mim, por já ter me visto em lugares LGBTs, tipo o Bar da Mah, aí teve um dia que eu disse que não estava afim e ela ficou super constrangida e pediu que eu não contasse para ninguém do hospital, aí eu questionei ela, por que todo mundo sabia que eu era, aí ela disse "mas você é médica, enfermeira não pode, vão me mandar embora". Então assim, era um lugar que eu me sentia segura, mas não podia expor ninguém lá dentro, era um ambiente seguro pra mim, mas não era um ambiente seguro pra ela. Então eu sabia que eu tô cagando e andando, mas assim, por mim, mas eu não podia expor ninguém, não podia fazer comentário, por que cada um tinha o seu segredo, o seu motivo de ficar escondida, entendeu? (E5).

Ao apresentarmos algumas das nuances que envolvem os debates sobre gênero e sexualidade no Brasil, nos aproximamos da trajetória dialética por reconhecimento das cidadanias de pessoas LGBTQIA+, compreendendo como estas categorias tem sido propagadas no debate público nacional, além das relações com as experiências e percepções das pessoas entrevistadas com contexto local.

3.2 DE MHB À LGBTQIA+

A aglutinação de grupos que compõe atualmente a sigla LGBTQIA+ não se deu de forma inata, foi construída por circunstâncias históricas e atravessamentos de experiências que perpassaram inúmeros processos sociais.

O Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) organizou-se em luta contra a homofobia, bem como por conta da necessidade em coletivizar os indivíduos para uma militância conjunta, nacionalmente reconhecida, estimulada pelo enfrentamento à Ditadura Militar no Brasil, e também, por questões concernentes à epidemia do HIV/AIDS (Aguião; Vianna; Gutterres, 2014).

Desta forma, houve uma institucionalização que se deu através de organizações não governamentais, que acolheu demandas acerca das homossexualidades e posteriormente se preocupou com temáticas da diversidade sexual e identidade de gênero, para pleitear acesso a direitos básicos negados (Aguião; Vianna; Gutterres, 2014).

Com isso, no início dos anos 90, o movimento que era descrito como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), após em 1993 passou a se descrever como Movimento de Gays e Lésbicas (MGL), em 1995 se reconfigura para Movimento GLT (Gays, Lésbicas e Travestis), em 1999 se denomina GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) estas alterações eram consideradas estratégias de visibilização dos segmentos dos grupos (Facchini, 2012, p. 140).

O XXI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, deliberou e aprovou em 2005 a inclusão oficial da letra “B” para representar bissexuais na sigla, ficando convencionado o uso de “GLBT”, bem como estabelecido que “T” refere-se a travestis, transexuais e transgêneros (Facchini, 2012, p. 140).

No ano de 2008, a Conferência Nacional GLBT, em meio a tensões que pautavam a invisibilidade das mulheres lésbicas no contexto deste movimento social, convencionou a mudança da denominação do movimento a partir da nova configuração da sigla para LGBT (Facchini, 2012, p. 140).

É possível notar que a assimilação entre igualdade e diferença passou a ser debatida com mais ênfase no movimento LGBT, na medida em que a

disputa coletiva de sentido em torno de categorias que foram (e ainda são, muitas vezes) utilizadas para agregar estigma e sofrimento à vida

de sujeitos com desejos e condutas que conflitam com normatividades sociais relacionadas a gênero e sexualidade (Facchini, 2012, p. 151).

O acirramento das disputas, inclusive entre os movimentos feministas e LGBT trouxeram à tona os debates sobre identidade e as noções essencialistas sobre sexualidade e gênero, conforme aponta Amaral (2023, p. 19), mobilizando as teorias queer inicialmente no campo acadêmico no início da década de 1990 em Santa Cruz (Califórnia) através das instigações de Teresa de Lauretis em seu ensaio “Teoria queer: sexualidades lésbicas e gays: uma introdução” (Amaral, 2023, p. 19).

Por outro lado, Amaral (2023) provoca a reflexão de que é necessário levar em conta que apesar do histórico da origem dos estudos queers terem iniciado no eixo estadunidense-europeu, sua produção material é inscrita através das críticas às epistemologias e outras normatizações em outros eixos globais, antes de ter sido denominado “queer” (Amaral, 2023, p. 19-20).

Os avanços na dimensão científica acerca da compreensão sobre gênero possibilitou a inserção do diagnóstico de pessoas intersexo que suspende, desde o nascimento, o enquadramento ao padrão binário “feminino” ou “masculino” a partir de premissas biológicas (Quinalha; Ramos; Franco Bahia, 2024, p. 287). A primeira regulamentação no Brasil que abordou as especificidades de sujeitos intersexo e a relação de registro do sexo no campo referente ao sexo no documento de nascido vivo, autorizando o registro de sexo “ignorado” foi o provimento nº 122 do Conselho Nacional de Justiça em 2021 (Quinalha; Ramos; Franco Bahia, 2024, p. 287).

A população intersexo que também compõe a comunidade LGBTQIA+ enfrenta desafios na afirmação de suas subjetividades e cidadanias, pela recente dedicação científica e as marcantes assimilações pautadas em uma construção social binária de gênero que excluem sujeitos que nascem com características biológicas cruzadas entre masculino e feminino.

Conforme ressaltam Quinalha, Ramos e Franco Bahia (2024, p. 299), a necessidade de designação de um sexo nos documentos oficiais também deve ser alvo de críticas, não para apenas rechaçá-lo, mas para pensarmos porque interessa construirmos políticas públicas a partir de mecanismos como este em determinados momentos da vida social, como por exemplo ao nascer.

A trajetória da constituição da identidade do movimento LGBTQIA+, como é conhecido atualmente, se deu de forma coletiva, através de debates públicos que

deslocam a premissa do sujeito homossexual universal, masculino, acadêmico, por meio de rupturas e conflitos internos que desencadeiam outras formas de expressão identitária, mais interseccionais e acolhedoras de subjetividades outras.

3.3 FERRO'S BAR: MAIS QUE UM ESPAÇO DE SOCIABILIDADE

A vinculação da análise espacial com o tempo é defendida por Haesbaert (2011, p. 101) como indissociável um do outro, de modo que para analisar o espaço é necessário pensá-lo a partir “de suas múltiplas escalas” à luz de um tempo histórico.

Espaços de sociabilidade LGBTQIA+ existem no Brasil há muitos anos, Simões e Facchini (2009) narrando sobre esses espaços na década de 1950 e 1960 explicitam que havia uma intensa migração aos centros urbanos, principalmente de homens homossexuais. O deslocamento para os centros urbanos, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo possibilitava o distanciamento do controle familiar ao mesmo tempo que “abria caminho para ingressar em uma sociabilidade homossexual masculina já vibrante, presente tanto nas reuniões em ambientes domésticos como nos encontros em espaços públicos” (Simões; Facchini, 2009, p. 65).

Se por um lado a vivência homossexual expunha estes jovens homossexuais à ação policial, através da punição pelo crime de vadiagem, perturbação da ordem pública e prática de atos obscenos em público, atingindo homossexuais negros e os mais pobres (Simões; Facchini, 2009, p. 65), por outro lado, os registros de mulheres homossexuais no mesmo período não são encontrados com facilidade, e, segundo Simões e Facchini (2009) sugerem, talvez pela crença policial e médica do período em associar a homossexualidade a um fenômeno “altamente predominante, senão exclusivo dos homens” (Simões; Facchini, 2009, p. 66).

O contraste entre espaços marginais públicos ou privados que atraíam o interesse de homens homossexuais representavam uma ameaça às mulheres homossexuais que precisavam ser muito mais discretas em suas vivências homoeróticas. Conforme o depoimento da historiadora Nadia Nogueira “tudo era muito velado e praticado com extrema discrição”. Havia um código utilizado entre essas mulheres, que era o uso do sapato mocassim, a historiadora narra que “pelos pés, uma reconhecia a outra” (Simões; Facchini, 2009, p. 67).

Na região do bairro Bixiga em São Paulo, nos anos 1960, um restaurante

nomeado Ferro's Bar tornou-se ponto de encontro de mulheres masculinizadas, inclusive, ambientou as histórias de amor proibido entre mulheres escritos por Cassandra Rios, a mulher mais censurada da Ditadura Militar Brasileira (Simões; Facchini, 2009, p. 68).

Já no início da década de 1980, o regime ditatorial ainda imperava no Brasil, sendo que a propagação do discurso moral e dos rigorosos padrões para a manutenção de um modelo único de família reforçavam as perseguições sofridas por pessoas LGBTQIA+.

Na cidade de São Paulo, o Delegado Richetti criou e coordenou a “Operação-Sapatão”, assim como a “Operação Tarântula”, realizadas em novembro de 1980 na capital paulista. Estas operações eram realizadas por meio de batidas policiais na Rua Martinho Prado, tendo bares frequentados por mulheres lésbicas e transsexuais como foco, tal como o Último Tango, Canapé e o Ferro's Bar. Mais de 200 mulheres foram presas arbitrariamente, sob a justificativa de ser sapatão (Carvalho, 2023, p. 235).

Essas “batidas policiais” eram constantes na Rua Martinho Prado, por ser uma rua frequentada por grupos homossexuais da época, além das retaliações abrasivas empregadas pelos proprietários dos bares dessa região que, quando conveniente, destrataavam seus fregueses (Carvalho, 2023, p. 233).

O Ferro's bar, localizado na Rua Martinho Prado, n.º 127, no bairro Bela Vista, região do Bixiga na cidade de São Paulo, era apenas um espaço de sociabilidade LGBTQIA+ da capital paulista. A maioria das frequentadoras desse espaço eram mulheres lésbicas, mas ao contrário do que pode parecer, a escolha deste local para vivenciar seus momentos de lazer durante o período da ditadura militar não era pacífica. Estas mulheres enfrentavam tratamento hostil, conflituosos e violentos, até porque, quase nenhum espaço de lazer era possível de ser experimentado neste período por pessoas LGBTQIA+ (Carvalho, 2023, p. 232-233).

O episódio do Ferro's Bar, revela um marco para a memória da comunidade lésbica, após mulheres que frequentavam o local serem expulsas e proibidas de vender o boletim Chanacomchana, que abordava as homossexualidades de forma sincera e explícita. Algumas mulheres lésbicas frequentadoras deste espaço também formavam o grupo organizado Galf (Grupo de Ação Lésbicas-Feminista) e articularam um ato de resistência política dentro do bar em 19 de agosto de 1983, circulando o folheto proibido e lendo em voz alta o seguinte:

Veja, por exemplo, o que aconteceu na noite do sábado passado, dia 23 de julho, só porque umas meninas estavam vendendo seu boletim o chanacomchana, num certo bar que conhecemos, o dono do bar e os seguranças queriam expulsá-las à força só porque o boletim fala das nossas vidas claramente, sem vergonha ou medo e até com muito orgulho. [...] embora não passemos de cães sarnentos, nosso dinheiro não transmite nossa doença. E eles sabem fazer bom uso dele [...] Vamos admitir essa proibição? (Chanacomchana, 1983, p.1, apud Carvalho, 2023, p. 232).

A data é comemorada como o dia do Orgulho Lésbico Brasileiro, por ser um levante que denunciou as experiências violentas sofridas naquele espaço por mulheres lésbicas, bem como também ficou marcado por ser um dos primeiros momentos em que grupos feministas heterossexuais demonstraram publicamente apoio a um ato organizado por mulheres feministas homossexuais (Carvalho, 2023, p. 234).

Outro aspecto representativo, experimentado neste espaço, foi a ação coletivizada que reuniu outros grupos LGBTs, grupos organizados de mulheres e representantes da OAB para fortalecimento do ato. Apesar desta ação coletivizada, os grupos feministas existentes na época consideravam o discurso lésbico muito radical, o que faziam mulheres lésbicas ocuparem um “não-lugar” como elucida Carvalho (2023, p. 234).

O Ferro's Bar, portanto, representou um lugar LGBTQIA+ na cidade de São Paulo que detinha a qualidade de um espaço-território, onde estas vivências homoeróticas, especialmente lésbica, eram possíveis de serem vividas naquele contexto da Ditadura Militar. Ali o direito ao lazer poderia ser exercido entre pessoas que se relacionavam afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo gênero. Este espaço de convivência propiciava a divulgação de materiais com temas LGBTQIA+, bem como a organização de manifestações políticas.

Após este episódio histórico da revolta no Ferro's Bar, motivado pela apropriação do espaço privado, o levante foi considerado à época “rebeldia política”, atualmente, é possível identificar a expressão da homofobia, já que proprietários de espaços privados destinados ao lazer neste período sequer aceitavam que pessoas LGBTQIA+ frequentassem ou consumissem por lá, a homossexualidade era tida como um mal a ser combatido, uma doença (Quinalha, 2022). O espaço adquiriu outros contornos sociais pelo que representa simbolicamente. Ao mesmo tempo que o lugar não existe mais na atualidade, sua representação espaço-territorial ganha ou perde

sentido a partir do sujeito que conduz a narrativa (Quinalha, 2022, p. 105).

O Ferro's Bar exemplifica um marco temporal e espacial urbano, que extrapolou o que seria apenas um espaço de lazer, de sociabilidade LGBTQIA+ no Brasil, mas, também, desafiou normas de gênero e sexualidade em um período político de repressão intensa através da Ditadura Militar, em virtude da articulação política de sujeitos que se empenhavam em transformar a ordem social vigente à época.

Algumas estratégias de ocupação da cidade utilizadas por pessoas LGBTQIA+ no Brasil tiveram que ser articuladas para reivindicar espaços que eram permitidos a todos os sujeitos, especialmente os dotados de privilégios raciais e de classe. Uma dessas estratégias foi a ocupação política, intitulada como símbolo da luta LGBTQIA+ brasileira em um bar na década de 80. Este evento político marcante para a história do movimento LGBTQIA+ extrapolou a fronteira do debate sobre (r)existência da homossexualidade no contexto privado, pois apesar do lugar onde foi experienciado, desestabilizou a prática excludente vigente.

SEÇÃO 3

A dimensão cognitiva da espacialidade

4 DIREITO À CIDADE PARA QUEM?

*Agora que raspei a cabeça
Não vou demorar nas esquinas
Irritarei os velhinhos
Assustarei as meninas
E os cachorros já latem antes de me avistar.*

Angelica Freitas (2007)

Após apresentarmos as experiências e espacialização do lazer na cidade de São José dos Campos, bem como a construção de gênero e sexualidade em contexto urbano, nesta seção nos dedicaremos a apontar algumas perspectivas que circundam a construção do que denominamos por direito e justiça, para alicerçar nossas inflexões acerca do direito à cidade, elucidando algumas das análises deste conceito lançado por Lefebvre (2001) enquanto aproximamos às reflexões acerca das (in)justiças espaciais proposta por Soja (2014), relacionando-os aos conceitos de “racismo urbano” de Joyce Berth (2023) e “cidade-armário” de Carvalho e Macedo Júnior (2017) que iluminam a realidade brasileira em diálogo com as entrevistas concedidas para esta pesquisa, descortinando como espaços de lazer tensionam o direito à cidade, além dos desafios enfrentados pela população LGBTQIA+ para acessar os equipamentos da cidade. Após, apresentamos instrumentos utilizados pelo Estatuto da Cidade enquanto parte da política urbana institucional, tecendo provocações sobre o alcance das ferramentas jurídicas no cotidiano dos atores sociais enfatizados na pesquisa. Por fim, abordamos os momentos de participação no Município, fruto da construção coletiva exercida por estes sujeitos.

4.1 APONTAMENTOS SOBRE DIREITO ENQUANTO CONSTRUCTO HISTÓRICO SOCIAL: UM DEBATE EMERGENTE

Há inúmeras perspectivas que se pode adotar para tentar compreender o direito. Nesta pesquisa escolhemos analisar o direito a partir da dimensão sociojurídica, que parte do pressuposto de que o direito é uma produção dialética, tendo em vista que é um fenômeno social, já que é constituído por práticas sociais históricas que produzem o que nomeamos de direitos. Sabe-se que a dimensão tecnicista e instrumentalizada também compõe o arcabouço jurídico, todavia, nossa abordagem não se concentra

nestas searas (Wolkmer, 2020).

O paradigma da construção do direito moderno, fundamentado a partir do avanço do sistema capitalista no séc. XIX corroborou com a constituição de uma cultura jurídica permeada pela racionalidade, enquanto fio condutor, pela previsibilidade e pela estabilidade, que edificaram a ciência do direito, conforme explica Wolkmer (2020), construindo um direito público burguês centralizado na cobrança de tributos, na defesa da propriedade privada e na resolução de conflitos individuais.

Alicerçada esta cultura jurídica, conforme apontado anteriormente, um salto para o final do século XX, já imerso no contexto sociopolítico-jurídico neoliberal, o arcabouço jurídico passou a avançar na dimensão das garantias quanto ao direito à liberdade, sem se debruçar, em igual medida, na dimensão da igualdade e fraternidade e, de acordo com o que Wolkmer (2020) defende, houve, também, uma crise da modernidade que corroborou aos fatores que impactaram na compreensão contemporânea do direito (Wolkmer, 2020). Para tanto, o direito é produto da sociedade, o que nos permite enxergá-lo enquanto uma prática transformadora e emancipatória.

Por outro lado, ao refletir sobre justiça, Walter Benjamin (1986) formula uma crítica à violência, fomentando uma discussão sobre se a violência é um meio para fins justos, levantando questões sobre o debate entre justiça e direito, apresentando que o “direito natural não vê problema nenhum no uso de meios violentos para fins justos; esse uso é tão natural como o “direito” do ser humano de locomover seu corpo até um determinado ponto desejado” (Benjamin, 1986, p. 160).

Para Benjamin (1986, p. 162) o direito natural visa, “pela justiça dos fins ‘legitimar’ os meios, enquanto o direito positivo visa ‘garantir’ a justiça dos fins pela legitimidade dos meios.” Sendo o direito positivo, todo aquele que orienta ou se inscreve no ordenamento jurídico. As implicações ao sujeito de direito através de suas relações com o direito, está afeta a ordem jurídica, que determina fins juridicamente amparados em todas as dimensões da vida, se utilizando da violência para consagrar-se (Benjamin, 1986, p.162).

Já sob a perspectiva de Oneide Perius (2018), “O pressuposto desta concepção é o de que as formas de organizações sociais são constituídas historicamente e, portanto, não há uma ordem natural e justa que pudesse servir de critério para a avaliação dos meios (Perius, 2018, p. 7). Neste sentido, o poder que

mantém o direito é um poder que se constitui através da ameaça (Benjamin, 1986, p.165). Este poder que se legitima através da restrição e do medo, é utilizado para que não sejam propostas novas finalidades aos propósitos do Estado, que detém a legitimação para fazer justiça (Benjamin, 1986, p.166). Esta dialética tensão provocada pelos conflitos entre direito, justiça e a violência ou o poder, como propõe Walter Benjamin (1986), sustentam que não há como criticar a violência (ou o poder) sem criticar o direito, pois ambos se constituem em uma engrenagem que os mantêm.

Em igual sentido, Oneide Perius (2018) ao analisar as reflexões benjaminianas, aponta que “A crescente juridificação das relações interpessoais nas sociedades contemporâneas está assentada sobre o pressuposto de que o direito é o mecanismo mais eficiente de resolver os conflitos e coibir a violência” (Perius, 2018, p. 3). Entretanto, como apontado por Benjamin (1986), o direito, ao tentar mediar os conflitos, faz uso da violência para a manutenção do poder, ao exemplo da polícia, braço estatal que detém o poder mantenedor do direito positivo, que nos momentos em que o Estado não dá conta de impor juridicamente o direito, a polícia exerce o poder, através da imposição da violência, “por questões de segurança”, mesmo quando não há uma condição jurídica definida (Benjamin, 1986, p.166).

Um bom exemplo para ilustrar o exercício do poder da polícia, por meio da violência, são as perseguições contundente de pessoas pobres e de pessoas negras no Brasil, bem como, durante o período ditatorial, em que pessoas LGBTQIA+ através das operações policiais, eram presas pelo crime de vadiagem, conforme apontado por Quinalha (2022).

Apesar da potente análise de Walter Benjamin (1986) acerca de suas críticas ao direito, o filósofo estampa que o direito positivo, na verdade, utiliza-se de uma ética dialógica, já que se traduz na regulamentação para coibir conflitos por meio da utilização de uma violência institucionalizada e, portanto, permitida, como podemos notar em sua análise:

O direito - depois do que foi dito - aparece sob uma luz ética tão ambígua, que se impõe a pergunta se, para a regulamentação de interesses humanos conflitantes não existem outros meios, não-violentos. Sobretudo é preciso constatar que uma solução de conflitos totalmente não violenta jamais pode desembocar num contrato jurídico. Embora este tenha sido firmado pelas partes contratantes num clima de paz, ele leva, em última instância, à possível violência. Pois o contrato dá a cada uma das partes o direito de reivindicar

alguma forma de violência contra o outro, no caso em que este rompa o contrato (Benjamin, 1986, p.167).

Complementando esta reflexão, Perius (2018) acrescenta que ainda atualmente, a ordem jurídica posta, que é legitimada e justificada, marginaliza inúmeras vidas a própria sorte, sendo que por serem violências praticadas fora do “alcance” do Estado, são tidas como naturais, não impactando em suas “relações éticas” (Perius, 2018, p. 9). Este é o caso das dinâmicas de violência praticadas contra pessoas LGBTQIA+, que apesar da previsão de coerção estatal, conforme explicado na seção anterior, até que sejam denunciadas e passem por todas as instruções jurídicas do ordenamento, não conseguem tocar a dimensão singela dos cotidianos desses sujeitos que ficam margeados ao sistema de acesso à justiça, então “o direito o concede, porque inibe ações violentas as quais teme enfrentar” (Benjamin, 1986, p.169), e não para validar suas cidadanias e igualdades formais.

Por isso, toda a luta para materialização da proteção jurídica desses sujeitos se torna uma luta por sobrevivência contínua. É a presença da violência dentro da instituição jurídica como explica Benjamin (1986):

Quando a consciência da presença latente da violência dentro de uma instituição jurídica se apaga, esta entra em decadência. Um exemplo disso, no momento atual, são os parlamentos. Eles oferecem esse espetáculo notório e lamentável porque perderam a consciência das forças revolucionárias às quais devem sua existência” (Benjamin, 1986, p.167).

Dentre várias reflexões acerca da mitigação do estado de violência que paira às relações entre sujeitos (e sujeitos) e o Estado, Walter Benjamin (1986) argumenta que o diálogo e a linguagem seriam uma das técnicas capazes de atingir esse efeito (Benjamin, 1986, p.168).

Portanto, o conceito de justiça não está atrelado de forma nuclear no direito, ao contrário, a justiça “representa uma profunda ruptura” (Perius, 2018, p. 9), e assim podemos confirmar que a crítica do direito revela

A "troca enganosa" que nos faz confundir direito e justiça, quanto nossa crença de que o direito é uma elevada elaboração racional, uma conquista inelutável da "civilização", que nele nada mais há de mítico (Chaves, E. 1994, p.18-19, apud Perius, 2018, p. 9).

Ao contrário do que sustentam em diálogo Walter Benjamin (1986) e Perius

(2018), Wolkmer (2020) defende uma teoria crítica jurídica enquanto ferramenta emancipatória que desagua no constitucionalismo pluralista, remetendo a práticas de justiça participativa, tais como a conciliação e a arbitragem, para mediar os conflitos.

Nesta perspectiva, o pluralismo jurídico, enquanto ímpeto da teoria crítica jurídica, em Wolkmer (2020), considera os atores sociais, em especial os movimentos sociais, para perpetuarem novos paradigmas à justiça.

O que é defendido por Wolkmer (2020), amplia, em certa medida, o que havia sido objeto de análise de Walter Benjamin (1986), pois considera que o Estado não é o único detentor do poder político, tampouco a única fonte do direito (Wolkmer, 2001, p. 203). Para Carlos Wolkmer (2001), as populações oprimidas, que ele denomina de forma generalizada de “pobres”, quando organizadas em seus movimentos sociais, conseguem tensionar o poder estatal de modo a produzirem “suas próprias normas” (Wolkmer, 2001, p. 204).

Portanto, o pluralismo jurídico defendido por Carlos Wolkmer (2001) no contexto latino-americano, evoca a “coexistência de dois ou mais sistemas normativos que pretendem validade no mesmo território” (Wolkmer, 2001, p. 204). Esta ótica condiz com o contexto de nossa análise, especialmente por levar em consideração o contexto econômico globalizado de acumulação flexível, em que o Estado é substituído ou complementado por outras instituições (Wolkmer, 2001, p. 205-206).

Logo, o pluralismo jurídico utiliza alguns mecanismos disponíveis pelo ordenamento jurídico legitimado, ao mesmo tempo que se reformula e se reivindica por meio de mobilizações sociais, práticas insurgentes, confeccionando “práticas normativas inovadoras e alternativas” (Wolkmer, 2001, p. 206). Para este autor, o direito é “ao mesmo tempo opressão e emancipação” (Wolkmer, 2001, p. 207).

Nesta toada, a hiper judicialização das cidadanias LGBTQIA+ tem sido alvo de críticas por juristas brasileiros que apontam o desafio inscrito em uma “batalha jurisprudencial” que coloca sujeitos LGBTQIA+ em uma “verdadeira loteria”, que podem ter suas demandas acolhidas ou não, a depender do entendimento e das interpretações do juízo julgador (Quinalha; Ramos; Franco Bahia, 2024, p. 46).

Desta forma, a atual conjuntura das frágeis garantias jurídicas disponíveis para sujeitos dissidentes de gênero e orientação sexual hétero, coloca o Brasil entre os países que oficialmente atende direitos basilares desta parcela da população, entretanto, sugere que estas cidadanias foram plenamente alcançadas, portanto

estariam estabilizadas, o que deve ser refutado (Quinalha; Ramos; Franco Bahia, 2024, p. 48), assim como confirma um dos desafios para o acesso equitativo cidadão.

Apesar de admitirem a importância do reconhecimento de direitos LGBTQIA+ pelo poder judiciário, ao mesmo tempo, criticam os fundamentos e motivações cerceadoras da liberdade de sujeitos LGBTQIA+, que são incorporados no sistema jurídico através de conjunturas utilizadas por uma ótica normativa, a exemplo da legitimação de famílias homoafetivas por meio de uma perspectiva de família “heterossexual, estabilizada e prolongada” e também da problemática do encarceramento em massa que no Brasil opera de forma racializada (Quinalha; Ramos; Franco Bahia, 2024, p. 81).

4.2 ESPACIALIZANDO A (IN) JUSTIÇA

Cânones da geografia pós-moderna, tal como David Harvey e Edward Soja, apesar de suas inegáveis contribuições que nos ajudam a pensar sobre todo o contexto espacial e urbano, suas potencialidades e problemáticas, pouco se preocuparam em debruçar sob as categorias de gênero e sexualidade em suas análises.

Se para Henry Lefebvre (2001), filósofo e sociólogo francês que inaugurou o conceito de direito à cidade, a cidade reflete a construção social do espaço urbano e também pode ser concebida como uma obra, vinculada ao comércio e sua relação intrínseca ao seu valor de uso e o valor de troca, o que as interdições e possibilidades demonstram quando pensamos o lazer LGBTQIA+ inscrito em São José dos Campos?

O filósofo complementa que o valor de uso principal das cidades (de suas praças, de suas ruas, de seus monumentos) é a festa “que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio” (Lefebvre, 2001, p. 12).

A festa e o lazer constituem categorias vinculadas, sendo que a festa é

[...] visualizada como manifestação cultural e espaço para a vivência do lazer. Por meio dela é possível compreender o que há de transgressão, de reinvenção do cotidiano, o que transcende o controle social e se abre para o florescimento do desejo. A preponderância da resignação ou da emergência dos desejos depende das relações entre as forças repressivas e expressivas de cada sociedade (Gomes, 2004, p. 89).

Além disso, a festa também é uma possibilidade de “vivência (ou não) do lazer

criativo e crítico”, como aponta Gomes (2004), que pode ser facilmente capturada pelos interesses do mercado (Gomes, 2004, p.91).

A sociedade da festa, tradicional das sociedades rurais que foram engolidas pelo urbano e absorvidas por ideologias de consumo com a expansão das cidades, precisa ser ressuscitada, como defende Lefebvre (2001), confirmando que são as relações sociais que detém a capacidade de reformular as estruturas das cidades com amparo das ciências (Lefebvre, 2001, p. 109).

Ao analisar a dimensão da busca por justiça espacial, Edward Soja (2014) expande a perspectiva de Lefebvre, pois afirma que estas relações sociais estão interligadas a noção de justiça e injustiça (Soja, 2014, p. 38-39).

Dentre as inúmeras implicações que a cidade apresenta, Lefebvre (2001, p. 92) desenhou um quadro das formas que expressa as abstrações e concretudes vistas na cidade. Segundo este filósofo, estas abstrações e concretudes da cidade se manifestam em dupla existência, a mental e a social. Deste modo, o autor elege a forma da simultaneidade, que “permite designar os conteúdos”, a dialética da forma urbana e sua problemática (Lefebvre, 2001, p. 94-95).

Redefinir as formas, estruturas e funções das cidades é um dos aspectos cruciais indicado por Lefebvre (2001), mas não só, pois o autor também indica que as necessidades sociais urbanas precisam ser objeto de atenção de urbanistas e planejadores urbanos. É preciso atentar aos fundamentos antropológicos das necessidades sociais, da necessidade de jogar, de práticas esportivas, de atividades criadoras, de fruição da própria sexualidade, de informação, de simbolismo, de imaginário, de ludicidade para que a cidade detenha seu valor de uso (Lefebvre, 2001, p. 105).

A ludicidade é tida como o eixo principal para vivenciar o lazer (Gomes, 2004), assim como o “lazer pode ser a origem de um estilo de vida e que seus modelos contribuem para mudar a qualidade de vida” (Dumazedier, 2008, p. 88). Portanto, estamos imbricados em uma análise que é material do espaço, ao mesmo tempo que é experimental.

Para formular uma compreensão urbana material acerca das representações do espaço, Harvey (1980) defende que é preciso entender “como a prática social e cotidiana resolve, com aparente tranquilidade e perfeição, os mistérios filosóficos profundos relativos à natureza do espaço e às relações entre o processo social e as

formas espaciais” (Harvey, 1980, p. 5). Para isso, este autor aponta problemas conceituais do planejamento urbano implicados na análise espacial isolada que pode ser amenizada através de análises interdisciplinares (Harvey, 1980, p. 13). Em continuidade, Harvey (1980) argumenta que é preciso analisar a “experiência espacial” para formularmos reflexões sobre a espacialidade urbana (Harvey, 1980, p. 18).

Sabendo que as relações e experiências sociais são detentoras da capacidade de reformulação das estruturas das cidades, aparadas pelas ciências, como já visto, buscaremos diagnosticar as tensões que o lazer LGBTQIA+ provoca na realidade social que tem sido reproduzida no contexto urbano contemporâneo brasileiro.

Cidades contemporâneas reproduzem símbolos que “reafirmam a continuidade das supremacias e hierarquias sociais”, apesar da organização das cidades não ser a única responsável pela manutenção do exercício do poder, é um reflexo da degradação do espaço social urbano (Berth, 2023, p. 13).

São as especificidades da cidade, a exemplo da sua abstração, de sua supra-sensibilidade, da transcendência em sua aparência, sua formalidade, suas concepções em ideologias, seus princípios jurídicos e morais, seu revestimento de histórias, enfim, a exemplo de sua produção por seres humanos e reprodução por eles mesmos, que nos revelam a possibilidade da construção de narrativas outras para a cidade, apesar do produto citadino com segregações e violações severas de direitos (Lefebvre, 2001, p. 52).

Assim, é possível afirmar que a cidade é:

[...] a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que vive, e de fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver (Parker, 1967, apud Harvey, 2014, p. 28).

Os discursos sociojurídicos-urbanísticos constituem as cidades em espaços de interdito às pessoas LGBTI+, sendo que Carvalho e Macedo Júnior (2017, p. 106) consideram estes modelos de cidade como “cidade-armário”.

A cidade-armário é reconhecida como um sistema (patriarcal e heteronormativo) que sujeita atores alheios dessas expressões de poder a exclusões. Como afirmam os autores:

Para se compreender o que é a cidade-armário é preciso se ter em mente: qual é o espaço reservado às lésbicas, aos gays, às pessoas bissexuais, transexuais e às travestis? Ou melhor: quais os espaços negados historicamente à comunidade LGBT e quais os espaços negados à população heterossexual? Conseguimos pensar a cidade como um ambiente de corpos transitando livremente ou enxergamos locais –papeis –reservados a determinados corpos? Uma análise apurada poderia situar-nos que, perante a cidade, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais não existem –ou não deveriam existir –porque rompem com as normas e acordos de sexualidade tácitos feitos pelos poderes atuantes no regime sobre os corpos (Carvalho; Macedo Júnior, 2017, p. 107).

Neste sentido, as cidades carregam contornos simbólicos que oprimem os corpos dos sujeitos, seja pelo enaltecimento de determinados arranjos, seja pela ausência total de representações outras que, caso existissem, seriam capazes de acolher a pluralidade de sujeitos que vivem na cidade, mas que por sua ausência total, simplesmente as renega.

Considerando o aumento expressivo da população que vive no contexto urbano, é necessário contextualizar as (in)justiças espaciais e localizá-las enquanto condições específicas para estes sujeitos. Deste modo, as lutas coletivas por acesso mais equitativo aos recursos sociais e vantagens que a cidade proporciona, conforme defende Soja (2014, p. 65) são cruciais para mobilizarem uma conjuntura urbana reivindicativa. O que significa para Soja (2014) que a análise da justiça espacial e da condição urbana não se limitam apenas a questões territoriais concretas (Soja, 2014, p. 65).

Para um dos sujeitos entrevistados, conforme relato abaixo, não é possível sentir-se confortável sendo LGBTQIA+ em ambientes de maior prevalência de pessoas heterossexuais:

Tem vários lados o sentir a vontade, em público, uma pessoa LGBT no meio de várias pessoas que podem não ser LGBT, a gente nunca vai se sentir totalmente confortável, porque você nunca sabe se é seguro. Até porque a própria segurança do lugar é homofóbica, então como você vai se sentir segura? (E2).

O empenho constitutivo da urbanização centrada na segurança e na proteção da propriedade privada, de acordo com Soja (2014), tem construído um modelo de cidades que protege pessoas ricas em redomas de muros que perpassam a blindagem

física, mas que também os asseguram institucionalmente e psicologicamente (Soja, 2014, p. 77). Podemos concluir que todos, incluindo pessoas LGBTQIA+, que não estão protegidos por essa redoma de segurança exposta por Edward Soja, também deveriam ter o direito de gozar de uma vida sem medo, assim como também são afetados pelo interesse em viver uma vida plenamente segura. Entretanto, ao contrário dos que prezam pela proteção de seus bens (a propriedade privada), pessoas LGBTQIA+ ao pensarem sobre segurança tratam sobre a integridade física de seus corpos.

A ausência de políticas públicas destinadas às lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, que garantam o acesso aos direitos e proteja estes sujeitos em suas subjetividades, materializando a dignidade da pessoa humana, demonstra “[...] que a cidade se fecha em torno da heterossexualidade, ignorando a presença e participação de LGBTs em seu corpo” como apontam Carvalho e Macedo Júnior (2017, p. 104).

Para E2, que se identifica como mulher lésbica, o marcador de gênero historicamente hierarquizado em conjunto com sexualidade dissidente, incidem uma violação misógina e lesbofóbica que pode partir de homens (gays ou héteros), acarretando em um estado de alerta constante, como se percebe no seu relato abaixo:

A gente ficava o tempo inteiro com medo, ficava na rua, mas o tempo inteiro tensa, em estado de vigilância constante, mas isso em espaço público e privado, a não ser em bar lésbico, que tem mais mulher... a gente nunca sabe de onde vem a violência, as vezes vem de um cara gay, pode vir de um cara hétero (E2).

Apesar das configurações dos espaços urbanos serem simbólicas, conforme ensina Harvey (1980, p. 21), para este autor a “ordem social existente, de nossas aspirações, necessidades e temores” recebem também representações físicas no espaço, entretanto, ao analisarmos as experiências e relatos das pessoas entrevistadas nesta pesquisa, notamos que a simbologia que configura os espaços urbanos tem sido desenhados pela presença da ausência de representações afirmativas da identidade LGBTQIA+.

Desta forma, Harvey (1980) complementa que

[...] grande parte da informação que é construída sobre um esquema espacial deve ser resultado da experiência individual, e o esquema é útil para garantir uma mudança contínua com a experiência. A natureza dessa experiência pode ser crucial para determinar o simbolismo (Harvey, 1980, p. 25).

No entanto, apesar da defesa de Harvey (1980) mencionada anteriormente, no tocante a experiência individual, o autor também defende que “o espaço social não é somente uma variável de indivíduo para indivíduo e de grupo para grupo; ela é, também, variável no tempo” (Harvey, 1980, p. 25).

A tipificação do crime de lgbtfobia no ano de 2019, através do poder judiciário, reconheceu por meio do Supremo Tribunal Federal, a omissão inconstitucional do poder legislativo em editar um tipo legal específico à ofensa discriminatória de pessoas LGBTQIA+, provocados pela Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) n.º 26 e o Mandado de Injunção (MI) n.º 4.733 (Quinalha; Ramos; Franco Bahia, 2024, p. 15).

Desta forma, até que o poder legislativo cumpra com a sua função típica de legislar sobre o tema, a Lei n.º 7.716/89 (Brasil, 2024b), que define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor, também deverá ser utilizada para os crimes de homotransfobia, como uma das espécies de “racismo social” sofrido por pessoas homossexuais, bissexuais, pessoas trans, queers, intersexo, entre outras sexualidades e identidades de gênero.

Esta jurisprudência da Suprema Corte brasileira contribuiu para a materialização de garantias constitucionais resguardada a todos (todas e todes), bem como se inclinou a gestão democrática das cidades, incluindo na dimensão da segurança pública a contenção da violação de direitos de pessoas LGBTQIA+. De outro lado, a judicialização das cidadanias LGBTQIA+ para usufruírem dos espaços urbanos de forma plena, confirma que o bem-estar destes sujeitos ainda é subordinado a uma relação institucional dialética e frágil, estampando a implicância desafiadora em acessar a cidade.

Ao abordar a justiça social a partir da análise da cidade, David Harvey (1980) explica que talvez a principal tarefa da justiça social seja uma distribuição justa territorial, mas para isso, o autor parte de critérios, que ele sintetiza entre o critério da necessidade, em que sujeitos detêm direitos a partir da alocação de suas necessidades, o critério da contribuição ao bem comum, que reflete aos indivíduos cujas atividades beneficiam a maior parte das pessoas, detendo reivindicações mais amplas do que aqueles cujas atividades beneficiam poucos. E o critério de mérito que

define que as “reivindicações podem basear-se no grau de dificuldade em sobressair na contribuição à produção (aqueles que desempenham tarefas perigosas ou desagradáveis – tais como a mineração)” (Harvey, 1980, p. 84-85).

Dentre as objeções e critérios levantados por Harvey (1980, p. 86) em suas reflexões acerca da justiça social na cidade, ele aborda a necessidade enquanto um conceito relativo, argumentando que a definição da exata necessidade relativa é um problema. No entanto, dentre as nove necessidades que permanecem constantes no tempo para todos os sujeitos que habitam as cidades, as oportunidades de lazer e as amenidades de vizinhança talvez sejam as que mais tocam as experiências LGBTQIA+.

O depoimento de E1, transcrito abaixo, expressa que apesar da relação de interdito no uso dos equipamentos da cidade por pessoas LGBTQIA+ ainda ser uma realidade, por outro lado, os espaços oferecidos por associações civis e coletivos preocupados com as demandas de gênero e sexualidade promovem outras experiências cidadinas.

Nesse sentido mais amplo de usar, de viver a cidade, é, é limitado, mas eu tenho procurado mais justamente pra poder vivenciar esses espaços que tão sendo oferecidos pelas organizações sociais, pelas organizações da sociedade civil (E1).

Reforçar as injustiças sociais que abarrotam a realidade urbana, segundo Harvey (1980), não deve ser o foco de análise dos que estão preocupados com alguma transformação social comprometida com a justiça nos centros urbanos, ao contrário, deve-se “abraçar criativamente alternativas” (Harvey, 1980, p. 124-125).

Ademais, conforme argumentam criticamente Quinalha, Ramos e Franco Bahia (2024),

Ao mesmo tempo que a garantia de direitos abre um campo de embates para sua realização concreta, mobilizando também novos atores e estratégias de luta para efetivar cada conquista, o direito também pode ser decisivo para forjar subjetividades à luz de suas prescrições morais e princípios estreitos, reduzindo a uma abstração e uma universalização típicas da regulação jurídica da diversidade, de modos de vida e de desejos (Quinalha; Ramos; Franco Bahia, 2024, p. 50).

Assim, a garantia de alguns dos direitos da população LGBTQIA+ no Brasil ainda opera na lógica da “inclusão excludente” (Quinalha; Ramos; Franco Bahia, 2024,

p. 51), pois apesar dos avanços no reconhecimento de garantias jurídicas formais, a narrativa de uma das pessoas entrevistadas, uma mulher branca lésbica, demonstra o modus operandi desta lógica:

Hoje em dia, você até pode dar um beijo na sua namorada, no meio de todo mundo, com tensão... com olhares..., mas tem mais abertura, antes eu ficava com as mulheres no banheiro dos espaços (E2).

Além disso, ainda experienciam suas vidas cotidianas atravessadas pelo medo, conforme evidenciado no relato anterior e reforçado por outra entrevistada, uma mulher que se reivindica preta e lésbica e admite um estado de alerta constante em seus momentos de lazer:

É porque a gente nunca sabe o que se passa na cabeça do outro, quando eu saio com as minhas amigas lésbicas, eu sempre fico muito atenta, porque elas são casal e se fazem carinho de vez em quando, assim, nada muito grotesco, é uma coisa bem sutil, mas isso pode incomodar algumas pessoas, aí eu sempre fico atenta, por que a gente nunca sabe (E3).

Por isso, atentar para o que Harvey (1980, p. 127) nomeia de “apologia do status quo” através da propagação de um saber, é tão relevante neste momento desta pesquisa, pois “o objetivo do saber e sua organização e disseminação são inerentemente conservadores”, o que revela o esforço que devemos fazer para não recairmos em repetições discursivas que mantém sujeitos localizados na mesma ótica narrativa. É preciso tentar romper com o medo e a localização da violência, expandir nossas ênfases.

O processo de urbanização analisado por Soja (2014) revela um fenômeno que reconfigura a vida urbana a partir da privatização dos espaços, o que ele denomina como uma “forma de colonização espacial”⁹. Para Edward Soja (2014) o Estado intervém menos, mas ainda assim, o controle espacial é impulsionado pelo medo da violência e por uma obsessão com a segurança (Soja, 2014, p. 79, tradução nossa). Por outro lado, esta análise de Soja se restringe a questão de classes e o acúmulo de riquezas, não examinando as especificidades que perpassam sujeitos a partir da

⁹ Trecho original: “Lo que estamos viendo en todas estas reconfiguraciones generalizadas de privatización de la vida urbana es otra forma de colonización espacial, menos abiertamente dominada por el Estado(...)”

orientação sexual e identidade de gênero.

As pessoas LGBTQIA+ entrevistadas por esta pesquisa confirmam que buscam e assimilam suas experiências com o lazer na cidade de São José dos Campos a espaços comumente privados, contudo, ainda que sigam a lógica afirmada por Soja (2014), concentram as expressões de identidade, de festividade e ludicidade típicas do lazer, mobilizando uma concepção de cidade distinta da que é saboreada nos espaços públicos.

Por outro viés, o processo de privatização dos espaços nas cidades estampa, segundo Soja (2014), a dimensão da injustiça espacial, pois demonstra que cada centímetro quadrado tem seu preço, é mercantilizado e otimiza a produção e reprodução de injustiças sociais e espaciais (Soja, 2014, p. 80).

Entretanto, como visto, a experiência de pessoas LGBTQIA+ é nitidamente enviesada pelo medo de sofrer algum tipo de violência ou restrição de direito, por já terem experienciado situações de hostilidade, desprezo, retaliação ou por uma construção de narrativa de que sujeitos LGBTQIA+ são incômodos, inapropriados, desajustados, conforme reforça uma entrevistada, que é lésbica, está solteira, mas que ao sair de casa para experienciar momento de lazer com um casal de amigas lésbicas se sente insegura:

É...eu fico com medo da gente ser as três agredidas, a gente vê as notícias, né? São muitas coisas, a gente vê as pessoas comentando quando veem duas mulheres de mãos dadas (E3).

Apesar destas formas de relações sociais estruturantes da cidade permeadas de violência (Lefebvre, 2001) aqui expostas, é preciso esperar, compreender e intervir, ainda que simbolicamente, nos espaços urbanos, o que repercutirá na continuidade da luta por direito à cidade, como denominado por Berth (2022, p. 261) através do “processo de empoderamento”, conduzido atores historicamente subalternizados para o “resgate de seu poder social”.

De tal forma, o direito à cidade não se resume a exercer uma liberdade individual ou acessar recursos urbanos (Harvey, 2024, p. 74), ele “é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade”. Em virtude deste direito coletivizado, precioso, negligenciado e humano, não podemos transferir as implicações da urbanização nas cidades de modo a favorecer a privatização do direito à cidade (Harvey, 2024, p. 86).

Contudo, para Harvey (2024) o direito à cidade tem se restringido a uma ou outra “[...] elite política e econômica, que está em posição de moldar a cidade cada vez mais ao seu gosto” (Harvey, 2024 p. 87). A democratização do direito à cidade será plenamente alcançada a partir de um ideal político e operacional que unifique as lutas e institua novos modos de urbanização, conforme aponta Harvey (2024, p. 88).

Por isso, Soja (2014) defende que a legitimação do direito inalienável à propriedade privada gera um sistema de leis e uma concepção da cidadania que são subordinadas aos direitos de propriedade, sendo que para superar estas condições, é preciso pensar criticamente sobre a

[...] defesa vigilante do espaço público contra as forças da mercantilização, privatização e interferência estatal. Em geral, argumenta-se que o espaço público tem sofrido uma rápida erosão nas cidades contemporâneas, como políticas de desregulamentação neoliberais que eliminam as estruturas microespaciais que mantêm as nossas “liberdades civis” em vigor, literalmente e figurativamente. Ondas de privatização têm fluído para espaços que antigamente eram públicos, pondo em perigo as liberdades de expressão, associação e expressão política (Soja, 2014, p. 81, tradução nossa ¹⁰).

A dicotomia entre os espaços públicos e privados nas cidades explicitada por Soja (2014) amplia de forma crítica a perspectiva de como a organização política dos espaços urbanos se impõem a todos os sujeitos “como uma forma de controle social mantida pela administração local, pela ordem jurídica e pelo mercado imobiliário” (Soja, 2014, p. 82, tradução nossa¹¹), evidenciando uma relação dialética entre os espaços de lazer que podem ser experienciados por sujeitos LGBTQIA+, comumente espaços privados e ainda restritos ao lazer noturno.

Neste sentido, a análise de Soja (2014) sobre direito à cidade reforça que é preciso reivindicar e reinventar a apropriação espacial urbana, em suas palavras, “a busca pelo direito à cidade é um esforço contínuo e mais radical de reapropriação espacial, que reivindica uma presença ativa em tudo o que acontece na vida urbana

¹⁰ Trecho original: “(...) es la defensa vigilante del espacio público contra las fuerzas de la mercantilización, la privatización y la interferencia del Estado. Em general, se sostiene que el espacio público se ha ido erosionando rapidamente en las ciudades contemporáneas, a medida que las políticas neoliberales de desregulación eliminan las estructuras microespaciales que mantienen nuestras “libertades civiles” en su lugar, en sentido literal y figurado. Olas de privatización han estado fluyendo hacia espacios antiguamente públicos de todo tipo, poniendo en peligro las libertades de expresión, de asociación y de expresión política.”

¹¹ Trecho original: “(...) como uma forma de control social mantenida por la administración local, el ordenamiento jurídico y el mercado de la propiedad.”

sob o capitalismo” (Soja, 2014, p. 141, tradução nossa¹²).

Por estas razões, é preciso ter em mente que as

[...] geografias ou espacialidades podem ser justas e injustas, e são produzidas por meio de processos que são ao mesmo tempo sociais e espaciais, subjetivos e objetivos, concretamente reais e criativamente imaginados. Geografias, em outras palavras, são resultados, não simplesmente o pano de fundo no qual nossa vida social é projetada ou refletida (Soja, 2014, p. 150, tradução nossa¹³).

A presença de espaços de lazer LGBTQIA+ na cidade de São José dos Campos demonstra que ao longo de trinta e cinco anos, sujeitos LGBTQIA+ utilizaram como estratégia de ocupação do território as experiências em bares e boates, desestabilizando o conceito de lazer, pois a corporificação e as expressões de identidade desses sujeitos nesses espaços, muitas vezes é carregada de resistência política, e, extrapola o conceito de lazer, como visto anteriormente.

De outro lado, a presença constante do medo que acompanha esses sujeitos em seus trajetos urbanos, bem como em suas experiências durante o lazer na cidade ficou nítido nos depoimentos, entretanto, a dimensão de classe social e identidade étnico-racial se apresentam como fatores de desafios para ocupação da cidade, principalmente quanto ao uso dos espaços públicos da cidade.

Se para Lefebvre a cidade é “a maior conquista da criatividade humana”, sendo “um resultado material da ação humana e uma obra de arte representativa”, conforme relembra Soja (2014, p. 150), é preciso analisar criticamente o que tem sido construído e as razões que ensejam o uso dos equipamentos da cidade de forma desproporcional por determinados sujeitos em detrimento de outros.

As reflexões sobre o direito à cidade têm avançado as proposições feitas inicialmente por Lefebvre e indicam que “o direito à cidade não é visto apenas como um direito à apropriação, participação e diferença, mas também é visto mais amplamente como um direito ao espaço, o direito de habitar o espaço” 14, de acordo

¹² Trecho original: “La búsqueda del derecho a la ciudad es un esfuerzo continuo y más radical en la reapropiación espacial, que reivindica una presencia activa en todo lo que ocurre en la vida urbana bajo el capitalismo.”

¹³ Trecho original: “(...) las geografías o espacialidades pueden ser tanto justas como injustas, y se producen a través de procesos que son al mismo tiempo sociales y espaciales, subjetivos y objetivos, concretamente reales y creativamente imaginados. Las geografías, en otras palabras, son resultados, no simplemente el fondo en el que se proyecta o se refleja nuestra vida social.”

¹⁴ Trecho original: “El derecho a la ciudad no sólo se ve como un derecho a la apropiación, a la participación y a la diferencia, sino que se ve incluso más ampliamente como un *derecho al espacio*, el

com a análise de Soja (2014, p. 155, tradução nossa), sendo que ao pensarmos as experiências espaciais enviesadas pelo lazer aqui apresentadas, questionamos como seria para estes sujeitos habitar cidades livres de LGBTfobia? Sem medo de transitar pelos espaços de lazer, podendo propagar suas experiências, seus saberes? Como seria visualmente uma cidade que hasteasse símbolos culturais LGBTQIA+ por todas as partes? Ressoaria demasiado utópico pensar estas possibilidades?

4.3 ESTATUTO DA CIDADE E A DESESTABILIZAÇÃO DE SEUS CONCEITOS

O Estatuto da Cidade, Lei n.º 10.247/2001 (Brasil, 2023b), é uma legislação federal que aborda conceitos da política urbana e sua instrumentação, apontando os principais recursos que a legislação institui para materialização de uma tentativa de gestão democrática das cidades. Tal legislação foi promulgada em um contexto de continuidade de mobilizações populares e de movimentos sociais, que buscavam viabilizar a função social da propriedade prevista na Constituição Federal de 1988.

O regime jurídico do Estatuto da Cidade é extremamente genérico, sendo que apesar de mencionar que deve haver uma gestão democrática das cidades, não prevê expressamente quais políticas urbanísticas devem ser submetidas a esta gestão democrática.

As diretrizes elencadas no Estatuto da Cidade, como por exemplo, “a gestão democrática da cidade, a implementação do direito a cidades sustentáveis, a promoção da regularização urbanização e regularização fundiária” (Congresso, 2001, p. 31) entre outros, apesar de já estarem positivadas enquanto direitos urbanísticos e instrumentalizados para que os cidadãos possam arquitetar novos formatos de contextos urbanos, nota-se que a conjuntura das experiências dos sujeitos LGBTQIA+ atrelada às formas burocratizantes de instrumentação da política urbana, distanciam o acesso de uma experiência sustentável, sadia, participativa e transformadora por esta via.

Participação social é um dos caminhos para o exercício da cidadania, sendo de suma importância a intervenção no território conduzida pelos próprios cidadãos, como aponta Joice Berth (2023, p. 261).

Recapitulando um pouco da história destas políticas anteriormente

derecho a habitar el espacio.”

mencionadas, cabe lembrar que elas foram requeridas em um momento de redemocratização do país, durante a Assembleia Nacional Constituinte em 1987, que apontava a necessidade em reconhecer os direitos urbanos, incluindo artigos na Constituição Federal promulgada em 1988 que possibilitaram a abertura para a instituição do Estatuto da Cidade. Apesar do projeto de lei que previa a instituição da lei federal do Estatuto da Cidade ter sido proposto em 1988, o projeto só foi aprovado em 2001 (Congresso, 2001, p. 32).

Neste sentido, os municípios passaram a ter que aplicar os instrumentos da Lei n.º 10.247/2001 (Brasil, 2023b) na tentativa de garantir a função social da cidade, bem como das propriedades. Dentre os princípios fundamentais do Estatuto da Cidade temos o direito ao lazer em conjunto com outros, tal como à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho para as presentes e futuras gerações.

O urbanismo predatório tem sido um desafio aos preceitos e as diretrizes propostas pelo Estatuto da Cidade, em que a maior parte da população ocupa as cidades, aproximando em passos lentos os cidadãos que vivem no perímetro urbano de uma gestão mais democrática através dos instrumentos que foram criados com o intuito de regular o desenvolvimento intensificado destas áreas.

A análise do Instituto Pólis interpreta o direito à cidade

[...] como fonte de origem os princípios constitucionais das funções sociais da cidade e da propriedade, norteadores da política urbana. Pertencente à categoria dos direitos difusos, como o direito ao meio-ambiente, o direito a cidades sustentáveis preconiza a meta fundamental da República Brasileira para o desenvolvimento urbano: tornar as cidades brasileiras mais justas, humanas, democráticas e sustentáveis” (Congresso, 2001, p. 32).

De tal forma, o direito à cidade passa a ter natureza de direito fundamental, atualmente positivado e intimamente relacionado à política urbana, sendo fundamental que as pessoas sejam priorizadas no tratamento e desenvolvimento destas políticas para alcançar as finalidades de sua propositura (Congresso, 2001, p. 32).

Por meio de novas perspectivas de investigação analítica e epistemológica que busca compreender as raízes das exclusões, das fragmentações que compõe as assimetrias sociais brasileiras, o direito à cidade passa a contrapor esta sistemática da dominação de corpos historicamente indesejados, conforme Berth nos ilumina (2023,

p. 25).

O apagamento, quase total, das influências históricas de referências indígenas, negras, de mulheres e pessoas LGBTQIA+ tanto demonstra a instauração de um poder hegemônico, heterossexual, falocêntrico, racista, quanto possibilita a redefinição de uma nova ordem urbana, que pode reparar no presente “os abismos deixados pelos processos históricos” (Berth, 2023, p. 27-28).

Por outro lado, esbarra-se em inúmeros desafios, sendo possível enumerar alguns deles, tal como a implementação prática dos instrumentos positivados pelo Estatuto da Cidade, a exemplo da gestão democrática das cidades, que parte da premissa de uma sociedade civil já organizada para enfrentar a condução da política urbana por meio da sua participação ativa. Este empenho social perpassa também atravessamentos neoliberais que adentram tanto a política urbana em si, com participação influenciada com interesses de empresas que se revestem de sociedade civil, quanto aos próprios sujeitos em suas vidas pessoais, em suas demandas de trabalho, com as dificuldades de mobilidade (já que o transporte público além de precarizado tem custo elevado).

Um dos desafios que podemos apontar é que a política urbana, apesar de introjetar direitos formalmente postos, materialmente não se realiza, sendo que é através da desestabilização de conceitos, por exemplo, da “neutralidade do espaço da cidade” (Berth, 2023, p. 35) que aproximamos a política urbana dos sujeitos que vivem nas cidades. É preciso pensar a gentrificação que é caracterizada também pelo “embranquecimento de bairros negros e de toda uma simbologia que se estabelece em conjunto com essa prática urbana que consolida a mensagem oculta: “esse lugar não é para você” (Berth, 2023, p. 51), apesar desta autora apontar a gentrificação em sua característica racista, é válido suscitar que pessoas LGBTQIA+ também são racializadas, portanto, também são afetadas pela gentrificação.

Propagar as ferramentas, os instrumentos, as diretrizes, os objetivos do Estatuto da Cidade, é uma forma de democratizar o acesso à cidade e aos cidadãos comuns que vivem no contexto urbano, já que o conhecimento liberta. Entretanto, é insuficiente em si para gerar acessibilidade e promoção da participação desses atores sociais, já que a própria estrutura das cidades corrobora com a inacessibilidade aos espaços de poder e tomada de decisão, como no caso da participação dos planos diretos das cidades, um dos instrumentos do Estatuto da Cidade ainda experimentado

por uma parcela seleta de atores.

Além disso, expandir nossos horizontes para uma projeção crítica acerca de como estas estruturas, ferramentas e instrumentos têm sido constituídas para edificar as cidades como elas são é válido, pois, conforme argumenta Harvey (1980, p. 267), as cidades modernas são o espaço criado a partir de um propósito ideológico, por isso, representam “a ideologia prevalescente dos grupos e instituições dominantes da sociedade” (Harvey, 1980, p. 267).

4.4 MOMENTOS PARTICIPATIVOS DA CIDADE

As teias da sociabilidade LGBTQIA+ urbana são permeadas por reivindicações pela confirmação de cidadanias, que cooperam com a retomada do palco urbano: as ruas e os espaços de construção de participação social.

A relação da participação social de atores LGBTQIA+ na cidade de São José dos Campos foi constituída não só pelas questões referentes ao contexto do HIV/AIDS (que contribuiu para a institucionalização do movimento social em uma mobilização nacional e local, conforme abordado na segunda seção da pesquisa), mas, também, pela participação de pessoas transsexuais e travestis durante o carnaval da cidade, como aponta Rossi (2009, p. 17). Neste sentido, os festejos do carnaval contribuíram com a aproximação das questões de gênero e sexualidade, tanto no contexto nacional como no contexto joseense (Rossi, 2009, p. 17).

Os espaços de participação mobilizados por sujeitos LGBTQIA+ na cidade de São José dos Campos, são espaços criados, na maioria das vezes, apesar de haver a previsão constitucional dos conselhos, para “a ampliação da soberania popular” (Braga; Pessali, 2018, p. 523).

Um exemplo de espaço de participação criado pela comunidade LGBTQIA+ são as “paradas LGBTs” da cidade. Em São José dos Campos, a Marcha do Orgulho LGBTI+ aconteceu, pela primeira vez com este título, no dia 03 de dezembro de 2023, organizada pela Associação da Sociedade Civil Transbordamos em parceria com outras organizações da cidade, tal como Associação Sanja Mais, Coletivo Sapia, Coletivo Nandi, Mães pela Diversidade, Bloco Capivara Neon e o Sindicato dos Metalúrgicos, além do apoio de pessoas que compõem a sigla LGBTQIA+ e pessoas aliadas. Outras marchas e mobilizações que articularam estes atores à conjuntura

joseense para reivindicações por seus direitos, especialmente ao direito a viver uma vida sem medo e coerções perpassadas pela violência, foram construídas na cidade, como por exemplo, a Marcha Contra a Homofobia no ano de 2013.

As Marchas Contra Homofobia foram articuladas pelos atores locais, em diálogo com mobilizações nacionais do movimento, em um período de empenho do Poder Legislativo em produzir uma lei de proibição expressa de casamentos e uniões homoafetivas.

O processo de institucionalização e diálogo com partidos políticos possibilitou que o movimento LGBTQIA+ da cidade pudesse estreitar vínculos, ampliando o espaço de participação social destes atores para tensionar espaços de poder.

A criação de grupos militantes, com ênfase na perspectiva de gênero e sexualidade na cidade de São José dos Campos, contribuiu com o levantamento de pautas enfrentadas pelos segmentos LGBTQIA+ em outras frentes sociais, tais como os Conselhos Municipais, as Conferências Estaduais e Municipais LGBTQIA+, a formação do Fórum LGBTQIA + da cidade, a criação da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/SJC em 2019 e a criação da Sala da Diversidade em 2022.

Além do processo de institucionalização destas agendas, outros eventos políticos mobilizados por grupos e associações preocupadas com a temática da diversidade de gênero e sexual foram criadas, como é o caso da Feira da Diversidade promovida pela Associação Sanja Mais e pela Associação Transbordamos, e a criação do Centro Joseense da Diversidade Kika Medida.

Estes espaços de participação, criados para formulação de políticas públicas e inserção das agendas LGBTQIA+ em São José dos Campos, promovem a criação de redes de apoio e sociabilidade além das que são estabelecidas em espaços de lazer de ordem puramente privada, mas não só, os espaços de participação fomentam uma construção política afetiva entre esses sujeitos, conforme notamos no depoimento de E1 abaixo.

Eu acho que pra desenvolver uma rede de apoio, desenvolver, trabalhar vínculos sociais, eu acho que como eu sou uma pessoa que fica muito enfiada no mato é, às vezes me falta um pouco esse, esse sentimento de coletividade, de comunidade, é, desses afetos que eles não são afetos tão profundos, mas amizades mesmo, vínculos, alguma formação de vínculo afetivo né? Então acho que sobretudo por isso, sobretudo pra socialização...(E1).

De outro lado, duas pessoas participantes desta pesquisa, especialmente E1 e E5, compreendem que fazem parte de um movimento social LGBTQIA+ da cidade, por compor a Associação Sanja Mais, organização da sociedade civil que atua de forma ativa na mobilização e apoio da população LGBTQIA+ da cidade.

Na medida em que as articulações sociais por ampliação dos momentos de participação em espaços de tomada de decisão se ampliam, há um alinhamento das pautas e um espraiamento das agendas em setores que também dialogam com suas demandas, como é o caso da participação na Conferência Municipal da Assistência Social e na Conferência Municipal da Cidade que, apesar de não debaterem especificamente pautas sobre gênero e sexualidade, têm sido preenchidas com a presença de sujeitos LGBTQIA+ que acrescentam suas demandas.

Além destas estratégias utilizadas para produção de momentos participativos na cidade, é possível notar mobilizações que buscam o apoio e financiamento através de editais públicos destinados a construções de projetos culturais que dialogam com a criação de espaços de lazer eventuais e temporários, para abordar temáticas de gênero e sexualidade pelo viés artístico, como por exemplo, o projeto “Sarau Brasis” em 2021 que abordou vivências transgênero com uma linguagem poética e foi financiado pelo Fundo Municipal de Cultura, a “Mostra Conexão Queer” que propôs intervenções artísticas audiovisuais com foco em existências LGBTQIA+ em 2022 viabilizada pelo fomento do PROAC (recurso público estadual paulista destinado à cultura), a “Quintessência” projeto musical com protagonistas LGBTQIA+ produzido em 2023 com financiamento do Fundo Municipal de Cultura, a “Amostrans” que articulou uma exposição fotográfica com protagonismo de pessoas trans da cidade, sendo viabilizada através do recurso público do Fundo Municipal, entre outros.

Estas estratégias que utilizam ferramentas já existentes, como por exemplo, os editais de fomento público da cultura, possibilitam a ocupação de outros espaços institucionais de forma criativa, articulando uma participação social enviesada pelo produção de espaços que assimilem a presença de pessoas LGBTQIA+, ao mesmo tempo que fomentam o lazer destes atores na dimensão pública da espacialidade urbana, como por exemplo, através do uso da Secretaria de Apoio Social ao Cidadão (SASC) enquanto um espaço de exposição fotográfica que estampou a beleza, a identidade e subjetividade trans durante a exposição “Amostrans” no final do ano de 2023.

Válido apontar que as políticas públicas que promovem a distribuição de fomento através de editais destinados à cultura e projetos artísticos tem sido cada vez mais vilipendiadas, com restrição de verba e alargamento das disputas na concorrência com os editais, deste modo, apesar de apresentarmos tais estratégias, consideramos relevante apontar que enquanto política pública, ainda são insuficientes para a transformação necessária de acesso a propagação cultural e de lazer nas cidades.

Desta forma, segundo Joffre Dumazedier (2008, p. 168-169) é preciso pensar os espaços de lazer no contexto urbano por meio de uma “visão em conjunto” que seja enviesada em uma “política de crescimento harmonizado”, mas que também seja integrada enquanto espaço cultural conjunta à área urbana. Em suas palavras

O espaço de lazer, tanto quanto espaço cultural, é um espaço social onde se entabulam relações específicas entre seres, grupos, meios e classes. Este espaço é determinado pelas características da população que o utiliza, pelo modo de vida dos diferentes meios sociais que o frequentam. Deverá ao mesmo tempo respeitar, desenvolver as diversidades culturais destes indivíduos para escapar à uniformização, à padronização, ao tédio social (Dumazedier, 2008, p. 169).

Por isso é tão significativo pensarmos os espaços de lazer, especialmente quando se trata de sujeitos historicamente oprimidos, já que estes espaços serão “cada vez mais necessário para o equilíbrio humano de cidades cada vez maiores” conforme apontou Joffre Dumazedier (2008, p. 171). O lazer condensa a possibilidade de ruptura com a “cultura repressiva” e elo com o “máximo de satisfação individual e coletiva” (Dumazedier, 2008, p. 173).

Desta forma, como defendido por Haesbaert (2011)

[...] utopias à parte, não custa, entretanto, batalhar por um mundo em que, como já afirmamos, se assuma um projeto profundamente renovador, que nunca se pretenda acabado, que respeite a diversidade [as identidades] e assimile, ao lado da igualdade e do “bom senso”, a convivência com o conflito [que só é possível frente à diferença com o Outro, à alteridade] e a consequente busca permanente de novas alternativas para uma sociedade menos opressiva e condicionadora (Haesbaert, 2011, p. 158).

As evidências, os depoimentos e as inflexões que apresentamos e propomos

ao longo desta pesquisa, puderam suscitar algumas outras questões das que tínhamos inicialmente, como por exemplo, como construir um urbanismo humano através de novas estratégias? A quem interessa o desinteresse pelo lazer? Como será possível construir novos contextos urbanos a partir da festa escapando das garras neoliberais?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente partimos em busca das relações entre gênero, sexualidade e lazer no espaço urbano da cidade de São José dos Campos, tendo como objetivo geral analisar como os espaços de lazer utilizados pela população LGBTQIA+ de São José dos Campos tensionam o direito à cidade. Para isso, especificamente, buscamos relacionar e analisar as perspectivas LGBTQIA+ a respeito de suas experiências com o lazer na cidade analisada, promover um avanço aos debates teóricos no campo de estudos do planejamento urbano, acrescentando as dimensões de gênero e sexualidade através do viés do lazer e apontar quais são as estratégias de ocupação da cidade, assim como os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ no acesso à cidade.

Na primeira seção levantamos uma proposta de agenda que perpassou o lazer, já o relacionando conceitual e empiricamente com os dados coletados durante as entrevistas, lançando a cartografia dos espaços de lazer utilizados pela população LGBTQIA+ na região central de São José dos Campos entre os anos de 1988 e 2023. Desta forma, relacionamos e analisamos suas perspectivas espacializadas, ponderando a realidade socioeconômica dos depoentes e dos espaços de lazer analisados.

Na segunda seção, nos dedicamos a promover uma discussão com ênfase nas categorias de gênero e sexualidade, demonstrando como estes conceitos se inserem no contexto urbano e na realidade brasileira, aprofundando o episódio que ensejou o interesse pelo nosso tema de pesquisa, relacionando gênero, sexualidade e lazer no contexto citadino brasileiro, o Ferro's Bar.

A terceira e última seção buscou apresentar inicialmente a perspectiva entre direito e justiça, para após realizar o debate sobre o direito à cidade, acrescentando a dimensão de justiça espacial, contribuindo para o alcance do nosso objetivo geral sobre como os espaços de lazer frequentados por sujeitos LGBTQIA+ tensionam o conceito de direito à cidade, e, um dos nossos objetivos específicos, revelando os desafios para acesso destes atores à cidade. Além disso, apresentamos alguns instrumentos do Estatuto da Cidade, questionando sua efetividade na construção participativa de espaços urbanos, bem como os momentos de participação que têm sido criados por pessoas LGBTQIA+ na cidade analisada.

Com esta pesquisa buscamos apresentar e ampliar o debate em torno do direito à cidade e do lazer, fomentando ao debate científico do campo do planejamento urbano dados empíricos que revelam realidades contemporâneas que perpassam gênero e sexualidade no contexto urbano.

Estimamos ter contribuído para um programa urbano que fomente boas práticas de inclusão da diversidade na região do Vale do Paraíba, bem como provocar a produção científica a respeito da inclusão da diversidade sexual e de gênero por meio de ideias que vislumbrem uma perspectiva além do marcador da violência que atravessa estes sujeitos.

Apesar da tentativa em escapar da dimensão da violência, a partir das inflexões propostas no viés do lazer, os depoentes LGBTQIA+ que participaram desta pesquisa demonstraram o quanto ainda são marcados pelo sentimento de medo e pela experiência da violação de direitos, mesmo quando buscam o lazer.

De outro lado, estas inflexões indicam a potencialidade que reverte o lazer ao pensarmos espaços de afirmação identitária, de sociabilidade e construção política. Contudo, as façanhas neoliberais se apresentam como um risco de cooptação desses espaços de potência, criando o dialético tensionamento ao direito à cidade que reivindica prioritariamente espaços públicos, além da ruptura com o neoliberalismo.

Sujeitos LGBTQIA+, como visto na segunda seção, desempenham por anos a fio no Brasil um árduo processo de mobilização pela confirmação de suas cidadanias, de seus direitos, tendo conquistado o acesso de suas demandas em espaços de poder inimagináveis inicialmente, institucionalizados, como o poder judiciário ou até mesmo o debate público. No entanto, nos questionamos sobre os alicerces que ordenam e gerem o urbano, seus interesses que ora favorecem a amplificação dos debates de gênero e sexualidade, ora o camuflam ou disseminam.

Descortinamos, ainda que de forma sutil, a problemática levantada por David Harvey (1980) ao debater sobre os problemas conceituais do campo do planejamento urbano, que implicam na necessária nomeação e inserção de categorias já existentes para pensarmos não apenas os problemas do urbano e das cidades, mas como superá-los.

Lançamos uma cartografia da região central que perpassa trinta e cinco anos de rastros na memória social de atores que interagiram ou interagem de forma física e simbólica nestes espaços de lazer, tocando na problemática da (in)justiça espacial

(Soja, 2014) que reforça a manutenção da cidade-armário (Carvalho; Macedo Júnior, 2017), por outro lado, as territorialidades formadas através dos espaços de lazer apropriados por sujeitos LGBTQIA+ na cidade constroem teias de sociabilidade e resistência, produzindo rupturas simbólicas cidadinas que são temporárias e nem sempre formam paisagens visíveis.

Constatamos que a experiência do lazer LGBTQIA+ no centro de São José dos Campos ainda é frequentemente condicionada a bares e boates, apesar de alguns relatos que demonstram experiências de lazer em outros espaços privados da cidade, como por exemplo, os *shopping centers*, galerias de arte e, ainda, algumas experiências que confirmam a apropriação coletiva pontual de espaços públicos para a experiências de “semi-lazer” (Dumazedier, 2008), para troca de experiências pessoais atinentes aos temas de sexualidade e identidade de gênero em parques públicos, além de espaços institucionais da região central de São José dos Campos.

A presença do sentimento de medo e insegurança aparece com frequência nas narrativas destes sujeitos quanto às suas experiências urbanas, fruto do tensionamento, das disputas de narrativa e de força política que são empregadas em sujeitos historicamente oprimidos. Em contraste, o lazer se apresenta como uma possibilidade de resistência e fortalecimento identitário, pois carrega uma dimensão política e social para estes sujeitos.

Os dados produzidos em campo e os depoimentos colhidos durante a pesquisa confirmam parcialmente nossa hipótese de que os espaços de lazer que pessoas LGBTQIA+ frequentam no centro joseense elaboram novas possibilidades de existência nas cidades para estes sujeitos. As possibilidades de existência são criativamente formuladas por estes atores sociais, não sendo necessariamente os espaços de lazer que fomentam essas teias, e sim, os próprios sujeitos. Entretanto, as entrevistas demonstraram que nestes espaços de lazer são estabelecidas conexões de sociabilidade, sendo que a criação de novas territorialidades LGBTQIA+ de forma coletivizada estremecem a ocupação do território cisheterocentrado com a presença de corpos trans, homossexuais, bissexuais...

Consideramos os limites desta pesquisa, ao que tange a quantidade de depoentes entrevistados ser um número pequeno em vista da disponibilidade de tempo e recursos financeiros. Ainda que não fosse nosso intuito inicial uma pesquisa quantitativa, entendemos que ampliar as perspectivas poderia ocasionar em

descobertas interessantes para o deslinde da nossa discussão. Ademais, aprofundar nos momentos participativos da população LGBTQIA+ em São José dos Campos poderia agregar aos nossos debates teóricos.

Para pesquisas futuras que se interessem por estas categorias aqui apresentadas, acreditamos que seja válido o empenho em rastrear as implicações da estrutura urbana na construção subjetiva dos sujeitos e as manobras empregadas no urbanismo que alienam e docilizam corpos historicamente oprimidos de suas condições espacializadas.

Concluimos com dúvidas ainda latentes sobre nossas inflexões, sobre nossas condições narcísicas enquanto pesquisadores, para suportar a continuidade do olhar crítico urbano que (ainda) não se pode transformar radicalmente.

Assim, encerramos o ciclo desta pesquisa, apesar da continuidade de todos os legados que foram articulados, criticados e desestabilizados, mobilizações coletivas dialéticas continuarão sendo pavimentadas nos percursos citadinos, assim como nos espaços acadêmicos, vislumbramos que apesar de toda luta, apesar de toda dor, seja possível sentir a alegria que pulsam às festas e pairam os momentos de lazer.

Restauremos nossos sentidos para ressignificar a vida urbana!

REFERÊNCIAS

AGÊ, Junior. **São José dos Campos e sua história**. São José dos Campos: Prefeitura Municipal, 1978.

AGUIÃO, Silvia; VIANNA, Adriana; GUTTERRES, Anelise. Limites, espaços e estratégias de participação do movimento LGBT nas políticas governamentais. In: COLEGIO BRASILEIRO DE ALTOS ESTUDOS. **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014. Disponível em: <https://arquivo.ufrj.br/index.php/limites-espacos-e-estrategias-de-participacao-do-movimento-lgbt-nas-politicas-governamentais>. Acesso em: 10 maio 2023.

AMARAL, Luisa. **Por uma ética queer**. São Paulo: n-1 edições, 2023.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BRAGA, Andréa Luiza Currelino; PRESSALI, Huáscar Fialho. Política urbana e participação: presença e voz no conselho da cidade de Curitiba. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S./], v. 20, n. 3, p. 522-537, set-dez. 2018. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5667>. Acesso em 12 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 jan. 2023a.

BRASIL. **Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 30 jan. 2023b.

BRASIL. **Lei n.º 4.121, de 27 de agosto de 1962**. Estatuto da Mulher Casada. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm. Acesso em: 03 ago. 2024a.

BRASIL. **Lei n.º 7.716, de 05 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 03 ago. 2024b.

BENJAMIN, W. Crítica da Violência – Crítica do Poder. Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie. **Escritos Escolhidos**. (Seleção e apresentação Willi Bolle; Tradução Celeste H.M. Ribeiro de Sousa ... *et al.*). São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p.160-175.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Tradução: Aléxia Bretas, Ana Luísa Guessen, Beatriz Zampieri, Gabriel Lisboa Ponciano, Luís Felipe Teixeira, Nathan Teixeira, Petra Bastone e Victor Galdino. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CARTA Mundial do Direito à Cidade. **Fórum Social das Américas** Quito Julho 2004; Fórum Mundial Urbano Barcelona Setembro 2004. V Fórum Social Mundial. Porto Alegre. Janeiro 2005. Disponível em: <https://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/08/Carta-Mundial-pelo-Direito-%C3%A0-Cidade.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

CARVALHO, Claudio Oliveira; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. ‘Isto é um lugar de respeito!’: a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 09, n. 1, p. 103-116, jan. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/26356/19535>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CARVALHO, Flora Villas. Por cidades queer, por cartografias sapatonas. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 17, n. 2, p. 220-248, jul–dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/41532/38668>. Acesso em: 12 dez. 2024.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONGRESSO, Brasil. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação para os municípios e cidadãos. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2021.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. Tradução: Silvia Mazza e J. Guinsburg. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

EMPLASA. **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. 2024. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/37544990/regiao-metropolitana-do-vale-do-paraiba-e-litoral-norte-emplasa>. Acesso em 20 de nov. 2024.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas: Estudos**

gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 3, n. 04, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>. Acesso em: 16 dez. 2024.

FRANÇA, Isadora L. Identidades Coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e o movimento GLBT em São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 289-311, jul./dez. 2007.

FREITAS, Angélica. **Rilke Shake**. São Paulo: Sete letras, 2007.

GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista). Lésbicas e sexualidade: aids, constituinte, poesia, troca de cartas. **ChanacomChana**, São Paulo, n. 9, dez. 1985/ fev. 1986.

GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2015.

GOMES, Christianne Luce. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HABITABILITY. **Cidade do interior paulista é a primeira smart city do Brasil**. 2022. Disponível em: <https://habitability.com.br/sao-jose-dos-campos-e-a-primeira-smart-city-do-brasil/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Tradução: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes** - do direito à cidade a revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497/13692>. Acesso em: 02 ago. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama>. Acesso em 07 dez. 2024.

LACERDA, Norma. O campo do Planejamento Urbano e Regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais**, n. 15, 77, maio/2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n1p77>. Acesso em: 10 ago. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5.ª ed. Tradução de Rubens Eduardo

Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MELO, Vitor Andrade de. **Lazer e minorias sociais**. São Paulo: Ibrasa, 2003.

OGÊDA, Adrienne Guedes; RIBEIRO, Tiago. **Pesquisa, alteridade e experiência**: metodologias minúsculas. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019, p. 73-92.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PAULA, Maria Tereza Dejuste de; ROQUE, Zuleika Stefânia Sabino (Orgs.); PAPALI, Maria Aparecida; ZANETTI, Valéria (Coords. da série). **Escola e educação em São José dos Campos**: espaço e cultura escolar. São José dos Campos: Univap, 2012.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A Cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, 2013. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-65782013000100004&script=sci_abstract. Acesso em 03 jan. 2025.

PERIUS, Oneide. Por uma teoria crítica do Direito: um estudo a partir de Walter Benjamin. **Intuitio**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 05–16, 2018. DOI: 10.15448/1983-4012.2018.2.32731. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/intuitio/article/view/32731>. Acesso em: 20 set. 2024.

PORTELLI, Alessandro. **Conferencia lo que aprendimos**: consideraciones sobre la entrevista de história oral. Ecuador: Flacso, 2018. 1 vídeo (1:10:20 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tHkGki3DR1Y&t=585s>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n.14, p. 25-39, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

QUEBRADA, Linn da. **Enviadescer por Linn da Quebrada**. Produção: BadSista. São Paulo: Estúdio YB Music, 2017. 1 vídeo (4:06 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MFmZj4SyrrY>. Acesso em: 08 mar. 2024.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

QUINALHA, Renan; RAMOS, Emerson; FRANCO BAHIA, Alexandre Melo (Orgs). **Direitos LGBTI+ no Brasil**: novos rumos da proteção jurídica. Edições Sesc: São Paulo, 2024.

ROSSI, Luiz Felipe Dolcemascallo. **Abrindo o armário**: traços da homossexualidade em São José dos Campos (1980-2000). Trabalho de conclusão (Graduação em História) - Universidade do Vale do Paraíba, Faculdade de Educação e Artes, 2009.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: **O Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997. Disponível em: https://www.academia.edu/7857679/As_cidadanias_mutiladas_Milton_Santos1996_1997SIT_E1. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs). **Geografias feministas e das sexualidades**: encontros e diferenças. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Direito constitucional brasileiro**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOJA, W. Edward. **En busca de la justicia espacial**. Tradução de Carmen Azcárraga. Valencia: Tirant Humanidades, 2014.

BENJAMIN, Walter. Crítica da Violência: Crítica do Poder. In: BENJAMIN, Walter. **Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie. Escritos Escolhidos**. Seleção e apresentação Willi Bolle; Tradução Celeste H.M. Ribeiro de Sousa. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p.160-175.

WILDE, Oscar. **De profundis e outros escritos do cárcere**. Tradução:

Júlia Tettamanzy e Maria Ângela Saldanha Vieira de Aguiar. Porto Alegre: L&PM, 2018.

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual**. Tradução: Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no direito. São Paulo: Alfa Ômega, 2001.

WOLKMER, Antônio Carlos. **O Direito desde América Latina**: teoria crítica e pluralismo jurídico. Brasil: TV PPGD Unicap, 2020. 1 vídeo (2:11:46 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EiDyfXAbBKc>. Acesso em: 10 de nov. 2024.

ZANETTI, Valéria. **Cidade e identidade**: São José dos Campos, do peito e dos ares. 2008. 255 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, 2008.

APÊNDICE A :
FOLDER CONVITE DISPONIBILIZADO PARA PARTICIPANTES DA SANJA MAIS

**Queremos saber
o que você
pensa sobre
atividades de
lazer para a
população
LGBTQIA+ na
cidade de São
José dos
Campos, SP**

*PESQUISA APROVADA PELO
COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVAP SOB
O Nº 75320223.0.0000.5503*

ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE:

 **12 99156-3619**

E-MAIL : ADHAARANHA@GMAIL.COM

 **@ADVOGADHA_**



**RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA: ADHA NIRVANA CABRAL ARANHA
LUIZ CARLOS ANDRADE DE AQUINO
MARIA APARECIDA CHAVES RIBEIRO PAPALI**

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO

1. Região em que mora na cidade: () Norte () Sul () Oeste () Leste () Central
2. Idade: _____
3. Naturalidade: _____
4. Você está: () Solteiro/a () Casado/a () Em união estável () Em um relacionamento
5. Qual ou quais letras da sigla LGBTQIA+(outras) você se identifica:

6. Como você se auto identifica étnico/racialmente?

7. Escolaridade: _____
8. Atualmente você estuda? () Não () Sim / Se sim, qual curso?

9. Profissão: _____
10. Exerce alguma atividade remunerada atualmente? () Não () Sim
Se sim, qual? _____
11. Renda pessoal: _____
12. Atualmente você mora: () Sozinho () Com familiares/conhecidos – Quantos?

13. Renda familiar: _____
14. Possui vínculo com algum Movimento Social? () Não () Sim
Se sim, qual ou quais?

15. Qual o meio que você mais utiliza para se locomover pela cidade?

16. Você já foi vítima de algum tipo de violência em algum espaço público desta cidade?
() Não () Sim
Se respondeu sim, que tipo(s) de violência sofreu? () física () psicológica ou ()
outra : _____

Se respondeu sim para pergunta anterior, em que(ais) espaço(s) sofreu esta(s) violência(s)? () Rua () Praça () Parque () Transporte coletivo ()
outro: _____

**APÊNDICE C:
PERGUNTAS DISPARADORAS APLICADAS DURANTE A SEGUNDA PARTE
DAS ENTREVISTAS**

1. Qual foi o primeiro espaço de lazer em São José dos Campos que você se sentiu à vontade para viver sua sexualidade e/ou identidade de gênero genuinamente?
2. Esse espaço é público ou privado?
3. Ainda existe esse espaço?
4. Você considera/considerava esse espaço seguro?
5. Você considera que nesse espaço você aprendeu sobre a cultura LGBTQIA+?

APÊNDICE D
TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1 – 29 de fevereiro de 2024

Entrevistadora: Adha

E1: pessoa entrevistada

Entrevistadora: Então... é... as primeiras perguntas que eu vou fazer pra você é a respeito do questionário, né, conforme eu já tinha falado, é... a primeira pergunta é em qual região da cidade você mora? se na zona norte, sul, oeste, leste ou central?

E1: ai, Parque Industrial é a zona...(dúvida)

Entrevistadora: vou anotar

E1: aí depois

Entrevistadora: é, eu vou anotar o nome do bairro depois eu confirmo, tá?

E1: parque industrial... porque tem aquela questão que eu te falei né, de tá com um pé lá e um pé aqui, então fico alguns dias na roça.

Entrevistadora: sim, é.. depois eu vejo o parque industrial em qual zona exatamente fica. E, e você é daqui de São José mesmo ou você nasceu em outra cidade?

E1: nasci em caçapava

Entrevistadora: Você é uma pessoa solteira, casada, em união estável ou esta em um relacionamento afetivo, amoroso?

E1: eu tô num relacionamento fechado, há um ano e meio... porque agora não sei te dizer se é monogâmico ou não monogâmico (risos)

Entrevistadora: Com qual ou quais letras da sigla você se identifica atualmente?

E1: eu sou não binária... eu sou trans não binária porque fica dentro do guarda-chuva trans, mas, eu, na verdade pode colocar só não binária porque acho que é uma discussão tão recente ainda.

Entrevistadora: tá, prefere só não binária mesmo, né?

E1: é

Entrevistadora: tá bom.... é, como você se identifica étnico racialmente atualmente?

E1: branca, pessoa branca

Entrevistadora: é, qual que é o, a sua escolaridade?

E1: Tenho mestrado completo e doutorado cursando.

Entrevistadora: Qual que é o curso?

E1: é psicologia social

Entrevistadora: tá... a sua profissão?

E1: pesquisadora

Entrevistadora: você exerce atualmente alguma atividade remunerada? sim ou não?

E1: sim, eu sou bolsista capes

Entrevistadora: sua renda pessoal gira em torno de qual valor? Não precisa falar exatamente...

E1: ah mas é bolsa capes, eu acho que dá um pouco mais de dois salários né, porque o salário tá mil e quatrocentos, não tá?

Entrevistadora: tá!

E1: a bolsa doutorado é três e cem, então, dá... entre dois a três salários mínimos.

Entrevistadora: Atualmente você mora sozinho, com familiares barra conhecidos e quantas pessoas? se for com mais pessoas...quantas?

E1: eu... moro com mais uma pessoa

Entrevistadora: tá... mais uma pessoa, você e mais uma né?

E1: é... que eu tô colocando da minha casa aí de São José que na verdade é a casa do meu parceiro.

Entrevistadora: tá... é, aí tem uma pergunta que qual que seria a renda familiar? total assim? sua, juntando com a da outra pessoa? mais ou menos?

E1: você tem algumas faixas?

E1: acho que pode colocar sete salários, entre seis e sete salários...

Entrevistadora: Você possui algum vínculo com movimento social? sim ou não?

E1: sim, eu tô na sanja e tô no fórum (LGBTQIA+), né?!

Entrevistadora: Qual meio que você mais utiliza pra se locomover pela cidade? Seria carro, ônibus, transporte público?

E1: hum, carro

Entrevistadora: tá, então veículo próprio, posso colocar?

E1: é...

Entrevistadora: é, eu coloquei entre parênteses carro, porque daí só pra entender como que funciona a sua mobilidade, né, pela cidade. é...você já foi vítima de alguma violência em algum espaço público dessa cidade? de São José dos Campos?

E1: em São José dos Campos?

Entrevistadora: isso

E1: ai...já

Entrevistadora: é.. você poderia, assim, mencionar qual foi o tipo de violência que você sofreu, se foi física, se foi verbal?

E1: violência verbal

Entrevistadora: teve mais alguma outra ou não? que você se recorde?

E1: eu acho que tem violência, muita violência simbólica dentro do trabalho, sabe?

Entrevistadora: uhum

E1: acho que diria isso, acho que as minhas maiores experiências de violência são violências simbólicas dentro do trabalho, e... discursiva, no sentido de piadas, é... sabe uma coisa, uma violência meio velada? É interessante pensar nisso, sabe? Porque a violência verbal, ao mesmo tempo que é direta, às vezes velada, às vezes direta...

Entrevistadora: superentendo você porque eu também, assim, como uma pessoa lgbt eu também sinto isso em vários lugares, assim, vivenciei isso hoje, assim, eu e minha companheira a gente passou por uma situação como essa. a gente conversa às vezes bastante sobre essa questão da violência velada, né? Uma violência não dita mas que nos constrange de alguma forma também.

E1: é, acho que violência simbólica pode ser uma categoria interessante pra você usar também

Entrevistadora: Em quais espaços? Você me citou o espaço do trabalho, né?

E1: definitivamente, mais forte o espaço do trabalho

E1: é, espaços públicos como shopping, uma vez numa praça...

Entrevistadora: Você lembra o nome da praça?

E1: ai...lembro, aquela perto da, bem no centro, perto da polícia, gente, como que é o nome...

Entrevistadora: Afonso Pena, será?

E1: isso

Entrevistadora: Obrigada pelas suas respostas. Agora a gente vai passar pra umas perguntas que eu chamei de disparadoras, então você fica à vontade pra responder, conforme você entender, se não entender alguma pergunta também pode perguntar tá, pra mim, tô aqui à disposição.

Qual foi o primeiro espaço de lazer em São José dos Campos que você se sentiu à vontade pra vivenciar a sua sexualidade, ou a sua identidade de gênero, genuinamente?

E1: definitivamente casas noturnas.. casas né, bares e boates né, bares, não sei qual termo você vai usar (risos), na minha época era boate

E1: num usa.. acho que não usa mais esse termo, né?

Entrevistadora: ah eu uso, não sei (risos), eu super uso boate, mas eram espaços propriamente lgfts ou não?

E1: lgft, só

Entrevistadora: lgfts, tá

E1: desde os dezoito eu frequento espaços lgfts, exclusivamente, em termos de baladinha

Entrevistadora: sim...é, esses espaços, eram públicos ou privados? pelo que você me citou na pergunta anterior acredito que privados, né? a maioria deles

E1: é, porque cê tem que pagar a entrada, bar, né, boate, privado

Entrevistadora: você lembra o nome de algum, alguma boate que você frequentava?

E1: gente.. eu acho que tinha uma que chamava Divas

Entrevistadora: Divas...

E1: teve uma que chamava Êxtase... teve uma mais recente, que acho que essa não sei se cê não pegou também, que chamava Zaia

Entrevistadora: eu já ouvi falar da Zaia, viu, já ouvi falar, é bem famosa essa

E1: Zaia, Êxtase, Divas.. aí tinha um bar que chamava Purgatório

Entrevistadora: Purgatório?

E1: babado, Purgatório

Entrevistadora: onde que ficava, você lembra?

E1: ai era tudo aí no centro... gente, tinha um que era ótimo chamava Divina Ciência, chique né? era ótimo

Entrevistadora: (risos) que da hora

E1: divina ciência

Entrevistadora: E você sabe, assim, o que aconteceu com eles? Se, tipo, simplesmente fecharam...?

E1: ai... nem ideia viu...

Entrevistadora: Tem mais algum outro lugar, que você lembra assim que você frequentava?

E1: acho que chamava Alternativo, acho que eles ajustaram um pouco o nome, mas é isso Alter, Alternativo...

Entrevistadora: é, Alter Mix, foi uma das primeiras baladas que eu fui também aqui em São José.

E1: É...não, e no Purgatório teve uma época que chegou a ter um restaurante que era mais chiquezinho assim, eu não vou lembrar o nome dele mas era muito legal...

Entrevistadora: era um restaurante lgbt tipo lgbtfriendly assim pelo menos?

E1: era super lgbt, os donos eram acho que não sei se era um casal gay também, mas era um bar lgbt, era bar mais restaurante mesmo, era uma coisa assim mais chiquezinha tal, era bem legal mas eu não lembro o nome...

Entrevistadora: uhum, não, tudo bem, não tem problema...

E1: se eu lembrar depois eu te falo

Entrevistadora: tá, legal, obrigada. dentre esses lugares que você frequentava acho que assim, que ainda existe aqui em São José só o Alter Mix será? Ou algum outro ainda existe?

E1: Só o Alter

Entrevistadora: Você considera ou considerava esses espaços seguros pra você frequentar, ser você?

E1: Sim, sim, acho que a única coisa, a única violência que eu passei nesses lugares foi que uma vez roubaram meu carro em frente de uma boate (riso) mas até aí é uma questão de falta de segurança da cidade, né, mas enfim...

Entrevistadora: sim

E1: é...agora, dentro das boates era absolutamente seguro

Entrevistadora: ahãm. você nunca enfrentou uma experiência de violência lgbtfóbica dentro de um espaço como esse, por exemplo?

E1: até por na época eu ser uma pessoa que me montava então era super seguro dentro das boates, nunca...

Entrevistadora: uhum

E1: Esse trânsito de gênero né, transitar entre gêneros e sexualidades, sempre foi um espaço seguro dentro dessas portas, eu acho que tem talvez até uma coisa de explorar essa coisa do gueto, sobretudo pras pessoas da minha idade né?!

Entrevistadora: E quando você se montava, você por exemplo ia montada já pra esses lugares, pra essas boates e tal ou você se montava lá, por exemplo?

E1: às vezes antes, às vezes lá, variado, dependia de onde eu conseguia

Entrevistadora: tá, entendi, é porque eu já ouvi dizer por exemplo de pessoas que se montavam mas que sentiam medo de transitar pela cidade montada e chegar nesses espaços, sabe, não é uma coisa muito incomum assim de ouvir, então por isso que eu perguntei

E1: ah sim, sim

E1: ah então acho que São José por ser uma cidade maior era um lugar que tinha algum movimento lgbt, algum movimento no sentido de agrupamento né? Na época não sabia, talvez tinha alguma coisa iniciando de movimento social mas eu digo em termos de comunidade ou de espaço pra você viver um pouco de um mundo que seria o de um ambiente seguro pra ser lgbt né? Pra conviver com pessoas de interesses similares, de afinidades... então, é, eu acho que embora ainda fosse muito precário, era uma das poucas possibilidades que tinha aqui na região.

Entrevistadora: sim

E1: então era assim uma luz no fim do túnel naquela época, né, e acho que uma coisa também que foi comum pra mim e pra pessoas em São José dos Campos eu acho que tem um recorte de classe, mas é sempre que possível ir vivenciar isso em São Paulo, então, era meio São José era o mais próximo que a gente tinha, quando dava ia dar uma voltinha em São Paulo também, pra viver uma coisa em termos mais cultural, em termos de arte, de museu, de teatro.. então tinha essa coisa de não ter nada disso em São José, então é aí mais um fator pra realçar esse trabalho que também a sanja e a transbordamos tem feito de proporcionar isso, né, como... como uma promoção no sentido de, fico pensando, isso é defesa de direitos ou defesa cultural, mas uma representatividade e uma ligação com a comunidade também entre as pessoas lgbt e a comunidade aberta, né, a sociedade joseense.

E1: Então acho que São José acaba sendo um pouco de um oásis e sobretudo nesse momento agora com as atividades das organizações, das osc né, e acho que também cê me fez refletir, é, em termos de, um outro espaço que foi utilizado na minha época que era utilizado um pouco pela comunidade LGBT eram os shoppings... e não eram espaços onde absolutamente você tava segura, mas você tava um pouco mais segura e as pessoas, a gente tinha o hábito de se encontrar no shopping antes, comer, faer compras, alguma coisa e depois ir pros clubes... então era um espaço também que pode aparecer em alguns discursos que é um espaço privado, né? Mas que tem uma circulação pública aberta, né?

Entrevistadora: ahã, e você comentou que você sentiu até, foi violentada no shopping, né?

E1: Sim, sim, ainda não era dos piores mas porque a gente se resguardava que, como era um espaço que tinha segurança e a gente tava ali tem uma questão do, da estrutura capitalista que tem pessoas trabalhando tão sendo pagas ali pra promover uma certa segurança mas ainda assim acontecia alguma cena de uma certa violência verbal ali dentro.

Entrevistadora: sim... se você se sentir à vontade pra comentar como foi, mas se não se sentir não tem problema a gente pode falar sobre outras coisas.

E1: eu não lembro nem dos detalhes, sabe, mas era alguma coisa da gente tá, de ser um grupo de amigas que estavam ali passeando e alguém passar e gritar alguma coisa mas como a gente tava ali dentro a gente não baixou muito a cabeça, a gente peitou, mas a gente enfrentou porque a gente tava dentro do shopping.

Entrevistadora: ahã, e isso foi antes ou depois da criminalização da lgbtfobia?

E1: Ah isso foi... décadas né? Se a gente pensar 2011/2012...

Entrevistadora: sim

E1: isso deve ter, isso foi lá pros idos dois mil e um, dois mil

Entrevistadora: sim, que era outra sensação assim, e foi por uma questão de aparência física você acha ou de tá ali se relacionando com outra pessoa?

E1: acho que pela questão estética de como a gente se vestia e de comportamento, né?

Entrevistadora: ahã, entendi

E1: porque tinha, tinham os códigos que eu comecei a usar que era o que era moda mas é aquilo né, o gueto ele tem essa coisa de produção de cultura, acho que você foi muito boa a sua pergunta e não tinha caído a minha ficha mas acho que o gueto tem essa característica de uma produção de uma cultura própria.

Entrevistadora: sim

E1: então tinha aquele código do que era considerado legal ou desejado dentro do gueto, gueto fala dos corpos né, então a gente já ia montada, mas assim uma roupa mais extravagante mais colorido tal, de acordo com o que era visto como tendência naquele grupo mas a gente passava pelo shopping antes (risos) um pouco mais afetado, então acho que tem isso.

Entrevistadora: ah eu sinto muito por você ter passado por isso né, porque acho que é algo que fica muito marcado também no nosso interior assim de certa forma e é terrível ser violentado, né, violentada, violentada, por ser quem a gente é, por adotar códigos que fazem sentido pra nossa identidade também.

E1: Exato, exato, mas acho que assim, por ainda não ser um espaço onde eu não estava só não foi tão traumático, acho que é por isso que eu, não é algo que, esse especificamente não me afetou tanto, porque eu não tava só, mas acho que já tive situações piores por não estar num lugar onde eu me sentia tão com uma certa segurança.

E1: ah sim é, é, mas esse pelo menos foi isso e a outra questão acho que também deve surgir outros relatos da questão do ambiente de trabalho.

Entrevistadora: ahã... você gostaria de falar, tentar pelo menos falar como que foi isso assim de sentir essa violência assim foi antes da contratação, foi depois, não precisa citar nomes de empresa nada disso mas como que foi assim pra você essas violências simbólicas... se você puder expressar... como que foi pra você, que tipo de sutilezas foram essas...

E1: eu acho que o brasil tem uma coisa muito perniciosa, talvez não sei se seja essa a palavra, mas de, do humor, como o humor é usado pra, como que fala, pra enfatizar os preconceitos e as discriminações... então vai se fazer piada com a mulher dirige mal, é.. tô tentando pensar como porque não, eu tava discutindo isso com uma outra pessoa nesse sentido como isso no Brasil é tão forte desse humor pejorativo, pesado, que usa de grupos marginalizados pra humilhação e sente um gozo nessa.. tem, tem se for pensar...

E1: Sempre presente...Então isso cria uma.. até parte do que eu estudo, tem, não sei se você já ouviu falar tem o, uma medida de estresse de minorias, pessoas que tem marcadores sociais de diferença como gênero, sexualidade, minoria sexual, é... pessoas racializadas, né? Pessoas pretas, pardas, indígenas, elas tem um nível normalmente um nível hormonal de estresse delas é mais elevado do que pessoas brancas hétero cis normativas...cisgêneros... e então você fica já num sentimento de tensão, pensando assim que hora vai acontecer de novo e como eu vou reagir dessa vez.

Entrevistadora: ahã

E1: Então, acho que tem isso de uma tensão constante, é o sentimento de tensão constante dentro do ambiente de trabalho.

Entrevistadora: uhum, o medo de em algum momento acontecer uma represália, né,

ou algo que você precise reagir...

E1: Você saber que tem algum momento alguém vai tocar naquele assunto de forma pejorativa....

Entrevistadora: nossa, foi brilhante você tocar nesse assunto assim porque é uma perspectiva acredito que da psicologia né, não tinha essa dimensão assim desse fator de estresse né, como você colocou, é, em termos teóricos, mas em termos práticos, na vida prática é uma coisa que a gente experimenta assim, naturalmente a gente, eu reconheci é, esse termo que você colocou assim, eu fui entendendo ele a partir da minha própria experiência, entende? então foi ótimo você tocar nisso porque é, imagino que, imagino não né, é uma coisa que a gente vivencia e que é pouco falada né, num nunca tinha ouvido falar o termo, é, depois vou até ouvir não sei se você puder lembrar ou se você tiver alguém pra me indicar pra eu fazer uma leitura e tudo mais, pra mim é muito importante, é, ter mais contato porque é uma coisa que faz parte do nosso dia a dia mesmo...

E1: Ah é interessantíssimo e é uma categoria que acho que já tem mais de uns doze, treze anos que foi lançado esse primeiro estudo então já tem mais de dez anos de acúmulo em cima disso e sempre tem muitos estudos corroborando, né, então se você pegar dois grupos muito similares...é, homens brancos de São José dos Campos, aí você pega homens numa faixa, numa mesma faixa etária, heterossexuais, aí você mede o grau de estresse por uma, pode ser, a gente usa cortisol...nível de cortisol que se mede pela saliva e é muito, sempre sempre sempre corroborando o grupo que tem um grau de um marcador de diferença de minoria é sempre um pouco mais, um pouco mais elevado.

Entrevistadora: terrível pensar que, porque é uma, é uma questão social que impacta no social e no pessoal também...em vários fatores porque assim na saúde você falou - ah o nível de cortisol - eu não domino a área da saúde nem um pouco mas eu sei que altos níveis de cortisol fazem bem mal pra saúde.

E1: muito deletério

Entrevistadora: Nessa dimensão também, são pessoas que é, tem a sua saúde muito mais afetada né, porque vivem o estresse.

E1: depois você procura estresse de minoria

Entrevistadora: Tem mais alguma coisa que você acha que seria interessante me falar sob essa perspectiva de ser uma pessoa não-binária é, de quarenta e quatro anos que circula pelos espaços de lazer em São José dos Campos?

E1: eu fiquei, eu fiquei pensando né, que eu sou pessoa que eu não circulo muito porque eu gosto muito de campo, então sempre tô na roça, sempre tô no meio do mato ou na praia, então gosto de tá na natureza...

Entrevistadora: uhum

E1: é, então eu não, nesse sentido mais amplo de usar, de viver a cidade, é, é limitado mas eu tenho procurado mais justamente pra poder vivenciar esses espaços que tão sendo oferecidos pelas organizações sociais, pelas organização da sociedade civil.

Entrevistadora: é, pra justamente assim, não quero induzir uma resposta, mas seria pra essa questão do contato com a cultura lgbt, pra vivenciar mais de perto assim a comunidade lgbt como um todo ou não?

E1: eu acho pra desenvolver uma rede de apoio, desenvolver, trabalhar vínculos sociais, eu acho que como eu sou uma pessoa que fica muito enfiada no mato é, às vezes me falta um pouco esse, esse sentimento de coletividade, de comunidade, é, desses afetos que eles não são afetos tão profundos, mas amizades mesmo, vínculos, alguma formação de vínculo afetivo né? Então acho que sobretudo por isso, sobretudo pra socialização...

Entrevistadora: uhum... e você falando agora, que você é uma pessoa que acaba procurando mais é, a praia, o campo, estar em contato com a natureza, você acha que isso tem alguma relação com as violências experimentadas na cidade por ser uma

pessoa lgbtqnapin+ ou não?

E1: ah eu acho que tem, eu acho que assim, vindo da psicologia, eu tenho defendido, eu tenho defendido uma abordagem que assim, é sempre multifatorial

Entrevistadora: sim

E1: (riso) sempre multifatoriais, os fenômenos humanos são sempre pra mim são sempre multifatoriais, então eu venho de uma família de pessoas da, do campo, eu venho de uma família de camponeses, os meus avós por parte materna sempre tiveram ligados ao campo, os meus pais vivem no campo e...e eu, é...ah o tipo de estudo que eu faço que é uma das perspectivas que tomo que é decolonial, é muito voltada pra essa, esse contato com a natureza e tal. Então, nunca é uma coisa só, provavelmente pode ter um aspecto desse de buscar uma certa segurança no meu, no meu viver e me sentir melhor assim mas tem uma coisa muito da minha história de vida enquanto indivíduo, individual...enquanto formação de uma identidade camponesa, uma identidade do campo, acho que tem isso também.

E1: Mas a sua pergunta é muito pertinente porque eu sou uma pessoa que tem muito medo, eu sou uma pessoa que eu sofro muito com o medo.. tanto que eu, eu acabei morando fora do brasil duas vezes e o meu ímpeto de sair do brasil sempre foi buscar uma sociedade menos violenta onde eu possa viver mais como eu sou... um lugar onde eu tenha mais liberdade pra ser quem eu sou... e aí eu fiz isso aos vinte e quatro e depois fiz isso aos trinta anos... e aí só, aí eu só voltei em dois mil e dezesseis pra cá porque eu vinha eu tava numa coisa mais tranquila, mais campo, mais natureza, mas a questão eu acho que isso é até uma coisa que eu coloco na minha, na minha própria pesquisa, tem um tipo de migração entre pessoas lgbt que é um tipo de migração pra escapar de violência de gênero. pra escapar de violência de dissidências sexual e de gênero... e eu já ouvi isso em relatos de outras pessoas, então pode ser uma categoria que acabe você queira pensar porque se você tá pensando o espaço, a ocupação dos espaços públicos, uma das coisas que é muito forte pra algumas pessoas lgbt que saem do país é isso -ah não, preciso ir pra um lugar que eu consiga respirar um pouco mais tranquilo dentro da minha identidade lgbt...

E1: Vez ou outra eu até faço uso de parques, tem um parque que o pessoal vai pra andar de bicicleta que fica ali no Telespark eu não lembro o nome agora, parque até novo, que é bem bonito...

Entrevistadora: aham

E1: é, eu não me sinto confortável, acho isso uma categoria interessante, não ocupo qualquer espaço na cidade, eu não me sinto seguro em qualquer espaço e eu faço muita questão de se eu vou fazer algo, se eu for consumir algo, de consumir algo de fonte de uma pessoa lgbt, de um restaurante ou bar que seja que o proprietário seja lgbt, tanto pra beneficiar minha comunidade como também pra me sentir um pouquinho mais seguro

Entrevistadora: sim

E1: então acho que isso pode ser uma categoria dentro, ou um início de categoria pra pensar dentro da sua essa, pessoas que só frequentam, eu sou meio, se eu fosse, se eu saísse mais eu só frequentaria espaços lgbs (risos)

E1: Ah por exemplo, por exemplo eu vou quando eu descubro que é uma coisa lgbt, e eu não costumo muito ir, eu não sou de frequentar bar nem restaurantes nem nada, mas há um tempo atrás descobri que o Alter Mix fazia, era um restaurante também, não sei se você sabe, durante o dia e, e aí eu de curiosidade por saber que era também um espaço lgbt que também era restaurante aí eu fui. Então na verdade eu não vou nem procurar primeiro uma forma de lazer...eu fui porque alguém fala -ah não sei que lá tem um lugar que a dona é lgbt, aí eu falo -ah tá então vamos lá ver como que é...

Entrevistadora: já desperta o interesse...

E1: né, eu acho assim primeiro saber que é um espaço lgbt seguro, depois ver qual tipo de, eu ai algo que eu tava hoje na cabeça queria te falar, que não sei nem se vai

ser relevante ou não, mas enfim, eu, eu só assisto, só assisto programas lgbt porque eu quero me reconhecer nos espaços, então acho que isso dá pra fazer uma, um paralelo com o que você tá estudando...é...eu a, eu vou assistir netflix eu vou lá coloco lgbt filmes, tem pouquíssimo, é tão limitado, é tão limitado, eu fico muito frustrado pra não dizer outra palavra, só que não vamos falar outra palavra.. mas, é, é frustrante, é decepcionante, é frustrante, tem pouquíssimo, pouquíssimo lazer em termos de audiovisual pra que contemple pelo menos as existências lgbs

Entrevistadora: é, eu acho que isso importa também...

E1: é um registro, uma discussão...

E1: já viu aquela, cê conhece aquela música do Emicida é, amarelo?

Entrevistadora: siimm, sim

E1: né?

E1: Ah sim, pode até estender isso pro próprio cinema né? Porque assim, eu não vou em cinema porque praticamente não tem filme que me contemple no cinema... é muito raro, eu não acompanho muito, mas imagina pra quem gosta de cinema deve ser rara, as vezes que você vai lá, vai ter um filme que vai contemplar sua existência ...

Entrevistadora: muito bem colocado, tipo assim até de, até tem sei lá nessas plataformas digitais de streams e tal tem pouquíssimo como a gente tá comentando.

E1: sim, é raríssimo ter

Entrevistadora: nossa, mesmo, e é, é legal assim a gente conversando sobre várias perspectivas do lazer, porque é isso, o lazer ele tem múltiplas facetas ele não é só vivenciado dentro de um espaço externo, um espaço público, é, ele também é experimentado dentro de casa quando a gente fala de comunidade lgbt é, por exemplo, a partir dessa perspectiva audiovisual... buscando um filme, uma série ou ou de repente uma ausência disso porque não consegue encontrar...

E1: é, é verdade né? Essa ausência é uma coisa a ser discutida...

Entrevistadora: Você considera que nesses espaços de lazer, você aprendeu sobre a cultura lgbtqiapn+?

E1: olha, eu diria que sim, acho que foi até porque foi a minha introdução para uma noção de uma certa ideia de 'comunidade', de uma certa ideia de coletivo e acho que tem a questão, tem um linguajar próprio, acho que tem protocolos também de desde como você se vestir, ah acho que tem mais um aspecto cultural que são pessoas muito, eu acho em geral a comunidade lgbt tem um interesse, uma aptidão, uma afinidade com o meio artístico.. então meu gosto pra música foi influenciado, meu gosto ah, a minha estética altamente influenciada, eu sou uma pessoa que eu gosto muito da arte drag, então foi uma coisa que, nossa, acho que assim, fui profundamente influenciado por esses espaços.

Entrevistadora: eu agradeço muito a sua disponibilidade em participar, muito obrigada mesmo.

E1: Tinha uma coisa que eu queria comentar com você que eu vi e me deixou muito encantando, que é muito recente e pra mim é muito mais desse último ano, a quantidade de eventos culturais que sobretudo a transbordamos, a sanja também, vem promovendo, mas a transbordamos elas têm feito uma quantidade de eventos culturais e de lazer que eu nunca tinha visto igual...

Entrevistadora: sim...

E1: então assim, se tiver um espaço pra colocar isso na sua pesquisa, eu acho interessante pensar. Perguntar talvez como era antes e como o pessoal vê hoje porque é um outro cenário, eu tô encantada com o trabalho que elas estão fazendo, todo mês tem um evento cultural da transbordamos ou da sanja ou até das duas.

ENTREVISTA 2 – 21 de março de 2024.

Entrevistadora: Adha

E2: pessoa entrevistada

Entrevistadora: Qual a região da cidade que você mora?

E2:O Centro

Entrevistadora: Qual a sua idade?

E2:33

Entrevistadora: Qual a sua naturalidade?

E2: Brasileira, Joseense

Entrevistadora: Você é uma pessoa solteira, casada, em união estável ou em um relacionamento?

E2: Sou casada

Entrevistadora: Com qual ou quais letras da sigla LGBT você se identifica?

E2:Letra L, lésbica

Entrevistadora: Como você se identifica étnico-racialmente?

E2:Branca

Entrevistadora: Qual o seu nível de escolaridade?

E2: Nível superior completo

Entrevistadora: Atualmente você estuda?

E2:Não, não estou estudando.

Entrevistadora: Atualmente qual a sua profissão?

E2:Estou trabalhando com produção cultural

Entrevistadora: Exerce alguma atividade remunerada atualmente?

E2:Sim, meu trabalho. Presto serviço.

Entrevistadora: Qual a sua renda pessoal?

E2:R\$ 2.000,00

Entrevistadora: Atualmente você mora sozinha ou com outras pessoas?

E2:Atualmente eu moro com a minha companheira.

Entrevistadora: Qual a renda familiar de vocês?

E2:Uns R\$4.000,00 mais ou menos.

Entrevistadora: Você possui algum vínculo com algum movimento social?

E2:Não, mas tenho contato com a Sanja Mais

Entrevistadora: Qual meio de transporte você utiliza para se locomover pela cidade?

E2:Está sendo o carro, ultimamente.

Entrevistadora: Você já foi vítima de algum tipo de violência em algum espaço público da cidade?

E2: Sim.

Entrevistadora: Em qual ou quais espaços públicos você sofreu violência?

E2:Já sofri violência no Parque da Cidade, no Parque Santos Drumond, em Bar... que eu não lembro qual foi, mas com certeza bar hétero... e já sofri violência em estacionamento, estacionamento do Habib's... que eu me lembre agora é isso... mas posso está deixando escapar alguma coisa.

Entrevistadora: Qual tipo de violência que você sofreu?

E2:Violência física, verbal, verbal seguida de violência física... do parque da cidade foi com relação a um cara que ficou olhando e... enfim...pode falar aqui? Ficou olhando e começou a se masturbar...e aí depois enfim... ele sumiu... não sei como eu coloco essa violência... também já sofri violência por parte dos guardas do parque da cidade e do Parque Santos Drumond... pra me retirar do parque com a minha namorada da época e... em bar, já sofri violência verbal, e... olhares violentos, né? Não sei como você classifica... mas olhares violentos eu acho que tem o tempo inteiro em São José.

Entrevistadora: Agora vamos para as perguntas que tratam sobre o lazer na cidade. Qual foi o primeiro espaço de lazer na cidade de São José dos Campos, que você se sentiu a vontade para experienciar sua sexualidade/identidade de gênero genuinamente?

E2:Primeiro?

E2:Quando eu comecei a sair... foi andando no Shopping... lá no Shopping a gente se paquerava... porque várias trabalhadoras eram lésbicas... depois a gente dava uma volta ali no bairro mesmo do Shopping e... dava uns beijos na rua, escondida... não dentro do Shopping, óbvio... sempre escondida. Nisso eu tinha uns 15 anos, 16...

E2: Depois eu entrei no Coro Jovem e lá tinha bastante gente LGBT, por mais que a gente não tivesse se assumido ainda, depois muita gente se assumiu, e aí a gente se sentia mais a vontade pra viver essas experiências. Mais em geral, a maioria dos lugares, era na rua, escondida. As vezes acontecia show na Hocus Pocus, domingo a tarde, eu era novinha, menor de idade, aí a gente ficava ali em volta... nas ruas ficando com as meninas, mas era sempre escondida, porque ninguém podia ver, por que era perigoso. Tanto porque as pessoas não eram ainda assumidas, por falta de apoio e opção mesmo, tanto porque pela violência dos caras que passavam, ficavam olhando... isso foi em que ano? 2006/2007/2008, não era uma coisa muito falada.

Entrevistadora: Esses lugares foram mais marcante para você?

E2:Não, então... é complicado... por que tem vários lados o “se sentir a vontade”... em público, onde tem pessoas de todas as orientações sexuais, uma pessoa LGBT não vai se sentir a vontade porque nunca você sabe se é seguro, mesmo porque a própria segurança do lugar as vezes é homofóbica... como que você vai se sentir segura ali? Mass... depois de maior de idade, eu comecei a ir em balada LGBT por exemplo, Alter Mix, e aí lá, beleza, eu me sentia mais entre aspas “segura” para exercer minha sexualidade, ser sapatão, me vestir do jeito que eu gostava de me vestir, mas ao mesmo tempo, lá eu também sofri uma violência de um homem que queria ficar comigo... por que também não era impedido de homens héteros entrarem lá... então para lésbicas, enquanto mulheres é complicado assim...né? Então geralmente a gente se escondia, ia em casa de amiga pra ficar, pra dar uns beijos... ou numa rua atrás de um muro, numa praça... enfim, longe dos homens...

Entrevistadora: Entendi...

Entrevistadora: Com relação a esses espaços, alguns eram privados, outros eram públicos, você ia para praças, mas para se afastar das pessoas que estavam ali por perto, que pudessem violentar vocês... né? Então vocês frequentavam espaços mistos? Tanto privados quanto públicos na sua opinião?

E2:Eu acho que depende do que dava pra fazer no momento... não era sempre que eu podia falar pra minha mãe que eu ia pra uma balada gay... mas eu ir dar uma volta no shopping e combinar com uma namorada e em seguida sair do shopping pra poder ficar um pouco com a pessoa ali um pouquinho mais de carinho... não tinha outra opção, não era que isso era gostoso ou mais confortável... só não tinha outra opção mesmo. E até fora, na rua, também não era seguro... a gente ficava o tempo inteiro tensa, com medo, em um estado de vigilância constante. Mas isso em espaços públicos e privados... a não ser em bares lésbicos mesmo... que aí tem várias mulheres... mas é que em São José é engradado que tinha em Jacareí, tinha em Taubaté... mas em São José não tinha.

E2:É o que eu te falei, as vezes vem a violência de um cara gay, de um cara hétero... a gente nunca sabe... então é complicado.

E2:Não sei, te respondi o que você perguntou?

Entrevistadora: Sim, sim. Queria saber também se esses espaços LGBT que você citou ainda existem?

E2:O Alter Mix acho que ainda existe... não sei se eles ainda abrem como balada depois da pandemia... por que por exemplo, eu lembro de ir no Território (um bar em São José dos Campos), mas eu lembro de ficar com as garotas no banheiro, entendeu? Por que era outro momento, hoje em dia você até pode dar um beijo na sua namorada na frente de todo mundo, com tensão, com olhares, masss... ainda é um pouquinho mais... você se sente um pouco mais a vontade pra isso... na época não era tanto assim, eu ficava com as pessoas no banheiro, então...mas é um bar que ainda existe e várias LGBT vão, apesar de ser um lugar hétero... deixa eu ver, eu acho que... tinha um bar em frente ao Território, que chamava Pimenta e lá não era exatamente LGBT, mas tinham muitas lésbicas que frequentavam lá... na época eu

não era assumida, então eu não ia lá... mas eu ficava observando e todo mundo sabia que lá era um bar tipo proibido, sabe?

Entrevistadora: Tem algum desses lugares que você se lembra que você absorveu de alguma maneira a cultura LGBT? Ou conseguiu se identificar ou ficar isso?

E2: (Silêncio)... olha... eu acho que a cultura LGBT, isso aí a gente tem que discutir sobre isso, por que no Alter Mix várias vezes eu já peguei a noite das drags que faz parte da cultura LGBT, mas as lésbicas estão dentro dessa cultura, será? Nunca me senti inserida e também nunca me identifiquei com a questão da drag queen...então, enquanto lésbica, eu acho que só fui passar a ter uma vivência, uma relação mais cultural com a lesbianidade, mais política, quando eu frequentei espaços feministas que aí a gente começou a chamar reuniões para discutir coisas de mulheres e lésbicas e aí sim eu experimentei essa potência... ter mais contato trocando zines, com coletivos, umas minas de outros lugares... aí eu passei a ter mais contato com a cultura lésbica... agora cultura LGBT eu acho que é uma coisa muito ampla... não sei se as siglas se... não sei como que isso se dá, eu acho que é uma boa coisa pra gente discutir enquanto LGBT...

Entrevistadora: Com certeza! Mas isso era uma cena alternativa? Que vocês criaram?

E2: Não nós, né? Lésbicas se reúnem desde sempre para estar juntas, trocar poemas, escritos ou só conversar... se fazer existente... para não se sentir tão sozinha... parece que as lésbicas são invisíveis na cidade de São José... então a gente passou a querer juntar as amigas, a querer se juntar entre nós, mulheres, livre de machismo, homofobia, misoginia... por que não dá pra gente falar várias coisas da nossa história, da nossa lesbianidade, já que a gente racha com várias coisas, com os homens, não só na nossa sexualidade, mas no campo da vida, nosso posicionamento político, na admiração, na aliança de vida e tudo mais...enfim... e é isso, esse espaço assim meio...

Entrevistadora: Adorei conhecer sua história. Você pode comentar um pouco mais sobre esse espaço criado, de convivência lésbica feminista que você e suas amiga desenvolveram? Aonde vocês se encontravam? Vocês tinham alguma retaliação? Como era isso?

E2: Ironicamente, nos mesmos lugares que eu já fui expulsa, por está com uma namorada só de mãos dadas, é... eram lugares que nós fazíamos nossos encontros, porque ninguém podia chamar pra ir na casa da pessoa com família pra discutir sobre lesbianidade, por que tinha família, e aí não era seguro, lesbofobia e tudo mais... Mas a gente se reunia em parques, no Parque Santos Dumont, que era mais central, Parque da Cidade, ou as vezes a gente ia num bar conversar, trocar ideia e... e nunca tava livre de lesbofobia, por que as pessoas olham uma mulherada reunida, aí já ficavam atentos, aí vê que a galera num padrão de cabelo curto, umas minas menos femininas e tal... sempre tem olhares e tal, mas eu não me lembro da gente sofrendo... será que eu tô esquecendo? Por que olha, já faz tempo isso... Mas eu não me lembro da gente sofrendo grandes coisas não... mais uns olhares, coisa assim... mas como a gente estava todas juntas, isso dava uma sensação de maior segurança... o cara está olhando uma mina, aí as minas já olham (de volta) “e aí, que que foi?!” uma já protege a outra... isso é legal... a gente não tinha um lugar fixo não... a gente se encontrava onde dava... quando a gente pensava em oficina, a gente já fez combinado com espaços fixos também, tipo espaço Dandara que já abriu as portas pra gente fazer discussões lá dentro... muito legal... a gente já alugou uma outra casa pra fazer um festival, que foi o Vale Histeria, que foi um festival de muita troca, muita vivência, oficina, shows, apresentações de muitas mulheres... Muitas vezes por ser de mulheres, as mulheres héteros nem vão por que seus companheiros não podem ir nesse espaço, e elas pegam mal... então isso acontece é... acho que agora está acontecendo menos... mais antes a gente era perseguida e questionada de porque que não podia entrar homens nas nossas reuniões... mas já estou desvirtuando o assunto...

E2: Essa casa que a gente alugou, de todas fazendo um corre, vendendo comida na rua, fazendo suas correrias pra juntar um dinheirinho pra fazer por nós mesmas, por que São José não tem, né? Festival para mulheres... quer dizer... agora já tem sim, 20 anos depois as coisas já mudaram um pouquinho...

E2: O Vale Histeria foi mais ou menos, 2013...2014... foi entre 2012 ou 2013, se eu não tiver falando besteira... por aí...

Entrevistadora: E foi tudo a partir da iniciativa de vocês?

E2: Sim, totalmente independente... totalmente nós por nós, correndo atrás. Sem instituição, sem grana de qualquer apoio... só nós mesmo.

Entrevistadora: E você acha que nesse espaço criado por vocês, tanto do vale histeria, quanto dessas reuniões que vocês faziam, você acha que você aprendeu sobre a cultura lésbica?

E2: Muito, muito! Ai que eu fui ter muito contato... conhecendo mesmo... lésbicas mais velhas, contando suas histórias, das que vieram antes, abrindo os caminhos nossos... aí as meninas sempre tiveram essa cultura da autonomia mesmo... mesmo com várias questões, a gente desenvolve nossas ferramentas, nossas armas para lutar contra a opressão e o apagamento. Então muitas minas.. é... faziam suas zines, pesquisando, suas histórias, alguma coisa lésbica, fazia de algum movimento lésbico sei lá... em São Paulo, Salvador – Bahia, teve outro também... então vários locais do Brasil, elas faziam zines pra contar essa história... pra não deixar morrer. E a zine é um papel sulfite que você tira xerox e vai só espalhando... então é um livrinho, né? Muito barato, muito acessível e nossa, essa das zines, que é uma coisa meio anarquista, a gente passou a ter muito contato com a cultura lésbica... enfim... abre um leque da nossa história... que passa a fazer sentido.

Entrevista 3 - 04 de abril de 2024.

Entrevistadora: Adha

E3: Pessoa entrevistada 3

Entrevistadora: Em qual bairro você mora atualmente?

E3: No Dom Pedro II (Zona Sul)

Entrevistadora: A sua idade?

E3: 40 anos

Entrevistadora: A sua naturalidade?

E3: Eu nasci em Espumoso, interior do Rio Grande do Sul

Entrevistadora: Atualmente você é uma pessoa solteira, casada ou em um relacionamento?

E3: Solteira.

Entrevistadora: Com qual ou quais letras da sigla LGBTQIA+ você se identifica?

E3: L, de Lésbica.

Entrevistadora: Como você se identifica étnico-racialmente?

E3: Sou preta, sou preta... é porque eu acho engraçado essas perguntas.

Entrevistadora: Qual a sua escolaridade?

E3: Estou cursando a faculdade.

Entrevistadora: Qual curso você está estudando?

E3: Psicologia.

Entrevistadora: A sua profissão atualmente?

E3: Recepcionista, recepcionista de portaria.

Entrevistadora: Qual a sua renda atualmente?

E3: R\$ 1.700,00.

Entrevistadora: Atualmente você mora sozinha, com familiares/conhecidos, se sim, quantos?

E3: Eu moro com meu filho, de 17 anos.

Entrevistadora: A renda familiar total de vocês gira em torno de qual valor?

E3: R\$ 1.700,00.

Entrevistadora: Você possui algum vínculo com Movimento Social?

E3: Não.

Entrevistadora: Qual meio você utiliza para se locomover pela cidade?

E3: Ônibus.

Entrevistadora: Já foi vítima de violência nessa cidade?

E3: Não.

E3: Já sofri violência por ser negra “Na minha cidade, por ser uma cidade com predominância alemã, eu com a minha cor não é muito bom”

E3: Agredida, acho que uma vez quando eu era criança... eu nasci lá... em Nova Hamburgo, apanhar assim, foi uma vez só...

Entrevistadora: Já sofreu violências simbólicas?

E3: Já aconteceu de eu entrar em uma loja, num supermercado e a pessoa ficar me seguindo, pra ver o que que eu estava fazendo...é complicado às vezes.

Entrevistadora: Em quais espaços você sofreu essa violência?

E3: Ah em shopping, né?!

Entrevistadora: Teve algum shopping específico que aconteceu?

E3: Não. Foram em duas ocasiões... teve um ali que foi no Vale Sul, teve uma loja que eu fui entrar, e todo mundo fica olhando... na verdade eu evito entrar nesses lugares.

Entrevistadora: Sinto muito por você ter sua liberdade constrangida por conta do racismo... Agora acabamos o questionário e vamos para as perguntas...

Entrevistadora: Qual foi o primeiro espaço de lazer que você se sentiu à vontade para viver sua sexualidade genuinamente? Tipo livre para ser quem você é.

E3: (silêncio) Então aí tem uma questão porquê as minhas amigas daqui (de São José dos Campos) dizem que eu não pareço ser lésbica, então não sei se isso muda, até porque eu não saio muito, então eu não saberia responder isso.

E3: As minhas amigas dizem isso porque eu sou muito feminina, aí eu digo pra elas “então tem que ter cara de lésbica?” pelo amor de Deus... eu vou escrever então na minha testa e sair (disse sorrindo)

Entrevistadora: Você se sente à vontade para ficar com mulheres em espaços públicos?

E3: Tranquilamente, obviamente que também não é aquela coisa, ahh, muito exposta, que eu acho essa questão muito agressiva, na rua, sabe? Mas acho que um beijo, um carinho, não teria problema nenhum.

Entrevistadora: Em São José dos Campos, com as suas amigas, você lembra de um lugar que você se divertiu com elas, que você paquerou alguma mulher?

E3: (rindo sem graça) é muito difícil porque eu não paquero...

E3: (falando com mais seriedade) a gente foi ali, ah tem uns bares ali na Av. Andrômeda, tem uns barzinhos e depois tem uns karaokezinhos, aí é aquela coisa, que a gente dá umas olhadas, né? Mas nada demais...

Entrevistadora: Então nesse karaokê você se sentiu mais aberta em dar uma paquerada, uma olhada, na sutileza assim?

E3: É (timidamente responde), é que eu sou muito tímida, embora não pareça. E é muito estranho, porque eu fui casada por 6 anos com o pai do meu filho, embora ele dizia ... Ai, eu vou falar minha vida aqui, misericórdia! (esboçando um sorriso)

E3: Ele dizia que ele sabia da minha opção, mas eu nunca tinha ficado com mulher nenhuma, e ele dizia “eu vou te fazer mudar de ideia”, e eu falava “é... se tu conseguir”... eu fui casada seis anos, aí tive meu filho e tal, aí separamos aí um pouquinho depois eu conheci a minha primeira esposa, ficamos casadas por oito anos, aí lá no Sul a gente saía, que tinha a cidade baixa que é muito conhecida lá, e é um point que a gente chama “da galera (LGBT)” e lá a gente saía de mãos dadas, e mesmo sendo um espaço da galera, as pessoas ficavam olhando, mas eu nunca me importei com isso, eu não estou fazendo nada de errado, então não tem porquê eu ser julgada por isso, quer olhar, olha, mas sei lá (dá uma risada)

Entrevistadora: ótimo que você não deixa isso te afetar... Mas então você sentia que você tinha mais liberdade de andar de mãos dada, apenas nesse lugar?

E3: A gente dava um beijinho, um carinho na rua, nada muito íntimo assim, como a gente vê os casais héteros quase transando na rua, eu não acho isso normal, mas isso sou eu, né?

Entrevistadora: Eu acho que quando a gente fala de população LGBT, me parece que há um certo receio... até porque um simples ato de andar de mãos dadas, as pessoas já ficam olhando, imagina se fizesse igual gente hétero na rua, né? (risos)...

E3: A gente seria espancado, né? Por que por nada a gente já é... imagina.

Entrevistadora: Quando você sai, você prefere lugares públicos ou privados?

E3: O que seria privado pra ti?

Entrevistadora: Seria shopping, bares, boates, teatros...

E3: Gosto de ir em parque, lugar aberto, mas para paquerar eu vou mais em barzinho... Parque, eu gosto de natureza, assim...

Entrevistadora: Você considera esses espaços que você frequenta, você se sente segura nesses lugares?

E3: Eu me sinto segura nesses espaços, mas não é 100% segura, tem a questão da minha cor, que isso eu já trago muito lá da minha infância, então eu evito alguns lugares, mas quando eu vou eu fico com aquela coisa e me pergunto "será que eu vou conseguir entrar nesse lugar? E se eu estiver acompanhada (com alguma namorada), porque eu sou negra e lésbica, então fico mais atenta a tudo.

Entrevistadora: Apesar de você considerar aparentemente seguro, tem essas questões que você fica mais alerta?

E3: É porque a gente nunca sabe o que se passa na cabeça do outro, quando eu saio com as minhas amigas lésbicas, eu sempre fico muito atenta, porque elas são casal e se fazem carinho de vez em quando, assim, nada muito grotesco, é uma coisa bem sutil, mas isso pode incomodar algumas pessoas, aí eu sempre fico atenta, por que a gente nunca sabe.

E3: É...eu fico com medo da gente ser as três agredidas, a gente vê as notícias, né? São muitas coisas, a gente vê as pessoas comentando quando vêem duas mulheres de mãos dadas...sabe? Aí o pessoal fica falando, falando um monte de asneira, eu acho muita coisa errada nesse mundo, mas tudo bem. Acho um absurdo a gente não poder demonstrar o nosso amor por alguém... mas aí é certo o pai abusar da filha, homem casado trair...

Entrevistadora: É... agora estamos indo para última pergunta... Você considera que esses espaços que você frequenta, você aprendeu sobre a cultura LGBTQIA+?

E3: Não... eu sempre aprendo, acho que a gente sempre aprende... eu acredito que a gente aprende muito, até porque pra mim, querendo ou não, é muita coisa nova, eu vim do interior, seguir aquela coisa “ser católica, da igreja”, quando eu resolvi me assumir mesmo...

Entrevistadora: Quantos anos você tinha quando você assumiu?

E3: 25/26 anos de idade... apesar de eu saber desde os 5 a 6 anos de idade, que eu me apaixonei por uma coleguinha, mas eu achava que era errado, e tem aquela coisa, que tu tem que casar com homem, e como eu nunca tinha ficado com mulher, eu casei com homem, mas aí não era isso, não é isso que eu quero, não adianta eu ser infeliz pra fazer os outros felizes, aí eu chutei o pau da barraca e aí já era (risos).

E3: Apesar dos relacionamentos não terem sido muito... foi assim, meio... foi bom... eu gosto.

E3: E aí aqui... deixa eu ver... eu vim pra cá, casada com uma moça... eu fiquei 8 anos casada, aí eu fiquei um período muito pouco, sem ninguém... aí a gente se envolveu... ficou aquela coisa, vamos morar juntos? Eu falei vamos! Mas isso me fez repensar muito... tanto é que depois dessa última separação, eu estou sozinha até hoje... por que eu prefiro me preservar agora... até por que o último relacionamento não foi tudo aquilo que eu esperava... teve umas coisas, umas situações que não eram bem aquilo que eu esperava...então eu resolvi ficar aqui em São José, e não voltar pro Sul...me senti acolhida aqui... adotei a cidade como minha agora (fala em tom de riso).

Entrevistadora: Mas assim, deixa eu te perguntar uma coisa, você acha que em algum lugar da cidade, você encontra referências que você se inspire?

E3: Na internet tu até encontra... mas fisicamente, seria até bacana se tivesse... até acho que tenha... mas não é tão visível...

Entrevista 4 - 11 de abril de 2024.

Entrevistadora: Adha

E4: Pessoa entrevistada 4

Entrevistadora: Se você ficar nervosa com alguma coisa ou se sentir constrangida, é só você não respondeu, ta?

Entrevistadora: Então a primeira pergunta é a região da cidade que você mora se é na Zona Norte, Sul Oeste, Leste ou Central?

E4: Zona Sul

Entrevistadora: Onde você nasceu? Aqui em São José dos Campos ou em outra cidade?

E4: Sou de Uberlândia – Minas Gerais

Entrevistadora: Há quanto tempo você mora aqui em São José dos Campos?

E4: 5 anos

Entrevistadora: Atualmente você é uma pessoa solteira casada ou em união estável ou em um relacionamento?

E4: Um relacionamento, moro junto mas não é união estável

Entrevistadora: Com qual ou quais letras da sigla LGBTQIA+ você se identifica?

E4: Sou pansexual

Entrevistadora: Como você se auto identifica étnico racialmente?

E4: Sou parda

Entrevistadora: Qual o nível da sua escolaridade?

E4: Graduação em andamento

Entrevistadora: Qual o curso que você estuda?

E4: Direito

Entrevistadora: Qual a sua profissão?

E4: Eu sou é consultora comercial

Entrevistadora: Atualmente você falou que você não mora sozinha, não é? Você mora com quantas pessoas?

E4: Eu moro com uma, que é minha namorada

Entrevistadora: a sua renda familiar total juntando a sua com a dela, gira em torno de qual valor?

E4: hoje é R\$ 4.000,00

Entrevistadora: Você possui algum vínculo com algum movimento social?

E4: Não

Entrevistadora: Qual meio que você utiliza para se locomover pela cidade?

E4: Carro

Entrevistadora: Você já foi vítima de algum tipo de violência em algum espaço público da cidade São José dos Campos?

E4: Já

Entrevistadora: Qual tipo de violência, qual ou quais, tipos de violência você sofreu?

E4: Verbal

Entrevistadora: Nesse sentido da violência verbal, você acha que teve a ver com a questão da sua orientação sexual ou...?

E4: Foi discriminação por estar junto de uma mulher

Entrevistadora: Em qual em qual ou quais os passos que você sofreu essas violências verbais em São José dos Campos?

E4: Em festas bem heteronormativas...Santo Onofre da vida...quando eu ainda frequentava esses locais...em frente a balada LGBT...assim porque tinha uma igreja evangélica bem ao lado, uma Batista se eu não me engano...Eles gostam de fazer "coisas" na frente às vezes e... trabalho é uma violência assim, bem velada mas bem existente.

Entrevistadora: Essa violência que você está falando no trabalho que é velada como que você sente ela? Como que você acha que ela se materializa, que você acaba sentindo ela?

E4: Ai eu acho que é...eu trabalho no local que tem muitas pessoas evangélicas então acho que por eu já ter sido evangélica, hoje eu sou umbandista...mas antes eu

frequentava...já fui frequentadora da igreja evangélica... e assim em um momento muito livre e solto acabei comentando né? Eu acabei comentando sobre já ter frequentado a igreja e eu já escutei coisas do tipo “que eu no fundo sabia que a escolha que eu fiz foi errado porque como eu fui da igreja eu conheço a palavra de Deus... então eu sabia que no fundo no fundo que a escolha que eu estava fazendo, de estar com uma mulher é errada” e coisas do tipo.

E4: Eu acho que hoje, para mim, diz muito mais sobre a pessoa que me está me falando do que sobre alguma coisa referente a mim...então eu acredito que é uma necessidade que as pessoas têm de cuidar, da vida do outro... de querer saber de tudo, e eu acho que é uma ignorância... na época eu saí... fui dá uma respirada... e não isso afetar o meu trabalho.

Entrevistadora: Então essas pessoas chegaram a verbalizar no seu trabalho?

E4: Sim, em confraternização de empresa...

E4: Assim, por um tempo, eu não frequentava várias coisas, sempre a minha desculpa era que eu fazia faculdade então eu não podia... só que teve momentos que eu não tinha mais desculpas, aí eu acabei tendo que ir... em confra, coisa de empresa e afins. Meu chefe também é bem preconceituoso... e ele também já sabia. Eu acho que uma das primeiras perguntas que meu chefe me fez quando me contratou, foi “o que que eu era” se eu namorava ou não namorava e tal... então ele tentou entrar nesse assunto da vida pessoal... então...eu numa boa comentei, não tive problema com isso e eu não sou uma pessoa que esconde as coisas, eu sou uma pessoa que eu levanto a bandeira, então se não vai me contratar por isso, não é para eu está no lugar, então, é assim que funciona.

E4: Então meu chefe já tinha comentado pras pessoas...

Entrevistadora: Sinto muito você vivenciar isso no seu dia, infelizmente é uma história que se repete muito, nós enquanto pessoas LGBTs vivenciamos muito isso em nossos locais de trabalho. Agora vamos para as perguntas que são mais abertas.

Entrevistadora: Qual foi o primeiro espaço de lazer que você se sentiu à vontade para vivenciar sua orientação sexual/sua identidade de gênero genuinamente?

E4: Primeiro espaço de lazer? Tem que ser uma casa de festa? Ou não? Espaço público em geral?

Entrevistadora: Qualquer espaço que você tenha de fato se sentido confortável para se expressar e ser quem você é...

E4: O primeiro espaço que eu me senti segura, foi entre quatro amigos héteros, e eles, na época da pandemia, alugaram uma casa para todos os amigos passarem a pandemia juntos, e... foi uma casa que a gente ficou com ela por três meses... e... ninguém tava estudando, ninguém tava trabalhando... então a gente ia para essa casa e ficava lá e... nesse local foi quando eu consegui me soltar um pouco mais, entender mais sobre a minha sexualidade e... foi o primeiro local que eu passei a me sentir confortável por que eu consegui conhecer pessoas com a mesma orientação... outras pessoas mais abertas, amigos que me apoiaram mais... então foi assim, numa casa no Putim, que os meus amigos alugaram e a gente se reunia e foi o primeiro lugar que eu me senti realmente confortável para me expressar.

Entrevistadora: Interessante você comentar que foi em um espaço com amigos héteros...

E4: Sim, eles me deixavam realmente confortável, era um lugar que eu era ouvida, tinha palavra.

E4: Então, se eu falasse alguma coisa, ou se eu desse algum conselho sobre algo que eles falaram que não foi legal, tinha muito mais facilidade de eles me escutarem... Por que por exemplo, na faculdade, se eu escuto alguma coisa divergente, alguma coisa que eu não acho legal e eu vou tentar comentar ou corrigir, eu acho que as pessoas têm muito mais... como que é... elas ficam muito mais... elas não querem escutar uma coisa diferente... não querem entender...

E4: Então nesse espaço, com meus amigos, eu fui muito bem acolhida.

Entrevistadora: Que ótimo que você vivenciou isso, teve essa experiência de ser ouvida e acolhida por seus amigos. Você comentou que foi durante a pandemia, quantos anos você tinha na época?

E4: Eu tinha... 19 pra 20 anos. Já tinha me descoberto antes...outro espaço foi numa federal em Jacareí... eu fazia pedagogia e lá nessa faculdade... eu sou de Minas mas

eu morava no Amazonas antes... aí eu vim estudar, vim fazer pedagogia... e lá em Jacareí era uma faculdade relativamente nova, tinha muita gente de fora e muita gente LGBT, então tinha muita luta quanto a isso.. então foi bacana, por que lá foi um dos primeiros locais que eu me senti realmente confortável, comecei a conversar com muitas pessoas, mulheres lésbicas, homens gays, os roles na faculdade eram mais divertidos também... uns roles de praça, sabe? Era muito mais acolhedor... na minha cabeça, faculdades federais são muito mais acolhedoras que faculdades particulares.

Entrevistadora: Assim, para entender um pouco melhor, você citou dois lugares, um espaço público, só que na cidade de Jacareí e outro privado em São José... eu fiquei curiosa, em espaços públicos você se sente a vontade para vivenciar sua sexualidade?

E4: Sinto...é que eu acho que comecei a...quando eu vim morar pra cá, eu me relacionava sempre com homens, então eu frequentava muitos lugares só de pessoas héteros, sempre... eu já saia muito. Então quando eu consegui me assumir... pra minha família, amigos e assim por diante... eu já tinha saído tanto, que quando eu comecei a gostar de mulheres pra mim deixou de ser... de ir pra uma festa, sabe? Que aqui em São José a gente tem poucos locais para LGBTs, para falar a verdade, né? Tem pouquíssimos locais. O que eu gosto daqui é que os roles culturais, eles são muito bem frequentados pelo público LGBT, isso é muito legal... eu acho que eu vejo muito mais pessoas LGBT que pessoas héteros frequentando espaços culturais, e isso diz muito sobre... a gente. Então, eu acho que eu comecei a sair, né? Me divertir, eu acabei indo tanto, para tantas festas, tantos locais, que depois que eu me assumi, comecei a namorar com mulheres e coisas afins, eu já não tinha mais tanto interesse em ir numa balada, por exemplo, LGBT... sabe? Eu ia, nunca tive problemas, sempre fui muito aberta...eu ficava... não tenho problema nada de demonstrar em local público, mas é que não foi os primeiros locais que... que foram essenciais para mim.

E4: Eu já fui em balada LGBT quando eu ficava com homem... então não foi o primeiro local pra mim... o meu primeiro local foi entre amigos e na faculdade, por isso que eu acho que a faculdade é muito boa para criar muita coisa pro ser humano. Eu acho que espaços públicos de lazer, foi depois...

Entrevistadora: Então você sente confortável para ficar confortável para ficar em um parque com a sua namorada?

E4: Sim, me sinto... eu me sinto mais do que a minha namorada, por que eu sou uma pessoa muito briguenta, ela é uma pessoa mais velha, vai fazer 34 esse ano, então eu acho que ela tem um pouco mais de medo... já sofreu mais do que eu, principalmente com família...tudo mais, então a gente evita beijar... a gente dá um beijinho ali, mas a gente evita mais qualquer coisa que as pessoas vão comentar... ou medo também de andar de mãos dadas na rua...

Entrevistadora: Esses espaços que você se sente à vontade para vivenciar sua sexualidade, eles ainda existem?

E4: Teve a Mônaco que era um lugar que eu mais frequentava assim que eu me assumi, e foi um lugar que fechou por perseguição, né? Tinha uma igreja Batista do lado...eu frequentava muito. Depois que abriu outro, eu não tive mais tanto interesse em frequentar, pra mim ficou chato.

Entrevistadora: E lá na Mônaco você comentou que sofreu violência lá...

E4: Me deu um desânimo das pessoas... sabe? Me deu um cansaço mental de lidar com determinadas coisas que aconteciam... e é muito fácil adulto atacar jovens, e eu acho que o público da igreja era de adultos que atacavam pessoas jovens. Pessoas de 18/19 anos que se sentiam a vontade de frequentar o ambiente... e eu fui ficando mais velha e fui perdendo um pouco o gosto. Por que assim, as festas LGBTs que tem em São José, os espaços, que tem poucos e os que tem são baladas, né? Baladinhas... são muito vistos como balada em geral, local de pegação... então foi passando, passando minha vontade de frequentar.

E4: Eu lembro que ficavam umas pessoas na frente, distribuindo panfletos para fazer evangelização, e é uma coisa bem comum que acontece na FreakOut, tem pessoas que até entram na balada para fazer evangelização... falar "ah você sabe que a sua escolha é errada..." e eu acho um absurdo uma coisa dessas acontecer em um espaço voltado para pessoas LGBTs, não deveriam nem permitir entrar... eu deixo de frequentar um lugar se isso acontece... e numa dessas, teve uma mulher que devia ter uns 40 anos, que tava fazendo uma panfletagem falando de Jesus, bem na frente (da Mônaco) e a gente tava tomando um copão bem na frente, e ela soltou (o panfleto)

e a gente não quis pegar, eu não quis, não vi necessidade de pegar um panfleto, comentei com ela que eu achava que nem combinava distribuir panfleto, fazer evangelização em um local onde as pessoas estão consumindo bebida alcoólica. Eu fui tentar debater com ela... ela foi falar sobre isso, falar que era para gente voltar pra Deus, perguntei se ela fazia evangelização na casa dela, que era o lugar certo para ela fazer a evangelização dela...e ela ficou falando que eu estava fazendo coisa errada e várias coisas sobre a minha orientação sexual.

Entrevistadora: Nossa, eu estou chocada que pessoas entram em baladas LGBTs para fazer esse tipo de evangelização, não sabia que era tão recorrente...Você acha que esses espaços são seguros?

E4: Não. Não porque hoje o intuito das baladas LGBTs... quem dera eu existisse uma carteirinha e permitisse só pessoas LGBTs entrar (risos), mas entrava muito hétero... as baladas são muito frequentadas por pessoas héteros que vão justamente atrás de ficar com mulher, porque sabem que tem muita mulher lá... e a gente vai para ficar mais confortável. Eu quando ficava com homens ia em balada LGBT para ficar mais tranquila. Na Mônaco eu já fui perseguida, do cara ficar indo atrás de mim e eu querer arrumar confusão. Na Freak Out a mesma coisa, de querer forçar você a beijar... e contradiz totalmente o espaço que ela tá, sabe?! Por que que não vai para outro local? Por que que não vai pra rua? Por que que vai sair para fazer uma coisa dessa? Ir para um espaço desse para assediar as pessoas?! Então eu parei de frequentar balada LGBT porque quando acontecia essas coisas, eu acabava me sentindo mais culpada do que com vontade de voltar lá... pra mim era muito desconfortável. Sempre algum homem, um cara bem mais velho, parecia que tava procurando uma presa... já escutei coisas do tipo “você veio dançar na minha frente, você veio se esfregar em mim” e eu tava dançando no meu espaço e quando eu fui reclamar isso ele ainda veio falar isso. Pedi pro segurança tirar ele e deu certo.

Entrevistadora: Nossa, sinto muito, por que infelizmente as mulheres são mais assediadas e que bom que você denunciou ele pro segurança e agiram, né? Por que muitas vezes ou a mulher se sente culpada e acaba não denunciando, ou até mesmo os seguranças não tomam nenhuma atitude também, né?

E4: Sim, sim, é que tem uma coisa que me incomoda muito e eu fico as vezes pensando... virou uma marca pra empresas e afins, é uma marca que você coloca lá e vende. Espaços LGBTs criado por pessoas héteros não são espaços seguros, então eu acho que isso pra mim reflete muito, eu acho que as pessoas sempre tentam ganhar dinheiro em cima da causa. E eu acho que cada vez mais tem pessoas querendo ganhar dinheiro em cima. Mas o mais bacana daqui é que pela falta de opção... por exemplo... pras pessoas 30 +... você vai querer ir pra um bar e os bares são muito frequentados por pessoas héteros, homens mais velhos, mais jovens... e aí tem dois daqui da cidade que parece que começou a ser mais povoado por pessoas LGBTs que é o Pack Bar... o Cento e Onze...que são barzinhos bem legais... tem o Expediente Bar que é um barzinho na Zona Sul que eu vou e levo todos os meus amigos... e aí a gente vai povoando esses locais que são super frequentados por pessoas héteros e eles acabam se sentindo mal e irritados de ter tantos gays, tantas lésbicas, tantas bissexuais, transsexuais, pior ainda ter transsexuais (fala ironicamente)... pra eles é um absurdo... aí algumas pessoas vão povoando, alguns acabam sofrendo por frequentar esses espaços mais héteros... mas por aí vai...

E4: Um dos locais que eu me senti confortável foi durante a pandemia eu tinha um tinder e era só para mulheres e tinha um grupo de sapatões de SJC e era só de amizade e só mulheres e a gente fazia roles e... isso era bem legal, eu me senti bem acolhida, só que aí depois acabou a pandemia e aí meio que acabou.

Entrevistadora: Eu fiquei curiosa para saber mais como que foi isso, pelo tinder?

E4: Pelo tinder tinha uma capa, era um casal de meninas, aí elas criaram um grupo só para lésbicas se conhecerem, ficarem... vai que você conhece o amor da sua vida no grupo... aí as pessoas iam dando match no grupo, era bem legal.

Entrevistadora: Que legal, é uma forma de reunir as pessoas que curtem as mesmas coisas...né? Fiquei muito feliz com a sua contribuição para a pesquisa, muito obrigada.

Entrevistadora: Você considera que nesses espaços você aprendeu sobre a cultura LGBT?

E4: Aprendi. É engraçado por que antes, quando eu me considerava uma pessoa hétero, uma mulher hétero, eu tinha só amigos héteros, e quando eu me descobri, eu não sabia por onde começar... tipo assim, fazer amizade... por que eu ainda colava

com vários amigos homens héteros, e aí eu ia num rolê mas se eu falasse que eu gostava de mulher também, a graça dos homens era ver duas mulheres se beijando... e aí quando eu conheci essa galera do tinder, foi ótimo, por que aí meu grupo virou...mudou muito e vários amigos meus se assumiram também... e tipo assim, antes o meu grupo era composto por tipo 80% de pessoas héteros, e hoje meu grupo é de 80% de pessoas LGBTs e hoje em dia você vê várias vivências diferentes, rico, pobre, preto, branco...e hoje eu tenho convivência com pessoas trans, travestis... e eu namorei uma pessoa trans, que foi quando eu me descobri uma pessoa pansexual, então foi uma experiencia de vida muito grande, eu nunca tinha me colocado no outro lado. Até então eu pensava que o preconceito nunca ia me atingir, mas aí eu vi acontecer especificamente com uma pessoa que eu me relacionava e era muito apaixonada na época... que era com o Tiago que eu conheci ainda quando era uma menina...e ele teve muita dificuldade de se assumir pra mim porque na cabeça dele eu não ia aceitar, só que aí quando ele se assumiu eu me apaixonei um pouco mais por ele, né? Então foi isso que foi o mais legal... acabou mesmo por divergências mesmo, coisa da vida, caminhos diferentes mesmo... e eu vi que foi muito mais duro pra ele, por que você está mudando a persona que você nasceu... sua mãe, sei lá te criou a vida inteira como uma mulher, chega um momento e você fala pra ela “sou um homem” e o trauma para ambos é muito grande... e o trauma da mãe de não entender nada. E o dele também... E eu acho que pra gente que é LGBT é muito importante ter um apoio da família, sentir que as pessoas gostam da gente, que apoiam a gente e pra ele foi surreal de difícil... da família cortar laço, não frequentar formatura e coisa do tipo... e aí que eu comecei a ter vivência... eu queria mais ainda me aproximar de pessoas trans, por que ecoava na minha cabeça “quantas pessoas trans convivem em seu ciclo social?”, “quantas pessoas travestis você convive?” e aí eu pensava “ah, eu conheço uma pessoa, mas nem tenho tanto contato” e eu fui atrás, não aconteceu só por um momento, ou por um role... eu fui atrás de conhecer mais, de está ali do lado, eu fui atrás de mudar meu ciclo de amigos.. eu queria não só amizades novas, mas também para me sentir mais confortável com quem estivesse ao meu redor, e deixei um pouco de lado a outra cabeça que eu tinha antes.

Entrevistadora: Você sente um pouco uma ausência, quando a gente fala... quando você está em casa, quer assistir um filme, ou ler um romance... como você sente isso?

E4: É fraco, você tem que pedir referência pras pessoas, pra você achar. Acho que o filme referência que teve pras pessoas foi o filme “Azul é a cor mais quente” e eu acho que não é isso que expressa o que é um casal... depois teve uma série que todo mundo gostou, fez muito sucesso que é “Head Stopper” que é um casal de meninos que estavam se descobrindo, que é muito linda a história, mas eu acho que falta muito... livros é sempre homem e uma mulher, filmes a mesma coisa... pra você achar filmes em streams é muito difícil... eu não consigo chegar na minha casa e ver no top 10 um filme sobre um casal de mulheres que estudam, trabalham, sabe? Você não acha. Você não vê, não tem tanta referência.

Entrevistadora: Você acha que a falta de referência impactou você descobrir sobre a sua orientação sexual?

E4: Sim, eu acho que se eu tivesse tido mais referências, eu poderia ter me descoberto antes. Eu fui me descobrir muito tarde. Eu já sabia no meu interior que eu já gostava de mulher, mas eu fui me descobrir, me entender assim... eu esperei assim sair de casa, pra ter uma independência financeira pra não ter que ouvir o que eu não queria em casa... mas talvez eu não tivesse passado por tantas experiências traumatizantes de quando eu namorava especificamente só homens por exemplo... acho que isso foi um ponto.

E4: Eu me descobri pansexual em 2021, foi mais recente... primeiro eu me assumi pra minha família como bissexual que eu achei que a minha família ia entender um pouco melhor, aí depois eu me assumi lésbica pra minha mãe. E depois, pansexual pra minha mãe. Eu saí do armário de 19 pra 20 anos.

E4: Hoje a minha família já lida melhor, mas porque eu sou independente, totalmente independente financeiramente, minha vida é totalmente separada, né? Então não tem como se meter, por que não cabe mais a eles. A minha avó é uma pessoa muito importante pra mim, então eu tinha muito medo da reação dela, mas aí eu só apresentei “conhece essa pessoa, a partir de agora ela vai fazer parte da família também” e pra ela foi muito difícil, por que ela sonhava em me ver casada e com filhos... mas hoje eles me amam muito mais do que se eu não tivesse por perto e a minha avó também, tem dificuldade as vezes... ela tem muito ciúme da minha namorada. Na minha família já teve uma prima que abriu os caminhos, por que ela já

era assumida e tal, mas ela era muito bem de vida (financeiramente) e eu acho que a gente tem uma necessidade da gente conseguir mostrar que a gente vai... é ... a gente já sofreu tanto, que a gente tem a necessidade de mostrar que a gente é capaz e aí você tenta mostrar, dá a volta por cima... e essa minha prima ela estudou pra caramba, mesmo com dificuldade, virou professora universitária, e tem uma vida muito boa, e aí as pessoas respeitam muito ela, respeitam muito mais por ela ter uma vida muito boa do que por tudo que ela passou para chegar onde chegou. E aí eu acho que ela abriu o caminho e eu andei por ele. E sempre quando alguém falava alguma coisa, eu já lembrava dela. E ela foi uma referência pra mim.

Entrevistadora: Muito obrigada por suas respostas, pelo seu tempo, foi um prazer conhecer um pouco mais sobre a sua história e suas perspectivas.

Entrevista 5 – 05 de setembro de 2024.

Entrevistadora: Adha

E5: Pessoa entrevistada 5

Entrevistadora: Qual a região da cidade que você mora?

E5: Eu moro no Aquarius - Zona Oeste

Entrevistadora: Qual a sua idade?

E5: 48 anos

Entrevistadora: Qual a sua naturalidade?

E5: Sou nascida no Rio de Janeiro.

Entrevistadora: Há quanto tempo você reside em São José dos Campos?

E5: Há 23 anos.

Entrevistadora: Você é uma pessoa solteira, casada, em união estável ou em um relacionamento?

E5: Sou separada do pai da filha e vivo em união estável com a minha esposa, com a minha mulher.

Entrevistadora: Com qual ou quais letras da sigla LGBT você se identifica?

E5: Eu acho que essa é uma das perguntas mais difíceis que você vai me fazer, porque eu acho que me identifico com... é porque primeiro eu achava que era bi, depois eu achava que era só lésbica, mas eu acho que me identifico mais com a queer, porque tem uma coisa a mais aí, que eu desconheço, talvez um pan, talvez até um gênero fluido, eventualmente (risos)... eu acho que eu tô mais no queer, entre o queer e o lésbica. Eu sou uma exceção a todas as regras.

Entrevistadora: Como você se identifica étnico-racialmente?

E5: Branca.

Entrevistadora: Qual o seu nível de escolaridade?

E5: Nível superior com pós-graduação completa.

Entrevistadora: Atualmente você estuda?

E5: Eu não sei se vale, eu vou fazer um curso de dois dias para cardiologia avançada.

Entrevistadora: Atualmente qual a sua profissão?

E5: Médica.

Entrevistadora: Qual a sua renda pessoal?

E5: Em torno de R\$ 20.000 mil reais;

Entrevistadora: Atualmente você mora sozinha ou com outras pessoas?

E5: Sim, moro com a minha filha e minha esposa.

Entrevistadora: Qual a renda familiar de vocês?

E5: Vinte mil mesmo.

Entrevistadora: Possui algum vínculo com movimento social?

E5: Com a Sanja Mais e Mães Pela Diversidade;

Entrevistadora: Qual meio de transporte você utiliza para se locomover pela cidade?

E5: Atualmente eu tô de UBER e de ônibus.

Entrevistadora: Já foi vítima de algum tipo de violência em espaços públicos na cidade?

E5: Não.

Entrevistadora: Qual foi o primeiro espaço de lazer na cidade de São José dos Campos que você realmente se sentiu livre para exercer sua sexualidade e identidade de gênero?

E5: (Silêncio) Não sei. Mas acho que na minha casa, é porque eu tenho um problema maior, a minha mulher é muito reservada, por que até na família dela tem uma coisa de que a gente não precisa se expor, não precisa esfregar nada na cara de ninguém, você entendeu? Então assim, mas eu, sempre me dei muito bem de andar de mão dada, de dar beijo em público... é que como eu naturalizei muito isso... é que antes,

eu me descobri lésbica muito tarde, então eu sempre fui a amiga hétera da galera, até que de repente a minha mulher, foi a pessoa que me despertou, aí passei a perceber... então eu sempre naturalizei antes... então eu pensei “ta tudo bem, normal”, então todo mundo sabe, no meu trabalho eu não escondo de ninguém, nem paciente, nem de hospital, nem de ninguém que trabalha comigo. Eu tive um pouco mais de tato para contar para minha família, mas todo mundo sabe, nem todo mundo aceita, mas todo mundo sabe. Então assim, mas o ambiente em si, de demonstração pública de afeto... a vontade, a vontade, a gente não se sente em lugar nenhum, a não ser que seja um bar GLS, aqui em São José, eu fui a um só e acho que nem existe mais.

Entrevistadora: Qual que era?

E5: Eu não lembro nem o nome.

A gente ia muito no bar da Mah, lá em Jacareí (SP)... lá em Taubaté (SP), aqui em São José mesmo eu tinha esse... o acústico, que era um Karaokê que tinha um público bem diversificado lá... mas não era aquela coisa de demonstração pública de afeto, de beijar na boca, nem nada... mas, aí tinha essa boate que eu não lembro o nome mais... que eu fui umas duas ou três vezes, aí logo em seguida acabou... não lembro...

Entrevistadora: Mas então não teve nenhum espaço que marcou aqui na cidade?

Não.

Entrevistadora: Tem quanto tempo que você está com a sua esposa?

Há 14 anos.

Na verdade, tem uns quinze anos eu me descobri lésbica, primeiro eu conheci, tentei entender, ainda era casada, achava que tinha que tentar salvar o casamento, apesar de tudo, aí quando o casamento realmente não deu certo, eu disse “vai com Deus,

que eu vou viver minha vida, já tô entendendo que agora é outra coisa...” (conta dando risada).

Entrevistadora: E por exemplo, locais públicos, vocês frequentavam?

E5: Íamos, sim...shopping, parque, sempre frequentamos todos os lugares, praça, até em igreja...

E5: Tem um karaoke, o Acústico, que era bem misturado, ele ainda existe. Que é na frente do Center Vale, era bem misturado... acho que depois começou a ficar menos... mas as pessoas ficavam bem à vontade, performavam. Esse outro na Zona Sul tinha bastante LGBT, gente bem diferente...

E5: Como eu me sinto normal e eu sou exagerada mesmo, então eu acho que a minha natureza já não se importa... se eu tiver que ser exagerada sozinha, pra mim tá tudo bem... não me limito por isso, mas com certeza quando tem mais gente eu penso “ai que legal, tem mais gente maluca que nem eu!!” (risos)

Entrevistadora: Esses espaços eram seguros?

E5: Simm.

Entrevistadora: Dentro da sua família era uma repressão maior?

E5: Olha... (pausa)... por que assim, eu moro em São José dos Campos, então assim, nesses ambientes, tinha suas limitações, do tipo assim “eu amo você, mas não precisa ser com ela”, sabe? Então assim, no começo, era tipo assim, “já que você decidiu, vamos esperar essa fase passar”, ta rolando a fase há 14 anos, mas tudo bem (risos).

Teve uma vez, que eu trabalhava na Clínica São José e logo quando eu me assumi, eu tava solteira, e tinha uma enfermeira que começou a dar em cima de mim, por já ter me visto em lugares LGBTs, tipo o Bar da Mah, aí teve um dia que eu disse que não estava afim e ela ficou super constrangida e pediu que eu não contasse para

ninguém do hospital, aí eu questioneei ela, por que todo mundo sabia que eu era, aí ela disse “mas você é médica, enfermeira não pode, vão me mandar embora”. Então assim, era um lugar que eu me sentia segura, mas não podia expor ninguém lá dentro, era um ambiente seguro pra mim, mas não era um ambiente seguro pra ela.

Então eu sabia que eu tô cagando e andando, mas assim, por mim...mas eu não podia expor ninguém, não podia fazer comentário, por que cada um tinha o seu segredo, o seu motivo de ficar escondida, entendeu?

Entrevistadora: É por que o ambiente de trabalho traz esse estigma a depender da posição que você ocupa, além da identidade de gênero e a sexualidade é colocada, historicamente, em um lugar da vida privada, né?

E5: Então por exemplo, tinha médicos que eram abertamente homofóbicos que nunca me trataram mal... só falava assim “eu acho que não deve, tenho minha opinião”. Mas no final das contas, como são pessoas que trabalham comigo e eu conheço a mais tempo que eu conheço ela (a esposa) e já tinha uma certa amizade, uma intimidade, de companheirismo por termos nos formado mais ou menos na mesma época, entendeu? Então fica difícil virar a chave para um afastamento e vice e versa, por que eu também não aceito esse rigor religioso deles, então cada um com o seu cada um.

Entrevistadora: Isso é um ânimo democrático de respeito das diferenças, né? É o mínimo, o problema é quando esses limites não são respeitados.

E5: A minha família acaba sendo um lugar menos seguro... menos agradável... seguro eu sei que é... porque nunca vão fazer nada contra mim especificamente...mas não é uma coisa tão agradável.

Tanto é que eu tive uma experiência de mudar para minha cidade com a minha família e a minha esposa foi pessimamente recebida, principalmente pela minha mãe e duas das minhas irmãs, meu pai foi um fofo. Mas a minha mãe foi grosseira... e acabou que por todas as coisas que aconteceram lá e não foram legais, se a recepção tivesse sido um pouco melhor, talvez a gente tivesse tentado resolver os outros problemas, mas como tinham outros problemas e esse era um dos piores, resolvemos voltar para São José.

Entrevistadora: Então a decisão de voltar para São José teve a ver com esse distanciamento seguro, para evitar mais atrito com a sua família?

E5: Sim.

Entrevistadora: Nesses espaços de lazer que você frequentava, você aprendeu sobre a cultura LGBT?

E5: Eu era a amiga hetera da galera (LGBT), lembra? Então eu assistia muitos filmes LGBT já desde antes (de se descobrir)...aí acaba que assim, eu não sei aonde que começou isso, por que eu acho que já comecei a ter esse contato, desde a minha adolescência... eu sou da época do GLS... do drag... aí que entra a questão do meu conceito, das letrinhas, por que eu sempre sonhei, desde criança talvez que eu era uma menina transando com uma menina, ou era uma menina com um pinto transando com uma menina, ou era um menino sem pinto transando com uma menina... cê entendeu? Então todas as variações, sabe? E as vezes era com homens, às vezes com mulheres, às vezes com todos... eu me colocava em todas essas versões... e tava tudo bem, eu sempre achei que todo mundo sonhava com tudo isso...então eu sempre normalizei tudo isso... eu assistia filmes, lia livros... eu lia Freud com 9 anos de idade... eu achava que fazia parte da faculdade, eu fiz uma matéria de sexologia... e tudo isso pra mim era muito normal, por que já fazia parte da minha cabeça, eu já nasci assim...

E5: Eu comecei a refletir sobre a sua orientação sexual quando me perguntaram “você era casada, então você gostava?” e eu respondia “sim...” mas aí perguntavam “mas você amava?” e eu dizia “não...”, “mas agora você está com mulher e você ficaria com homem de novo” e eu digo “talvez”... (conta dando muita risada)...

Então assim, o repertório LGBT, a cultura LGBTs, as roupas, as músicas, os filmes, isso já vem comigo desde sempre, eu já assistia Gaiola das Loucas, Priscilla Rainha do Asfalto... então assim, eu sou velha e eu sou velha desde muito cedo...